

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Mestrado em Antropologia Social

# VISÕES DA DIÁSPORA PORTUGUESA

Dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre  
portugueses e luso-descendentes de São Paulo

*Eduardo Caetano da Silva*  
*Orientação: Bela Feldman-Bianc*

OUTUBRO - 2003

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

**EDUARDO CAETANO DA SILVA**

**VISÕES DA DIÁSPORA PORTUGUESA**  
***Dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre os portugueses e luso-descendentes de São Paulo***

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Antropologia do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação da  
Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco

Este exemplar corresponde à  
redação final da Dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
15/10/2003

BANCA

Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco (Orientadora)

Profa. Dra. Giralda Seyferth

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro

Outubro/2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	7/Unicamp C116v
V	EX
TOMBO BC/	59024
PROC.	16-117-04
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/07/04
Nº CPD	

CM00198492-4

Bib. d: 317714

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 116 v Caetano da Silva, Eduardo  
Visões da diáspora portuguesa: dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo / Eduardo Caetano da Silva. - - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Bela Feldman-Bianco.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Portugal - Migração. 2. Brasil - Migração. 3. Identidade.  
4. Etnicismo. 5. Estado nacional. 6. Cultura política. 7. Juventude.  
I. Feldman-Bianco, Bela. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

### *Lendas*

*Quatro lendas falam de Prometeu. A primeira registra que foi amarrado ao Cáucaso por haver revelado aos homens os segredos divinos, e os deuses mandaram águias devorar seu fígado, perpetuamente renovado. De acordo, com a segunda, Prometeu, aguilhoado pela dor dos bicos destruidores, foi se afundando nas rochas até fundir-se com elas. Conforme a terceira, a traição foi esquecida ao longo dos séculos. Os deuses esqueceram, as águias esqueceram e ele mesmo esqueceu. Segundo a quarta, cansaram-se dessa história insensata. Cansaram-se os deuses, cansaram-se as águias e a ferida fechou-se de cansaço. Sobrou o inexplicável penhasco. A lenda quer explicar o inexplicável. Assim, nascida de uma verdade, tem que voltar ao inexplicável.*

*Franz Kafka*

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	9
PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS.....	10
PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – DO IMPÉRIO À NAÇÃO DESTERRITORIALIZADA.....	23
1 – As bases históricas da desterritorialização da nação.....	23
2 – Evolução da legislação portuguesa sobre nacionalidade.....	26
3 – Relações Brasil-Portugal e os direitos do migrante português no Brasil.....	34
4 – A institucionalização da diáspora pelo Estado português.....	38
5 – Os espectros do Império nas relações de Portugal com sua diáspora.....	44
CAPÍTULO II – DIALÉTICAS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO: ASSOCIATIVISMO, POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O DILEMA DA INVISIBILIDADE ENTRE OS PORTUGUESES DE SÃO PAULO.....	47
1 – Portugueses em São Paulo.....	47
2 – As eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP).....	53
3 – Polarização política e continuidade histórica: a Casa de Portugal e o Centro Cultural 25 de Abril.....	61
4 – Semelhança e diferença nos discursos identitários dos portugueses de São Paulo.....	65
5 – A diáspora invisível.....	68
CAPÍTULO III – ENTRE AS GLÓRIAS RENOVADAS DO IMPÉRIO E O DISCURSO DA IRMANDADE: HISTÓRIA, POLÍTICA E IDENTIDADE NUM ENREDO LUSO-BRASILEIRO.....	89
1 – O discurso da irmandade e seus significados históricos, políticos e identitários.....	89
2 – As comemorações “do descobrimento do Brasil”; “os 500 anos” e os “outros 500”.....	91
3 – Brasil-Portugal: mais que parceiros, irmãos.....	105
CAPÍTULO IV – POLÍTICAS DA DIFERENÇA, AMBIVALÊNCIAS IDENTITÁRIAS E O DRAMA DA CONTINUIDADE.....	119
1 – A política da diferença no contexto paulistano.....	119
2 – A luso-brasilidade como espaço da ambivalência.....	127
3 – Ser ou não ser português através das gerações.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
BIBLIOGRAFIA.....	153

## AGRADECIMENTOS

*“a construção do objeto (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.”*

Pierre Bourdieu – O poder simbólico

Ao encerrar essa dissertação, defrontei-me novamente com o texto de Bourdieu, cujo excerto uso aqui de epígrafe. Sua declaração me causou algum alento e um tanto de desconcerto. O alento veio por me reconhecer na prática dos retoques sucessivos, das correções e emendas que caracterizariam a construção de um objeto de pesquisa. O desconcerto, pela inevitável constatação de que está cada vez mais difícil garantir o fôlego necessário a essa construção diante das atuais políticas dos cursos de Pós-Graduação no Brasil. As exigências dos prazos e dos formulários não são compatíveis com as exigências de excelência e tudo parece bizarro, quando somos aconselhados e pressionados a abandonar essas últimas em favor das primeiras. Nessa melancólica inversão de prioridades, padecem: o prazer, a maturação das idéias, o espaço de debate, a solidariedade entre os colegas e por aí afora. Mas não quero fazer desse espaço de agradecimento um espaço de protesto. Registro essas condições apenas no intuito de elevar o papel primordial que algumas pessoas tiveram nesses anos de trabalho para que eu continuasse a acreditar nas minhas escolhas e a renovar o fôlego.

No âmbito das instituições financiadoras essa pesquisa contou com vários apoios em diferentes momentos. Inicialmente, para desenvolver um projeto de Iniciação Científica, fui estagiário da CAPES, bolsista no Programa Pibic do CNPq e Apoio Técnico da Linha Nação e Diáspora do CEMI, através do Pronex. O Mestrado foi iniciado com bolsa de demanda social da CAPES e, ainda no primeiro ano, tornei-me bolsista da FAPESP. Como parte do trabalho de campo viajei a Portugal, com financiamento do CEMI e apoio da Secretaria de Estado das

---

Comunidades Portuguesas e da Secretaria de Estado da Juventude. Também viajei para França sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian e do GAP (Groupe du Anthropologie du Portugal) pertencente a Maison de la Science de l'Homme e o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. Em 2002, organizei a I Mostra de Cinema Português de Campinas intitulada *A saudade à deriva* e que só pôde ser realizada graças ao financiamento do Instituto Camões (Pólo São Paulo), da Associação Cultural Babushka e do MIS (Museu da Imagem e do Som de Campinas), além dos apoios do CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais), da PREAC (Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp), FUNCAMP (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp), TAP-Air e Centro Cultural Evolução.

Quanto às pessoas, agradeço, primeiramente, à Profa. Bela Feldman-Bianco pela orientação e por desafiar-me sempre a chegar mais longe em meu trabalho. Toda a pesquisa foi desenvolvida no CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais) que se constituiu para mim um espaço de preciosa interlocução e de amizades estimadas. Juliana Capretz, Marivaldo Parma, Douglas Mansur da Silva e Célia Harumi Seki participaram de minha iniciação no campo em 1997. Célia, desde o início interessada pela dimensão imagética do trabalho de campo, é autora de boa parte das imagens que utilizo. Gustavo Daltro Pedrosa Santos e Igor Rennó Machado já estavam no CEMI quando cheguei e, por várias vezes, leram meus textos, sugerindo alterações e possibilidades para essa pesquisa. Depois de minha entrada, foram incorporados ao quadro de pesquisadores da *Linha Nação e Diáspora* Cristina Maher e Fábio Bento. Cristina revisou parte dessa dissertação, foi minha companheira de campo no ano de 2001 em São Paulo e uma grande interlocutora.

---

André Martini, Guilherme Mansur, Liliana Sanjurjo, Cristiane Spadacio, Janaína Welle e Renata Oliveira compõem o atual quadro de bolsistas de iniciação do CEMI. A André e Guilherme agradeço de forma especial pela ajuda com a revisão final do texto e da diagramação, bem como pelas leituras interessadas e inquiridoras. Ana Maria Galano, Omar Ribeiro Thomaz, Eneida Leal Cunha, Mary Garcia Castro e Gladys Sabina Ribeiro foram, nas poucas oportunidades em que nos encontramos, debatedores argutos e inspiradores. Cláudia Costa, secretária do CEMI, foi apoio constante nas instâncias burocráticas.

Nos anos de graduação, alguns professores foram especialmente estimulantes em suas aulas e nas muitas conversas que tivemos em outras ocasiões, Prof. Sérgio Silva, Profa. Nádia Farage e Prof. Sidney Chaloub, aos quais gostaria de registrar minha admiração e carinho. Partes dessa pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, foram apresentadas e debatidas em Congressos e Seminários. Agradeço às leituras e os comentários feitos nessas ocasiões por Roberto Grün, Teresa Sales, Gladys Sabina Ribeiro, Heloísa Paulo e Gilberto Velho. Na banca de qualificação, contei com as diligentes críticas e sugestões dos Prof. José Luiz dos Santos e Prof. Michael Hall.

Nas idas e vindas a campo, contei com a colaboração e interesse de diversas pessoas que viabilizaram meus projetos. Em São Paulo, Abílio, Carol, Luís, Mirani, Ildfonso, Sérgio, Renata, Adelaide, Odair, Eliana, Conceição, Domingos, Rosa, Joaquim e João de Freitas foram mais do que atenciosos. Em Portugal, Fábio Dias Vaz, Antônio Almeida e Silva e Manuel Manaças facilitaram meu trânsito nos diversos eventos que acompanhei na Assembléia da República Portuguesa e no III Encontro Mundial de Jovens Emigrantes e Luso-descendentes. Lá também fui premiado com a gentileza de Jorge Veríssimo e sua família, e com a hospitalidade, as

---

memórias e a sabedoria de dona Maria Conceição. Em Paris, Irène dos Santos foi minha anfitriã e guia, hospedando-me e apresentando-me o cenário da migração portuguesa na cidade.

No ano de 2002, organizei em Campinas a I Mostra de Cinema Português, acompanhada de um debate sobre as representações do colonialismo, da migração e do exílio na cinematografia portuguesa produzida nos anos 90. As discussões que se seguiram à Mostra foram muito proveitosas para refletir sobre algumas das questões presentes nessa dissertação. Auxiliou-me na parte técnica Lucas Viegas e, na elaboração do material de divulgação, Célia Harumi Seki. Do debate de encerramento, participaram os professores: Bela Feldman-Bianco, Alcir Pécora, John Manuel Monteiro e Haquira Osakabe, além dos pesquisadores Igor Rennó Machado, Douglas Mansur da Silva e Sandra Coelho.

Agradeço às amigas da vida toda, nos quais sempre encontrei refúgio e motivação: Regina Bertoni, Érica Giesbrecht, Fabiana Jordão Martinez, Giuliana Milena Araújo, Raquel de Oliveira Mora, Mônica Franchi e Andiarra Ferreira. De forma especial, registro minha gratidão a Elaine Sanches Moraes, Leslie Shériida Ferraz e Adibo Michael Ganan, que nos momentos mais difíceis estavam disponíveis. Por fim, dedico este trabalho aos meus irmãos Daniela e Henrique e aos meus pais, Laudelino e Maria Lucia. Com eles aprendi a enxergar, no fosso, o prenúncio do castelo.

---

***Resumo:*** Esta dissertação tem por objetivo compreender como se desenrolam os processos de reconfigurações de identidades e reconstruções de *portugalidade* entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo. Através do trabalho etnográfico procura analisar os modos pelos quais se conjugam e se embatem as políticas culturais de semelhança e diferença, com uma abordagem que se estende desde a esfera das relações privadas, passa pelo universo do associativismo e, por fim, atinge as políticas nacionais e transnacionais. A dissertação pretende também dar a conhecer a experiência contemporânea desses migrantes portugueses e seus descendentes, refletindo sobre seus principais discursos identitários: invisibilidade, irmandade, ambivalência identitária e luso-brasilidade. Com esse intento, realiza um mapeamento das tensões e dos interesses, dos sentidos e dos significados – que estão por trás de diferentes interpretações e reações desses sujeitos às políticas portuguesa e brasileira – investigando suas correspondências com distintos posicionamentos ideológicos, localizações sociais e trajetórias de vida.

***Abstract:*** The purpose of this paper is to understand how the identity reconfiguration and *portugalidade* reconstructions develop between the Portuguese and luso-descendants of São Paulo. Through the ethnographic work this paper intends to analyze the ways by which the cultural policies of sameness and difference are combined or confronted, with an approach covering from private relationships, going through the universe of the associations and, finally, reaching the national and transnational politics. The paper also intends to reveal the contemporary experience of these Portuguese migrants and their descendants, reflecting their main identity speeches: invisibility, brotherhood, identity ambivalence and *luso-brasilidade*. Bearing this in mind, this document performs a mapping of tensions and interests, senses and meanings – that are behind different interpretations and reactions of these subjects to the Portuguese and Brazilian politics – investigating their social correspondences with distinct ideological positions, social localizations and life pathways.

---

## **PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS**

Aldesp – Associação dos luso-descendentes do Estado de São Paulo

CC25A – Centro Cultural 25 de Abril

CCP – Conselho das Comunidades Portuguesas

CEE – Comunidade Económica Européia

CP – Casa de Portugal

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FSP – Folha de São Paulo

INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal

MJ – Movimento Jovem

SECP – Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

SEJ – Secretaria de Estado da Juventude

PC – Partido Comunista português

PS – Partido Socialista português

PF – Polícia Federal do Brasil

PSD – Partido Social Democrata português

UE – União Européia

---

## PREFÁCIO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa iniciada em 1997 junto aos portugueses de São Paulo. Em grande medida, ela é comanditória de um programa de pesquisas coordenado pela Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco, intitulado *Identidades: Reconfigurações de Cultura e Política*, e mais especificamente de um de seus sub-projetos: *Imigrantes Portugueses, Imigrantes Brasileiros: Globalização, Antigos Imaginários, e (Re)Construções de Identidade (Uma Comparação Triangular)*. Ao abrigo deste projeto e como parte da equipe de pesquisadores da *Linha Nação e Diáspora* do CEMI (*Centro de Estudos de Migrações Internacionais*) – todos orientados pela Profa. Bela – realizei minha pesquisa cuja primeira etapa encerro com esta dissertação. Uma nova etapa já está em andamento desde o início de 2003, junto ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, e procurará dar continuidade à análise de dados aqui apresentados, bem como estender o campo da pesquisa através da construção de perspectivas comparativas.

Além de minha dissertação, o trabalho de campo realizado em 1997 resultou em relatórios de iniciação científica de mais quatro bolsistas, sendo que dois deles também continuaram seus estudos sobre os portugueses de São Paulo. Célia Harumi Seki produziu um vídeo como monografia de graduação expondo a questão da invisibilidade. Douglas Mansur da Silva dedicou-se em uma monografia e, posteriormente, em uma dissertação de Mestrado, a explorar a história e as memórias da resistência à ditadura salazarista que se organizou em São Paulo e que publicou, por duas décadas, o *Jornal Portugal Democrático*.

De forma geral, esses dois trabalhos e também esta dissertação, para além de suas contribuições específicas, compartilham muitos de seus enquadramentos com os esforços teóricos

---

que vem sendo feitos pela Profa. Bela, com o intuito de confrontar o campo dos estudos pós-coloniais através da exposição e análise meticulosa das continuidades e rupturas no imaginário nacional e nas políticas do Estado português. No meu entender, suas inquietações sobre Portugal transbordam os limites de seu estudo de caso e ajudam a refletir sobre as relações entre os fluxos de pessoas, signos e capitais por uma ótica que explicita as tensões e contradições dos atuais processos de globalização. O mesmo pode se dizer da sua abordagem das construções culturais de semelhanças e diferenças entre portugueses e brasileiros que tem criado um terreno fértil para reflexões sobre processos identitários. Pela influência que suas análises e sua orientação exerceram em meu trabalho, gostaria de deixar aqui registrada, sem isentar-me das responsabilidades da autoria, a dívida intelectual.

Posto isso, vale notar ainda que muitos dos temas aqui tratados estão também presentes nos trabalhos da Profa. Bela, da equipe de pesquisadores da Linha Nação e Diáspora do CEMI e, de modo geral, nos trabalhos de outros estudiosos dedicados às questões relativas à migração portuguesa no Brasil. Estão entre esses temas, só para citar alguns, a irmandade, a invisibilidade, a ambivalência identitária, a luso-brasilidade, o associativismo e o folclore. Diante dessa situação, julgo importante chamar, desde já, a atenção para o que considero ser o alvo do meu trabalho.

Primeiro: busquei nessa dissertação dar a conhecer a experiência contemporânea dos portugueses e luso-descendentes – principalmente lideranças associativas – na cidade de São Paulo. Segundo: é a partir dessa experiência que todos os temas citados acima foram tratados. Nesse intento, minha abordagem procurou mapear as tensões e os interesses, os sentidos e os significados – que estão por trás de diferentes interpretações e reações desses portugueses e luso-

---

descendentes às políticas portuguesa e brasileira – e investigar suas correspondências com distintos posicionamentos ideológicos, localizações sociais e trajetórias de vida.

Fique claro que, com isso, não me furtei de explorar as relações desses processos com processos em escala ampliada, os quais caracterizam as atuais reconfigurações do nacionalismo português e, num escopo ainda mais alargado, a própria conjuntura capitalista. Todavia, evitei deliberadamente o ajuste do foco da análise numa eventual dicotomização entre *global* e *local*, para que se fizesse possível apreender num único registro a dialética que, em minha opinião, envolve as produções culturais localizadas e suas relações com esses processos, seja para reforçar ou contestar suas estruturas de dominação. Como resultado, acredito ter contribuído para a compreensão de como se reconfiguram identidades e como se reconstrói a *portugalidade* entre portugueses e luso-descendentes no Brasil. Por fim, guardo a esperança de que essas intenções estejam claras e realizadas no texto.



---

## INTRODUÇÃO

Laços. São essas as figuras preferidas para representar a crença na forte ligação entre Brasil e Portugal, e curiosamente, também na ligação dos emigrantes e luso-descendentes à nação portuguesa. Não são raízes, correntes ou mãos dadas, são simplesmente laços. Não há discurso político que toque nas idéias de luso-brasilidade e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo sem evocar laços, seja afirmando-os ou desejando-os mais fortes. São laços de irmandade, de sangue, de história, de cultura ou tantos outros, que expressam a idéia de união e de proximidade. Mas seriam esses laços que *unem* Brasil e Portugal da mesma categoria dos laços que *precisam ser mantidos* entre Portugal e seus emigrantes? A indagação remete, por um lado, à extensa trajetória de relações entre as duas nações marcadas pela presença inicial do colonialismo com seus vínculos de pertença e suas faces de conflito e, por outro, a uma nova forma de dar sentido à experiência de desenraizamento e deslocamento do povo português que, vista num continuum de colonização, migração e exílio, subsidia atualmente a construção de uma nação desterritorializada.

Parece ainda prenhe de significados, o fato de um laço ser o tipo de nó mais vistoso, mas também o mais frágil; aquele que se desfaz numa única puxada. Talvez, mesmo, fale-se tanto dos laços, para se evitar tocar nos nós, estes mais firmes e menos tangíveis, reveladores das dimensões mais profundas do relacionamento entre ex-colonizados e ex-metrópole, entre Portugal e seus emigrantes de hoje, ou seus exilados, colonos e colonizados do passado. Nos processos identitários, na história e no afloramento de memórias individuais e coletivas dos migrantes portugueses no Brasil, esses nós ocultos emergem em átomos e espírito, e permitem se não tocá-los, ao menos, visualizá-los naquilo que possuem de mais marcante: a capacidade de

---

produzir continuidades, de juntar fragmentos e criar, por muitas vezes, a impressão de que um vaso inteiro existe, uma cultura lusófona, ou numa chave mais específica, uma cultura luso-brasileira. Nesse contexto, a imaginação do tempo e do espaço português se dispõe sem rupturas. Respectivamente, em sucessão e contigüidade, tornam a ligação luso-brasileira real, ou antes, realizam-na no papel seminal da nação portuguesa que é imaginada atravessando os séculos e o Atlântico, fundindo diferenças; perdendo-se na densa mata para nela se encontrar.

Num plano geral, esta dissertação perscruta os laços entre Portugal e seus migrantes no Brasil, buscando desvendar os nós que pretendem sustentar a pertença desses migrantes à nação. Vale notar, que tal busca resultou, por várias vezes, numa maior compreensão das ligações entre Portugal e Brasil. De uma ótica mais limitada, a dissertação procura, através do trabalho etnográfico, compreender como se desenrolam os processos de reconfigurações de identidades e reconstruções de *portugalidade* entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo. Por fim, preocupa-se com os modos pelos quais se conjugam ou se embatem as políticas de diferença e de semelhança, em sentido amplo, desde os planos familiares, passando pelo associativismo, e atingindo as políticas nacionais e transnacionais.

Esse quadro de questões foi trilhado de uma perspectiva antropológica. No decorrer dos anos de pesquisa, realizei em torno de trinta entrevistas, muitas em caráter de história de vida, e acompanhei mais de cinquenta eventos, desde o planejamento e organização até sua realização e repercussão. Tais eventos foram abordados através da bibliografia, das memórias e versões sobre os acontecimentos passados mas, principalmente, pela observação participante de episódios presentes. Dois deles foram selecionados, por melhor se caracterizarem como dramas sociais (Turner, 1985), servindo então de suporte à descrição e análise dos processos identitários em

---

questão: as eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas, em 1997, e as Comemorações dos 500 anos de “descobrimento do Brasil”, em 2000.

Ademais, há uma aposta consciente na variedade de fontes que incluiu além das entrevistas e da observação de eventos: i) bibliografia – tanto acadêmica quanto a produzida pelos próprios sujeitos da pesquisa (biografias, auto-biografias, homenagens, histórias das associações), ii) documentação primária como atas de reunião, projetos legislativos, legislação, álbuns fotográficos, e iii) material de imprensa e de publicidade (revistas, jornais, panfletos, páginas de internet, fotografias, etc). No campo do debate teórico, os conceitos utilizados na dissertação são problematizados oportunamente em cada capítulo e retomados numa seção de considerações finais. Sobre a estrutura do trabalho, está dividido em quatro capítulos.

O capítulo I (**Do Império à nação desterritorializada**) discute os projetos portugueses de inclusão de migrantes à nação. Para tanto, toma por base a evolução das instituições e da legislação portuguesa sobre nacionalidade e migração num comparativo com estatuto legal dos migrantes portugueses no Brasil. O enfoque se legitima primeiramente pela condição ambígua dos principais sujeitos da pesquisa, a um só tempo, emigrantes para o Estado português e imigrantes para o Estado brasileiro. O capítulo se constrói por uma abordagem transnacional da reconstrução da nação portuguesa, incluindo o papel desempenhado pela diáspora nesse processo, e também levando em conta, a importância do Brasil como destino preferencial das correntes migratórias portuguesas desde o século XIX até a década de 1950 e a posterior inversão ocorrida nos anos noventa, quando Portugal torna-se um dos principais pontos de recepção da diáspora brasileira.

Nesse ínterim, apresenta como primeiro importante foco de análise do nacionalismo português no período salazarista, a concorrência entre emigração e colonialismo, que se revelou

---

uma das chaves para compreender as representações e auto-representações recorrentes da emigração portuguesa como continuidade do colonialismo, como missão civilizatória e como repetição da aventura dos descobridores. O capítulo se encerra, argumentando que, com a queda da ditadura e o fim do sistema colonial na África, os esforços do governo português começam a se concentrar em projetos de inclusão dos emigrantes à nação. Contudo, tais projetos – vistos como marcas diferenciadas do novo Estado democrático português – tendem a reformular os imaginários da grandeza nacional que definiam o nacionalismo salazarista. Paralelamente, o capítulo demonstra os aparentes antagonismos resultantes de investimentos tais como a criação da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) e a inserção definitiva na UE (União Europeia), os quais viabilizam a nação portuguesa se imaginar para além de seus considerados estreitos limites territoriais.

No capítulo II (**Dialéticas da inclusão e da exclusão: associativismo, polarização política e o dilema da invisibilidade**), procuro apresentar o universo associativo dos portugueses de São Paulo. A influência das políticas portuguesa e brasileira (examinadas no capítulo I) é interpretada na experiência dos migrantes portugueses e luso-descendentes e na vida das associações. Considerando o estímulo por parte do Estado português à *etnicização* de seus emigrantes e à politização da *portugalidade* no contexto da diáspora, o capítulo se dedica a investigar as disputas e os interesses, os sentidos e os significados que são atribuídos a essas políticas pelas lideranças associativas da cidade. O acompanhamento do processo eleitoral para o Conselho das Comunidades Portuguesas de 1997 é a base para um mapeamento das condutas políticas e dos campos sociais dos portugueses na cidade, particularmente das lideranças associativas. O capítulo avança a hipótese de que os diferentes posicionamentos ideológicos dessas lideranças, dentre outras coisas, resultam da continuidade de disputas políticas vistas sobre

---

um eixo de adesão ou oposição ao salazarismo. Tal continuidade pode ser percebida na polarização política existente entre duas das principais associações da cidade: Casa de Portugal e Centro Cultural 25 de Abril.

O capítulo é finalizado com a proposição de um quadro interpretativo dos discursos identitários dos migrantes portugueses que se fundamenta nas idéias de invisibilidade, irmandade, migrante na diáspora e luso-brasilidade, entendidas como resultados das contínuas produções culturais de semelhança e diferença em relação aos brasileiros. Por fim, examina o primeiro desses discursos: a invisibilidade, mostrando, como ao pressupor uma situação de indistinção dos migrantes portugueses na sociedade brasileira, parte das lideranças associativas de São Paulo acabam aderindo a um discurso excludente e segregador.

No capítulo III (**Entre as glórias renovadas do Império e o discurso da irmandade: história, política e identidade num enredo luso-brasileiro**), início a exploração dos discursos e práticas que correspondem à afirmação da irmandade entre Brasil e Portugal, a qual se fundamenta, dentre outros argumentos, na expressiva presença de portugueses e luso-descendentes no Brasil e de brasileiros em Portugal. O capítulo mostra como o discurso da irmandade (tanto metaforicamente, quanto concretamente) possui sentidos que transbordam a simples enunciação do sentimento fraterno e corresponde a lógicas hierárquicas e visões históricas acerca das relações entre Brasil e Portugal. Expõe como seu caráter eminentemente ideológico, de certo modo, oculta-se na aspiração de sublimar situações conflituosas de ordem política, pertencentes à esfera pública, pela representação desses conflitos por categorias referentes aos assuntos de ordem familiar, portanto, concernentes à esfera das relações privadas.

O contexto celebrativo dos “500 anos de descobrimento do Brasil” entre os migrantes portugueses e luso-descendentes de São Paulo serve de base para a investigação do discurso da

irmandade. O capítulo mostra ainda, como à enunciação da irmandade, subjazem visões históricas dos migrantes portugueses que combinam rupturas e continuidades entre o Portugal Metrópole e o Portugal europeu. Por fim, demonstra como a metáfora da irmandade se refere a uma suposta horizontalidade de relacionamento entre Brasil e Portugal. Situação que aponta para a importância da análise dos discursos que representam as relações de Portugal com suas outras ex-colônias. Ao final, é sugerido que a presença do discurso da irmandade no contexto das comemorações dos descobrimentos em contraste com a presença do discurso da invisibilidade durante as eleições para o CCP corresponde por vias distintas a concepção de semelhança entre portugueses e brasileiros.

O capítulo IV (**Políticas de Diferença, ambivalências identitárias e o drama da continuidade associativa**) trata dos discursos identitários construídos a partir da prática política sustentada na idéia de diferença identitária e levada a cabo pelas lideranças do Centro Cultural 25 de Abril. Esses discursos pautam-se tanto na afirmação da condição distintiva do migrante (diferença por condição social - relacionada a questões de cidadania) quanto por um modo de ser português (diferença de ordem cultural). Feita a comparação entre os discursos embasados na semelhança (invisibilidade e irmandade) e os construídos a partir da suposição da diferença, a análise avança para a noção de *ambivalência* identitária que historicamente marca a definição da identidade dos migrantes portugueses no Brasil. Contrapõe as idéias de que essa ambivalência seja apenas o *resultado não planejado de posicionamentos ambíguos e circunstâncias históricas contingentes* com a percepção de sua produção também como um processo *consciente e não casual de uma ideologização da experiência portuguesa no Brasil*.

O capítulo em seu final, dedica-se a entender a ambivalência identitária, no meio em que se mostra mais potencializada: entre os luso-descendentes e os projetos de continuidade das

---

associações migrantes. Apresenta o modo pelo qual os luso-descendentes se incluem no mundo associativo e, por conseguinte, no campo das políticas do Estado português, indicando duas formas principais de participação: os movimentos de cunho político (Movimento Jovem e Aldesp) e os ranchos folclóricos. Nesse ínterim, aponta para um descompasso entre as expectativas das lideranças sobre os mais jovens, vistos quase sempre como uma forma de renovar o fôlego renovado das associações e uma importante força para a mudança dos estereótipos do atraso português que são correntes no Brasil. Tal descompasso se revela no fato de que os poucos luso-descendentes que participam de associações tendem a se sentirem atraídos antes pelos grupos folclóricos que celebram a tradição rural lusitana do que pelas oportunidades políticas e econômicas que mobilizam as lideranças de associações. A dissertação se encerra com um item conclusivo, no qual são retomadas as principais questões discutidas ao longo dos capítulos e sugeridos alguns dos caminhos possíveis para a continuação da pesquisa.



---

## CAPÍTULO I: DO IMPÉRIO À NAÇÃO DESTERRITORIALIZADA

### 1. As bases históricas da desterritorialização da nação

“só poderemos sobreviver, só (...) poderemos acreditar em Portugal, e no seu futuro, se nos concebermos como nação que abrange os residentes e os não residentes. Todos tratados em pé de igualdade. Mas se a nação é isto, então como pode o Estado e a Constituição, que é a Constituição da Nação espartilhar os direitos do emigrante? Ser concebida apenas com os residentes?”

Francisco de Sá Carneiro, 1980<sup>1</sup>

A assertiva extraída de um discurso do então primeiro-ministro Francisco de Sá Carneiro ilustra bem a dimensão que a questão migratória passou a representar para algumas lideranças políticas nos anos seguintes à Revolução dos Cravos. Após cinco séculos de colonialismo, aqueles personagens políticos recém-chegados ao poder, dentre eles, o próprio ministro, passaram a considerar como primordial, a inclusão de emigrantes<sup>2</sup> portugueses na criação de uma nação espalhada pelo mundo. Para esses personagens, o futuro de Portugal dependia da capacidade de se enxergar o país por um novo prisma, o da *nação desterritorializada*<sup>3</sup>. (Feldman-Bianco, 1992, 1994, 1995) Mas se a inclusão dos emigrantes na imaginação de uma comunidade nacional portuguesa (Anderson, 1989) ganhava o status de questão de sobrevivência no discurso das classes políticas, os motivos dessa opção não eram claros para além de um certo caráter sentimental de garantias de nacionalidade aos compatriotas e seus filhos em terras estrangeiras. A observação do contexto em que a idéia de inclusão da diáspora à nação, ou seja, da imaginação de

---

<sup>1</sup> Citado por Aguiar, 1986, 7 e Feldman-Bianco, 1992, 149.

<sup>2</sup> O uso do termo emigrante é feito para expressar a relação entre um indivíduo e seu país de origem, imigrante para o indivíduo e seu país de acolhimento. O termo migrante é reservado para manter o duplo sentido de imigrante em relação à sociedade de acolhimento e emigrante em relação à sociedade de origem.

<sup>3</sup> Isto é, na acepção mais comum de nação, baseada no trinômio povo, cultura e território, pretendia-se redimensionar o peso do último termo, passando-se a incentivar a idéia de “onde houvesse um português, lá estaria Portugal”.

uma nação desterritorializada, ganha importância – a ponto mesmo de se tornar hegemônica (Fox, 1989) – aponta para razões práticas e simbólicas de caráter bastante diverso.

Dentre essas razões, alinhavam-se como basais para o novo posicionamento de Portugal junto aos seus emigrantes: i) a percepção crescente da importância que uma população espalhada pelo mundo, equivalente a cinquenta por cento da população residente no próprio país<sup>4</sup>, poderia representar em termos políticos, levando-se em conta, inclusive, a centralidade das negociações da participação portuguesa na Comunidade Económica Europeia (CEE) para a política externa do país<sup>5</sup>, ii) o sentimento de reparo proporcionado por qualquer extensão de direitos aos emigrantes considerados, de certo modo, expulsos pela situação política e económica do período salazarista<sup>6</sup> e a potencialidade dessa atitude como diferencial para identificar uma nova postura política que se desejava democrática e cidadã, e iii) a necessidade de manter e estimular as remessas e a ajuda dos emigrantes para a terra natal, diante da notória fragilidade económica do país, entre meados da década de setenta e início da década de oitenta.

Outras razões, contudo, foram se tornando mais nítidas apenas com o passar dos anos. Como no processo fotográfico, precisaram de tempo e de substância reveladora para se darem a conhecer. Se tudo leva a crer num transbordamento dos significados da emigração para Portugal naquele momento, esse transbordamento, de fato, foi se fazendo às gotas, sendo crucial notar que a *indústria emigratória*<sup>7</sup> ainda era tida como uma solução paliativa para as altas taxas internas de

---

<sup>4</sup> Estimativa da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

<sup>5</sup> Apesar da participação de Portugal se efetivar apenas em 1986, desde alguns anos antes, esta participação era um foco importante e decisivo na política externa portuguesa. Vale ressaltar, que a associação de população espalhada pelo mundo à importância política, nessa acepção, diz respeito tanto a um sentido mercadológico, quanto às possibilidades de intermediação cultural e política entre sociedades de origem e de acolhimento.

<sup>6</sup> A ideia da emigração portuguesa como um processo de expulsão de cidadãos é anterior ao salazarismo e já se configura como crítica às políticas portuguesas desde o século XIX. Vide Serrão, 1982.

<sup>7</sup> O deslocamento continuado de milhares de portugueses anualmente para países estrangeiros foi, sem dúvida, além de solução para problemas económicos e políticos internos, um negócio lucrativo para os atravessadores e para o próprio governo português. Tal fato pode ser deduzido tanto pelas narrativas coletadas juntos aos emigrantes radicados em São Paulo, quanto pelas referências esparsas de diversos autores sobre o papel dos chamados engajadores, que se sobrepunha aos papéis desempenhados por amigos e familiares (estes mais estudados) na

desemprego. Mesmo o aparente aumento do controle governamental sobre a saída de emigrantes não tinha um caráter de desestímulo à emigração, já que se observava, em paralelo a esse aumento de controle, a multiplicação de esforços para o estabelecimento de acordos de emigração e trabalho com diversos países dentro e fora da Europa, dentre eles, Bélgica, Venezuela, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (Ribeiro, 1987). Ainda assim, uma preocupação candente, ficava expressa em freqüentes artigos na imprensa, sobre as possibilidades oferecidas pelo governo português para o retorno dos cidadãos emigrados na ditadura. Apesar de se esboçarem algumas ações para facilitar o retorno daqueles que desejassem, as respostas da classe dirigente fundamentavam-se na falta de condições de Portugal para receber seus emigrantes de volta sem contudo deixar de apontar em direção a projetos futuros.<sup>8</sup>

Desde a Revolução dos Cravos, a questão migratória foi progressivamente ganhando proeminência nos debates acerca dos novos rumos da nação. Já na década de setenta, como mostra Feldman-Bianco (1992, 148), pelo menos no plano retórico, os emigrantes começam a ser incorporados. Um exemplo bastante interessante desta incorporação é um Decreto-Lei de 1977 que modifica a denominação das comemorações cívicas do 10 de junho (dia da Raça Lusitana e de Camões) para dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. O tropo de “Raça Lusitana” para “Portugal e comunidades portuguesas” é um indício interessante das continuidades e equivalências entre essas idéias no imaginário nacionalista português. A partir do início da década de oitenta, uma série de transformações operadas na estrutura legal e

---

empreitada da migração. Além disso, as ramificações dessa indústria se distribuíam também no lugar de destino desses migrantes (nesse caso, o Brasil). Os relatos de alguns migrantes que entrevistei narraram em detalhes a série de exigências dos empregadores (muitas vezes os próprios familiares) para emitir as cartas de chamada. Muitos deles contaram ter trabalhado anos por pouco mais que habitação e comida.

<sup>8</sup> Em fins da década de 90, esses projetos de retorno ganham eco nas políticas ligadas ao manifesto interesse do governo pelos chamados luso-descendentes (principalmente filhos e netos de portugueses nascidos no exterior): i) qualificados para assumir postos de trabalho nas áreas em que a formação portuguesa é considerada deficiente (medicina, informática, etc.), ii) jovens empresários com interesse em investir em Portugal e iii) lideranças políticas que, porventura, possam facilitar ou criar oportunidades para investimentos portugueses nos países de acolhimento.

---

institucional do Estado português progressivamente começou a criar as condições para a inclusão dos emigrantes, ou como viriam a ser chamados posteriormente, dos cidadãos residentes no estrangeiro, à nação.

## **2. Evolução da legislação portuguesa sobre nacionalidade**

A legislação sobre nacionalidade portuguesa tradicionalmente combinava os princípios do *jus solis* (direito do solo) e *jus sanguinis* (direito de sangue, parentesco), com clara primazia do primeiro. Em termos gerais, essa combinação resultava na atribuição da nacionalidade a toda pessoa nascida em Portugal ou em seus territórios coloniais, através de sistema de registro de nascimentos controlado pelo Estado e também aos filhos de pais portugueses que nascessem em terras estrangeiras, mas não aos filhos apenas de mãe portuguesa, já que essas perdiam a nacionalidade ao se casarem com um estrangeiro (Ramos, 2001). Ainda segundo Ramos, essas leis estavam dispersas e o primeiro esforço em reuni-las foi feito através da Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, que manteve a conjugação dos princípios de territorialidade e descendência e diminuiu as situações de perda da nacionalidade – embora tenha aumentado o poder estatal para tomar decisões a esse respeito.

Sobre o *jus sanguinis*, procurou-se deixar tão claro quanto possível o fator de descendência paterna como fundamento de nacionalidade, excluindo-se a transmissão da nacionalidade por via materna. A ênfase no *jus solis* patente na lei permitia a atribuição de nacionalidade aos filhos de pais portugueses nascidos no estrangeiro apenas se os pais estivessem a serviço do Estado português, sem, contudo, tirar-lhes o direito de requerer a nacionalidade. Naquele momento, a realidade tomada por referência era a do colonialismo e, através do

---

predomínio do *jus solis*, garantia-se a inserção das populações coloniais à nação portuguesa, o que obviamente não implicava uma igualdade de direitos, já que a nacionalidade não se prestava bem a uma abordagem pela perspectiva dos direitos civis. Essa abordagem só fará algum sentido a partir da década de 1980, quando a obtenção de nacionalidade passa a possibilitar aos residentes no exterior o acesso ao voto em eleições gerais, a escolha de representantes políticos específicos e a possibilidade de ajuda financeira, dentre outros direitos. De 1959 até a queda da ditadura, em 1974, nada se alterou na lei de nacionalidade, ainda que, entretanto, ocorresse um grande aumento da população emigrada.

Em 1975, o Decreto-Lei n.º 308/A, de 24 de Junho, estabelece a perda automática de nacionalidade para a população residente nos territórios coloniais que haviam se tornado independentes no contexto das guerras coloniais e da Revolução dos Cravos. Com isso, criou-se uma situação *sui generis*, pois muitos portugueses que viviam na África perderam o direito à nacionalidade portuguesa após a descolonização. Mesmo aqueles que residiam em Portugal à data da Revolução só mantiveram a nacionalidade portuguesa se estivessem domiciliados naquele país há mais de cinco anos. Quanto aos indivíduos nascidos em territórios ultramarinos e residentes em países estrangeiros, o Decreto nada especificou. Também ficou mantida a perda de nacionalidade dos portugueses que houvessem adquirido outra nacionalidade, situação já prevista na lei de 1959. Além de um ajuste à nova realidade política, o objetivo do decreto era conter o fluxo de retornados, que, não obstante, bateu a casa dos quinhentos mil nos anos seguintes a 1974 (Lewis & Williams, 1985; Aguiar, 1986 e Ribeiro, 1987).

Em 1981, num contexto menos conturbado, uma revisão ampla da legislação de 1959 é levada a cabo e a lei resultante (Lei n.º 37, de 3 de outubro de 1981) reconsidera a primazia do princípio do *jus solis*, que perde definitivamente seu caráter automático (Ramos, 2001). Em

termos gerais, incorpora-se o conceito da vontade individual<sup>9</sup>, que, no entanto, restringe o direito a obtenção de nacionalidade para os indivíduos nascidos em Portugal de pais estrangeiros. Nesse caso, têm direito a requerer a nacionalidade, apenas os filhos dos estrangeiros residentes legalmente no país há pelo menos seis anos, que ainda ficam obrigados a declarar seu desejo em obter a nacionalidade portuguesa. Para os filhos de portugueses residentes no exterior também é necessária a declaração da vontade para obter a nacionalidade lusa. No entanto, dispensa-se a renúncia de outra nacionalidade no caso de possuí-la, o que aumenta consideravelmente a situação de dupla cidadania. A fim de contornar os problemas dos apátridas, resultante do Decreto-Lei de 1975, a nova lei de 1981 permite a todo indivíduo sem nacionalidade alguma requerer a portuguesa – desde que prove sua ligação efetiva a Portugal. Também se amplia o escopo do *jus sanguinis* para a descendência por via materna, e as mulheres portuguesas casadas com estrangeiro mantêm sua nacionalidade de origem. De forma geral, a lei de 1981 facilita a obtenção de nacionalidade para descendentes de emigrantes e dificulta essa possibilidade para os imigrantes em Portugal, população que, entre os anos de 1960 e 1980, tinha aumentado em relação à população portuguesa residente no país de 0,33 para 1,24 pontos percentuais, com tendência de elevação manifesta (Céu Esteves, 1991 apud Ramos 2001). Claramente, as mudanças legais de 1981 baseiam-se na realidade emigratória e na intenção de incluir esses emigrantes à nação, muito mais que na preocupação com o afluxo crescente de imigrantes a Portugal, que, àquela época, ainda não era vista como uma situação a ser controlada<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Em termos práticos, o conceito de vontade individual significa que a simples declaração de vontade é o instrumento legal e necessário para aquisição da nacionalidade portuguesa pelos indivíduos com direito de adquiri-la e que já não a possuem por atribuição. Possuem por atribuição a nacionalidade portuguesa os nascidos em Portugal filhos de pai ou mãe com nacionalidade portuguesa. A lei, em alguns aspectos, faz distinção entre portugueses originários (que possuem a nacionalidade por atribuição) e portugueses naturalizados ou de nacionalidade adquirida.

<sup>10</sup> Nos últimos 20 anos, Portugal tem se tornado cada vez mais um destino para os emigrantes de suas ex-colônias. Atualmente, são aproximadamente 350 mil estrangeiros vivendo e trabalhando em Portugal. Desses apenas 238 mil são legalizados. As principais origens dos migrantes são Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Brasil. Nos últimos

Por fim, a mudança mais recente para atribuição ou aquisição de nacionalidade portuguesa se dá em 1994 e pode ser considerada uma virada final em direção ao princípio do *jus sanguinis*. Numa reforma elaborada nitidamente pós-Maastricht (1991)<sup>11</sup>, a Lei n.º 25, de 19 de agosto de 1994, antes de qualquer coisa, insere-se no contexto de fechamento de fronteiras extra-comunitárias – passo planejado para a consolidação da União Européia, na qual Portugal foi aceito como país membro em 1986.<sup>12</sup> Nesse particular, os debates do momento em que a lei é aprovada refletem a busca do governo, à época sob controle do Partido Socialista (PS), em conciliar projetos de nação contraditórios referidos às idéias de Portugal Atlântico e Portugal

---

anos, um grande fluxo de migrantes do Leste europeu vem alterando as estatísticas da imigração em Portugal. (Fonte INE – Instituto Nacional de Estatística).

<sup>11</sup> Tratado firmado entre os países membros da União Européia em 1991 que, dentre outras coisas, procura definir uma política imigratória comum, marcada por um aumento das restrições para imigração.

<sup>12</sup> A lei de 1994 restringe as já poucas possibilidades dos imigrantes adquirirem nacionalidade portuguesa, que após 1981, ainda podia ser feita por casamento e naturalização. Para a obtenção de nacionalidade por cônjuge passa a se exigir 3 anos de casamento e o processo de naturalização, reclama tanto um tempo maior de residência legal no país (6 anos apenas para nacionais de países de língua oficial portuguesa e 10 para outras nacionalidades), quanto a comprovação pelo declarante de ligação efetiva com a comunidade nacional, instrumento que segundo Ramos (2001), amplia o controle do Estado, pois o ônus da prova sobre essa ligação passa a recair sobre o requerente e não mais sobre o Estado, que para negar a concessão de nacionalidade precisava, pela lei de 1981, provar a falta dessa ligação. Ainda como consequência importante dessa lei surgem categorias diferenciadas de imigrantes que são reproduzidas em toda base jurídica portuguesa e implicam o tratamento diferenciado de imigrantes comunitários, originados dos países componentes da UE, imigrantes lusófonos, para os provenientes dos países de língua oficial portuguesa e outros imigrantes, nessa categoria incluem-se os imigrantes de todos os outros países. Atualmente, o maior grupo sujeito às imposições inerentes a essa classe são os imigrantes saídos do Leste Europeu. Nesse interim, é importante se observar sobre a lei de nacionalidade de 1994, a criação de mecanismos que subordinam sua validade às prerrogativas das políticas imigratória e trabalhista. Tornam-se comuns artifícios que combinam elementos dessa legislação (prazos, documentações, etc.) aos estatutos das leis trabalhistas e imigratórias, perpetuando a situação de clandestinidade e desalento dos imigrantes em Portugal. Por exemplo, a lei de imigração aprovada em 2001 pelo parlamento português limita os vistos de permanência para estrangeiros com contratos de trabalho em no máximo 5 anos, o que inviabiliza na prática os pedidos de nacionalidade ou autorização residência definitiva que exigem pelo menos 6 anos de residência ininterrupta em Portugal (Machado, 2002). Outras observações seriam interessantes como, por exemplo, uma acentuada preferência por legalizar brancos que obviamente ausente da legislação fica, contudo, demonstrada nas estatísticas de legalização. (Santos, 2000) De modo genérico, a lei de 1994 amplia fortemente o poder decisório do Estado para atribuir a nacionalidade, driblando os automatismos previstos em leis anteriores. Com isso, organizam-se as bases de uma nova indústria migratória portuguesa, que agora se alimenta da força de trabalho de baixo custo e desprovida de benefícios sociais (apesar de estar sujeita a encargos) e também de direitos políticos para se consolidar. Vale notar que a mobilidade social, muitas vezes exaltada pelas lideranças portuguesas no Brasil, em narrativas do tipo “cheguei descalço e veja o que tenho hoje”, na atual conjuntura, descortina-se irrealizável à maior parte dos imigrantes em Portugal. Sobre as condições de imigrantes brasileiros em Portugal vide: Santos (2002), Machado (2002), Feldman-Bianco (2000 e 2001).

Europa (Santos, 2002 e Feldman-Bianco, 2001)<sup>13</sup>. Se a opção europeia parece ganhar corpo na prática política em relação à imigração, os discursos atlânticos, por sua vez, fortalecem-se com as comemorações centenárias das navegações portuguesas, com o incentivo à institucionalização da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e, no âmbito da política econômica, com os investimentos maciços de Portugal no Brasil, principalmente no contexto das privatizações levadas a cabo pelo governo FHC (1994-2002).<sup>14</sup>

Para os emigrantes e seus descendentes, a lei de 1994 ajusta as facilidades para obtenção de nacionalidade, muitas delas já previstas pelas reformas de 1981.<sup>15</sup> Contudo, o fator mais importante para favorecer o acesso de emigrantes e seus descendentes à cidadania portuguesa foi, de fato, o investimento na estrutura consular e na diminuição dos trâmites burocráticos que estendiam os processos por anos, além de tornarem seu custo elevado. Essas facilidades relativas geraram um enorme aumento das emissões de dupla cidadania, pelo menos entre os portugueses do Brasil – principalmente nos últimos anos.<sup>16</sup> Inicialmente, isso leva a crer na existência de uma demanda reprimida por esse tipo de documentação. Creio, contudo, que essa demanda, na verdade, criou-se paralelamente ao investimento continuado do Estado português na aproximação com os jovens luso-descendentes, tendo em vista, nas palavras das autoridades portuguesas,

---

<sup>13</sup> Parece-me cada vez mais clara, a necessidade de se reavaliar a oposição entre esses dois projetos, a partir de um escopo mais amplo referido à disputa interna entre nações europeias e também entre bloco europeu e bloco norte-americano. Se pelo viés da circulação de pessoas, fica salientada a divergência entre a idéia de uma fortaleza europeia e um Portugal atlântico (Feldman-Bianco, 2001 e Santos, 2002), imaginado como espaço de encontro e circulação de culturas, no âmbito da economia política, o novo imperialismo português é apenas mais um que se projeta dentre outros das ex-metrópoles europeias. Caso mais próximo seria o espanhol, que da mesma forma que Portugal tem investido maciçamente em suas ex-colônias.

<sup>14</sup> Este assunto será mais bem explorado no capítulo III. Apenas a título de ilustração, pode-se mencionar que, nesse período, Portugal torna-se o 3º. maior investidor estrangeiro no Brasil, que por sua vez, torna-se o principal destino dos investimentos portugueses no exterior.

<sup>15</sup> Um problema que tem se mantido mesmo com as regulamentações e modificações da lei de 1994 feitas pelos Decretos-Lei nº 253, de 20 de Outubro de 1994 e nº 37, de 31 de Janeiro de 1997 é o da reaquisição da nacionalidade portuguesa pelos emigrantes que obtiveram a naturalização em seus países de acolhimento antes de 1981. Aqueles que fizeram isso após 1981, readquirem a nacionalidade portuguesa apenas preenchendo um requerimento, enquanto aos outros esse direito ainda é vedado.

perpetuar os laços com suas origens. A publicidade em torno da “europeização” portuguesa e a explicitação da preferência por luso-descendentes para preencher setores deficitários no mercado de trabalho, aliadas à perene crise brasileira das últimas décadas e às acentuadas taxas de desemprego, ajudam a compreender, pelo menos parcialmente, esse aumento de interesse por uma nacionalidade portuguesa que, muitas vezes, significa não mais que, um passaporte português, ou mais precisamente europeu.<sup>17</sup>

A lei de 1994 é classificada por Ramos como restritiva em relação aos imigrantes e estrangeiros em Portugal. Segundo ele, no atual cenário de restrições legais e controle das populações imigrantes em Portugal, resultante da combinação das legislações de nacionalidade e de imigração elaboradas na década de 1990, ganham destaque os acordos de igualdade de direitos firmados com os países exportadores de força de trabalho. Como exemplo do mais avançado acordo estabelecido, cita a Convenção de Igualdade Brasil-Portugal de 1971, também menciona os acordos entre Portugal e Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, além de outros documentos mais restritos com Angola e Moçambique. De fato, se as leis endurecem, a busca por regimes de exceção, como os acordos citados, podem ganhar importância. Porém, no atual

---

<sup>16</sup> As facilidades são relativas ao período anterior, mas não é possível se dizer que seja um processo simples porque além de se exigir uma série de documentos os prazos de verificação são alongados e os custos não são baixos.

<sup>17</sup> Como mostra um informativo do escritório jurídico Portugal Expresso: *Os cidadãos que adquiram a nacionalidade portuguesa adquirem a cidadania da União Europeia, nos termos do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht). Para além da liberdade de circulação em todos os países da União (Portugal, Espanha, França, Reino Unido da Inglaterra e Irlanda do Norte, Irlanda, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Itália, Grécia, Áustria, Suécia e Finlândia) os cidadãos europeus, gozam nesses países do direito de estabelecimento, do direito ao trabalho, do direito ao ensino, à saúde e à segurança social e do direito à livre circulação de mercadorias e de capitais, em igualdade com os cidadãos dos respectivos países e do direito à protecção diplomática e consular de todos os países da União em qualquer país do Mundo em que se encontrem. Os cidadãos da União não podem em nenhum dos países que a constituem ser tratados como candidatos à emigração e circulam livremente em todos eles sem passaporte, apenas com o bilhete de identidade do respectivo país. Os cidadãos da União viajam para terceiros países com passaporte da Comunidade Europeia, podendo reclamar apoio de qualquer um dos países que a constitui.* Tais observações têm suscitado reflexões sobre a necessidade de se repensar a emigração portuguesa no interior da União Europeia já que o estatuto legal desses migrantes passa a ser diferenciado. Se considerados apenas os aspectos jurídicos, a categoria emigrante torna-se inadequada para descrever os cidadãos portugueses que se deslocam para países membros da União Europeia.

momento, a efetividade desses acordos em criar melhores condições para os imigrantes dos respectivos países com que foram firmados é bastante limitada. Antes de passar à discussão da reciprocidade entre Brasil e Portugal no campo dos direitos estabelecidos em acordos bilaterais, vale a pena apresentar um quadro resumo das alterações mais importantes da legislação portuguesa de nacionalidade.

Sintetizando o histórico da legislação sobre nacionalidade portuguesa, têm-se bem marcados quatro momentos que remetem respectivamente às realidades do colonialismo (1959), da descolonização africana (1975), da inclusão de emigrantes ou desterritorialização da nação (1981) e da exclusão e controle dos contingentes imigrantes – parte do processo de inserção de Portugal na União Européia (1994). Por ora, interessa reter deste quadro: a mudança do princípio definidor da nação – que passa da primazia do território para a do sangue – e a aceitação da situação de dupla nacionalidade, ou seja, a abertura da legislação para que um indivíduo possa ser leal a dois Estados e reconhecido por ambos como cidadão. Sem dúvida, essas transformações refletem a crescente importância adquirida pelos emigrantes frente ao Estado português, fator que ajudará a melhor compreender os campos sociais e as disputas por poder que envolvem as lideranças portuguesas de São Paulo. Além disso, as mudanças na legislação de nacionalidade, de certa forma, são o resultado (sempre parcial) das disputas entre diferentes parcelas das classes dirigentes e refletem bem as visões de nação que prevalecem nas disputas entre diferentes ideologias (Fox, 1989). Portanto, são bons indícios dos projetos de nação mais salientes e dos processos de construção de hegemonias nacionalistas.

**Quadro Sinótico da Evolução da Legislação de Nacionalidade Portuguesa**

Lei/Data	Contexto	Destques	Princípio Prevalente
Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959	Período de 1959 a 1975: - Colonialismo. Reunião de legislação dispersa. Estabelecimento de regras de incorporação da população dos territórios ultramarinos à nação. Concorrência entre emigração e colonização. Aumento dos fluxos de emigração e mudança do padrão trans-oceânico para intra-europeu.	- aquisição de outra nacionalidade implica a perda da portuguesa; - linha de descendência apenas paterna; - atribuição de nacionalidade aos nascidos de pais portugueses no estrangeiro, apenas no caso de os pais estarem a serviço do Estado. - atribuição automática de nacionalidade aos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal.	<i>JUS SOLIS</i>
Decreto-Lei n.º 308/A, de 24 de Junho de 1975	Período de 1975 a 1981: - Pós-Revolução dos Cravos. Fim do regime colonial. Necessidade de ajuste da legislação de nacionalidade para desvincular da nação às populações dos territórios coloniais em vias de se tornarem Estados independentes. Tentativa de contenção do fluxo de retornados.	- aquisição de outra nacionalidade implica a perda da portuguesa; - perda do direito de nacionalidade para as populações das ex-colônias (estende-se inclusive aos portugueses de origem africana que estivessem vivendo há menos de 5 anos em Portugal na data da revolução).	
Lei n.º 37, de 03 de Outubro de 1981	Período de 1981 a 1994: - Consolidação do regime democrático. Problemática de incorporação de emigrantes à nação cria bases para um projeto de nação desterritorializada. Início do crescimento dos fluxos migratórios para Portugal.	- aquisição de outra nacionalidade deixa de resultar na perda da portuguesa; - descendência traçada por linha paterna e materna; - instrumentos de reaqusição da nacionalidade para os que a perderam pelo decreto-lei de 1975; - atribuição de nacionalidade aos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal, depende da declaração de vontade e tem efeito apenas no caso de residência legal dos pais por pelo menos 6 anos.	
Lei n.º 25, de 19 de Agosto de 1994	Período de 1994 a 2001:- Inserção definitiva de Portugal na União Européia. Políticas de nacionalidade e migração atreladas ao fechamento de fronteiras extra-comunitárias. Busca de controle dos crescentes contingentes imigrantes e programas de reforço dos vínculos com as comunidades portuguesas.	- direito de dupla cidadania (maiores facilidades para requerer a cidadania portuguesa para os luso-descendentes); - ajustes na legislação facilitam a reaqusição da nacionalidade portuguesa perdida nas situações previstas pelas leis de 1959 e 1975; - direitos diferenciados de acessos à nacionalidade para imigrantes e seus filhos oriundos de países de língua portuguesa.	<i>JUS SANGUINIS</i>

Como tenho pretendido explicitar com a análise da legislação portuguesa de nacionalidade paralelamente aos contextos migratórios, a política portuguesa vem progressivamente favorecendo a inclusão de seus emigrantes a um projeto de nação em detrimento da integração de imigrantes. Desse viés, interessa ainda para minha abordagem – considerando que os sujeitos dessa pesquisa também são imigrantes no Brasil – uma exploração da legislação brasileira, a qual, acredita-se, historicamente privilegiou a integração dos imigrantes portugueses à sociedade, algo a ser melhor explorado em suas nuances.

### **3. Relações Brasil-Portugal e os direitos do migrante português no Brasil**

Para iniciar, vale notar que, do ponto de vista do deslocamento de portugueses para o Brasil, há uma dificuldade entre estudiosos em distingui-lo entre colonização e migração. Muitos acabam por adotar o termo imigração apenas para as entradas posteriores a 1822 (Independência do Brasil). Porém, ao meu ver, a data é por demais artificial para estabelecer a separação, se forem acatadas as características dos diferentes processos (migração e colonização), algo que talvez seja necessário se fazer. Acrescenta-se a isso fatores como o contexto da Independência e as ambigüidades sobre as definições entre ser brasileiro e ser português em meados do século XIX. Ribeiro (2001), dentre outros, mostra que mesmo após a Independência fazia mais sentido classificar um indivíduo como português do Reino ou do Brasil do que propriamente como português ou brasileiro.

No tocante às leis brasileiras, Balhana e Westfalen (1993) defendem que desde as primeiras restrições impostas à entrada de imigrantes no Brasil os portugueses tiveram privilégios. Com a criação do Conselho de Imigração e Colonização pelo governo Vargas (Decreto-Lei n.º 3010, de 20 de setembro de 1938), a preferência por portugueses ficou expressa

da seguinte maneira: “na falta de brasileiros natos para a manutenção do mínimo de trinta por cento nos núcleos coloniais e um máximo de 25% de estrangeiros de cada nacionalidade, estes poderiam ser, de preferência, de nacionalidade portuguesa”. (Alonso, 1960 *apud* Balhana e Westfalen 1993, 23). Em 1939, esse Conselho passou a liberar os portugueses do regime de quotas e, mais tarde, corroborou essa isenção por meio da Resolução n.º 62/40, que isentou imigrantes portugueses da proporcionalidade de oitenta para vinte entre trabalhadores agrícolas e não-agrícolas, favorecendo sua fixação nas áreas urbanas.

Em 1946, com a redemocratização brasileira, a nova Constituição favorece mais uma vez os portugueses, possibilitando a naturalização daqueles que a desejassem, apenas com a comprovação de um ano de residência ininterrupta, idoneidade moral e sanidade mental. A Lei brasileira n.º 818, de 18 de setembro de 1949, favorecia os portugueses em detrimento aos outros estrangeiros, pois não exigia dos primeiros o exercício de profissão, nem posses de bens para manutenção própria e de família, bastando, para adquirirem a nacionalidade brasileira, a residência ininterrupta por um ano e serem alfabetizados. Uma Resolução de 1950 isenta a concessão de vistos de quaisquer restrições. As Constituições brasileiras de 1967 e 1969 mantiveram os benefícios aos imigrantes portugueses, tendo a última acrescentado que os portugueses não sofreriam nenhuma restrição pela nacionalidade se observada a reciprocidade em favor dos brasileiros.

Ressalto que uma breve extrapolação da legislação imigratória brasileira para a política externa brasileira no período imediatamente anterior à Revolução dos Cravos (1970-1974) revela um universo de fatos não explorados sobre as afinidades entre as duas ditaduras, e também sobre o envolvimento de associações e migrantes portugueses no Brasil, seja no apoio ou na contestação da ditadura portuguesa. Enquanto parcelas de imigrantes se uniram em movimentos antiditatoriais (Silva, 2000), outros receberam benefícios e facilidades para investir em Portugal.

Especificamente durante os governos de Médici e Geisel, alguns fatos esperam por ser analisados num contexto mais amplo: em 1970, por ocasião da XXV Assembléia Geral da ONU, o Brasil vota contra a condenação do colonialismo; em 1971 firma a Convenção de Igualdade de Direitos e deveres com Portugal; em 1972 envia uma missão diplomática à África Ocidental<sup>18</sup>, estabelecendo acordos econômicos em diversos setores e, surpreendentemente, assina uma carta em conjunto com o governo de Senegal, condenando o colonialismo – recusando-se, porém, a mediar negociações entre Portugal e suas colônias. No mesmo ano, Médici visita Portugal e, no ano seguinte, é a vez de Marcelo Caetano participar das comemorações do sesquicentenário da Independência brasileira. De forma contraditória – já que a oposição dos militares brasileiros aos regimes comunistas era bastante nítida naquele momento – o governo de Geisel manifesta o primeiro reconhecimento internacional ao governo português instituído no pós-Revolução (Dias, 2002 e Coutinho e Guido 2002).

De qualquer forma, a quantidade e importância dos acordos estabelecidos entre os dois países nesse período são indícios de afinidades e interesses recíprocos: Acordo de Previdência Social (Decreto n.º 67.695, de 3 de dezembro de 1970), Convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses (Decreto n.º 70.391, de 12 de abril de 1972) e, na seqüência, a regulamentação para aquisição pelos portugueses dos direitos e deveres constantes dessa convenção (Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972). O teor desses documentos visava a integração definitiva dos portugueses radicados no Brasil sem a perda das referências com a nação portuguesa. Obviamente, o favorecimento é por parte do Brasil a Portugal, constatação simples se comparados os contingentes de portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal à época de suas assinaturas. Balhana e Westfalen, baseadas nesses documentos, afirmam que “foi

---

<sup>18</sup> Se levado em conta o contexto do estímulo norte-americano à constituição do Brasil como potência regional aliada e a política desenvolvimentista brasileira desse período, arriscaria a dizer que a relação entre Brasil e Portugal no

só no Brasil que os imigrantes portugueses, ao abrigo da política e legislação imigratórias, foram considerados praticamente como cidadãos nacionais”. (25) Talvez a exploração de dados externos à legislação – como, por exemplo, o elevado índice de deportações de portugueses em relação a outros imigrantes, em alguns períodos – possa dar um melhor dimensionamento à conclusão das autoras.

No tocante à Convenção de 1971, pode-se dizer, sem dúvida, que representa um marco nas relações entre Brasil e Portugal, cujo conteúdo foi bastante audacioso em termos do delineamento de direitos e deveres, estabelecendo já no seu primeiro artigo que “*os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais*”. Em sua totalidade, a Convenção abria aos imigrantes a possibilidade de participarem ativamente da vida política nos países de acolhimento e criava facilidades para se estabelecerem. É digno de nota que tal convenção foi incorporada sem restrições à Constituição Brasileira de 1988; já a contrapartida do Estado português, na incorporação da Convenção à sua Carta Magna, foi fruto de acirrada polémica durante todo o período de revisão constitucional, e a matéria acabou não sendo contemplada. O temor de uma onda migratória de brasileiros para Portugal e a possibilidade do país se ver moralmente pressionado a ampliar os privilégios que brasileiros receberiam para outros imigrantes lusófonos eram as principais justificativas dos parlamentares que se opunham ao acolhimento da Convenção.

De toda forma, em 22 de Abril de 2000, na cerimônia de comemoração aos “500 anos de descobrimento do Brasil”, um Tratado que amplia o alcance da Convenção de 1971, bem como de outros tratados bilaterais existentes, foi assinado em Porto Seguro e regulamentado pelos dois países no ano seguinte. O Tratado é de conteúdo bem mais amplo, pois consolida num único

---

período é marcada pelos confrontos e convergências entre dois distintos e subordinados projetos imperialistas.

instrumento uma série de convenções e acordos<sup>19</sup>. Efetivamente, portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal passaram, desde de 2001, a ter direito de exercer cargos políticos (com exceções especificadas nas respectivas constituições), de portar documentos de identidade iguais aos dos nacionais de origem (com nacionalidade especificada) e tiveram o tempo de residência para requererem o estatuto de igualdade diminuído de cinco para três anos.

#### **4. A institucionalização da diáspora pelo Estado português**

No âmbito político-institucional português, como mostra Aguiar (1986) e Cassola (1986), o primeiro marco relativo ao reconhecimento do Estado português para um tratamento mais específico da realidade emigratória ocorre em 1947, com a instituição, pelo Decreto-Lei n.º 36.558, de 28 de outubro, da Junta da Emigração, no âmbito do Ministério do Interior. A função dessa Junta era principalmente a de controlar a evasão de força de trabalho das localidades rurais para o exterior e não para as províncias ultra-marinas – tarefa para qual não obteve sucesso, apenas colaborando para o aumento da clandestinidade. Depois disso, apesar da emigração ter se tornado constante em elevação, só em Agosto de 1970, pelo Decreto-Lei n.º 402/70, cria-se o Secretariado Nacional de Emigração, que extingue a Junta de Emigração. Ligado diretamente à presidência do Conselho de Ministros, tinha por objetivo expresso ajustar a emigração à política

---

<sup>19</sup> São eles: i) Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal para supressão de Vistos e passaportes diplomáticos especiais, celebrado em Lisboa, a 15 de Outubro de 1951, por troca de notas; ii) Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, celebrado no Rio de Janeiro, a 16 de Novembro de 1953; iii) Acordo sobre vistos e passaportes comuns entre o Brasil e Portugal, concluído em Lisboa, por troca de notas, a 9 de Agosto de 1960; Acordo cultural entre o Brasil e Portugal, celebrado em Lisboa, a 7 de Setembro de 1966; iv) Protocolo adicional ao Acordo cultural de 7 de Setembro de 1966, celebrado em Lisboa, a 22 de Abril de 1971; v) Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, celebrada em Brasília, a 7 de Setembro de 1971; vi) Acordo entre Brasil e Portugal, para abolição do pagamento de taxa de residência pelos nacionais de cada um dos países residentes no território do outro, celebrado em Brasília, a 17 de Julho de 1979; vii) Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República portuguesa, celebrado em Brasília, a 7

---

nacional de emprego, criar uma rede de apoio aos emigrantes<sup>20</sup> e insistir no direcionamento de “emigrantes” às colônias. Nesse particular, a concorrência entre emigração e colonialismo sugere um importante foco de análise do nacionalismo português durante o período salazarista, e é chave para entender as representações correntes da emigração como continuidade do colonialismo, como missão civilizatória e repetição da aventura dos descobridores. (Feldman-Bianco, 2001)

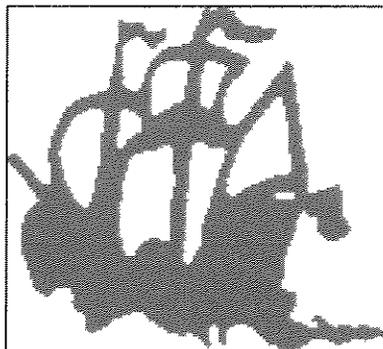
Em junho de 1974, após a queda da ditadura, cria-se uma Secretaria de Estado da Emigração, vinculada ao Ministério do Trabalho, a qual agrega todos os serviços do Secretariado Nacional de Emigração. Porém, seu reenquadramento no Ministério dos Negócios Estrangeiros se dá logo em 1975, como fruto da percepção do caráter mais amplo da questão emigratória. Mantém-se internamente duas direções gerais que se incumbem, respectivamente, do apoio aos familiares de emigrantes ainda residindo em Portugal e do auxílio aos emigrantes propriamente ditos. Na realidade, apesar das mudanças, os programas de auxílio, ao que parece, não foram efetivos nesse momento. Ao final da década de setenta, são criados o Instituto de Apoio ao Emigrante e o Fundo de Apoio às Comunidades, que, como bem observa Aguiar (1986), acabam reproduzindo os papéis das duas direções gerais da Secretaria de Estado da Emigração. Aliás, ainda nesse ínterim, a Secretaria incorpora ao seu nome, a referência às Comunidades Portuguesas, passando oficialmente a se chamar Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas. Em meados da década de 80, já é chamada somente de Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e, num intervalo de vinte anos, a Secretaria ganha tal relevo dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, logo após a volta do PSD ao poder,

---

de Maio de 1991 e viii) Acordo Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República portuguesa relativo à isenção de vistos, celebrado em Brasília, a 15 de Abril de 1996.

<sup>20</sup> A deficiência dos serviços consulares portugueses e o aumento dos problemas com emigrantes em países como França e Alemanha, acabou resultando na criação de delegações do Secretariado em alguns países, o que gerou problemas de competência entre Consulados e delegações (Cassola Ribeiro, 1986).

em abril de 2002, anuncia-se a modificação de seu nome para Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.



Logotipos atualmente utilizados pela  
Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Essas modificações nominais não devem ser desprezadas em sua relevância, pois refletem tanto o reconhecimento da estabilização desses contingentes em seus países de acolhimento, quanto uma aposta na força de agregação desses contingentes emigrantes em comunidades (muitas vezes, tomadas como sinônimos do associativismo português)<sup>21</sup>. Sobre o conceito de comunidades que acaba prevalecendo institucionalmente, é importante notar que se forjou em confronto com outras possibilidades – principalmente os conceitos de colônia e diáspora, no

---

<sup>21</sup> Nos capítulos seguintes avançaremos no exame da questão do associativismo. A idéia da força do associativismo e da manutenção das tradições é justamente o que tem aparecido como incógnita em um dos mais expressivos contingentes migratórios portugueses, o dos portugueses radicados no Brasil. O alardeado envelhecimento da comunidade portuguesa no Brasil e a suposta “assimilação dos descendentes” são alvos de constantes especulações no cenário das políticas para as comunidades. Há uma divisão central dos emigrantes que perpassa a legislação e classifica-os em dois grandes círculos: europeu e transoceânico (mais comumente chamado de “fora da Europa”). O reconhecimento das diferenças da comunidade de portugueses no Brasil dentro da segunda categoria (país falante de português e ex-colônia) tem estimulado discussões para a criação de um terceiro círculo que abrigaria apenas países lusófonos. Isso significaria, por exemplo, uma representação privilegiada na Assembléia da República, para a qual passaria a eleger deputados independentemente de outros países de fora da Europa.

---

sentido de coletividades. Outros conceitos como emigração (referente ao processo) e emigrantes (referente aos indivíduos que se deslocaram) também foram preteridos em relação à idéia comunitária, como procurei mostrar no breve histórico da evolução institucional da questão emigratória para o governo português.

Atualmente, até mesmo o plural de comunidades está sendo repensado, já que, na visão de alguns dirigentes, há um importante obstáculo a ser superado para a efetiva inclusão dessas comunidades à nação: o isolamento em que se encontram, se vistas pelo viés dos inter-relacionamentos que estabelecem entre si. Há projetos cada vez mais nítidos para estabelecer laços entre essas comunidades, com fins de facilitar ações integradas do governo. Nesse contexto, inserem-se os esforços em criar uma rede de informações de fácil acesso (TV, rádio, agência de notícias e Internet) visando não só a integração dos emigrantes a vida nacional, mas também o estímulo ao relacionamento mútuo entre as comunidades de diferentes países. No campo dos benefícios sociais para emigrantes e seus descendentes incluem-se programas como: i) o “Estagiar em Portugal”, voltado para jovens portugueses e luso-descendentes de dezoito a trinta anos que residam no exterior; ii) Apoio para classes de estudantes que abranjam luso-descendente visitarem Portugal como parte de programas de estudos, classes transplantadas e colônias de férias; iii) o “Portugal no Coração”, destinado a conceder passagem aérea a Portugal para cidadãos portugueses com mais de sessenta e cinco anos residentes fora da Europa e que, por motivos econômicos, não tenham retornado a Portugal há mais de dez anos; iv) o ASIC (Apoio Social a Idosos Carentes), subsídio mensal para ajudar emigrantes idosos que estejam em dificuldades financeiras<sup>22</sup>; v) o ASEC (Apoio Social a Emigrantes Carentes), subsídio dado de forma extraordinária a emigrantes que estejam em situação emergencial; e vi) a conta emigrante

---

<sup>22</sup> O valor desse subsídio em 2002 foi estipulado em 95,77 euros por beneficiário.

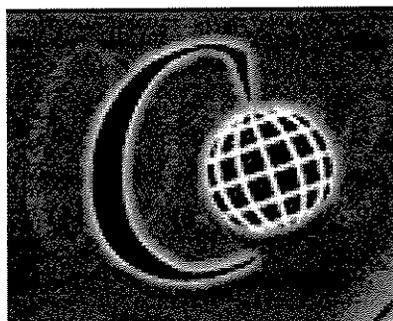
---

com benefícios fiscais e concessão facilitada de empréstimo para atividades empresariais ou financiamento de casa própria. Outras ações como a realização de Festivais de Música das Comunidades, Encontro dos Jovens Emigrantes e Luso-descendentes e a Criação do Conselho das Comunidades Portuguesas fazem parte desse projeto. Vale notar que a preocupação em estreitar laços entre essas comunidades se faz em diversas frentes, embora ainda haja uma separação no âmbito das políticas públicas que não foi ainda capaz de superar o “espartilhamento” da nação (nas palavras de Francisco de Sá Carneiro, que iniciam este capítulo).

Quanto à criação de um Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) há muito que se falar – tanto pelo que significa em termos de representação política, quanto pelo impacto que gerou em algumas comunidades nas ocasiões em que foi estabelecido, revelando clivagens e disputas e em alguns casos alterando a correlação de poder entre associações e grupos antagônicos. Seus repetidos insucessos também apontam para equívocos do Estado português na avaliação das necessidades de suas, por assim dizer, comunidades espalhadas pelo mundo. Pode-se afirmar que sua primeira versão, em 1980, foi lançada num momento de reconstrução do Estado pós-ditadura e visava principalmente formalizar a representatividade política dos emigrantes e reaproximá-los do Estado. De fato, o conselho de 1980 não chegou a se efetivar por vários motivos e tendo sido recriado, em 1996, com diversas modificações em sua estrutura – destacando-se o pleito aberto (para votar ou se eleger) a todos emigrantes (o primeiro CCP era formado apenas por membros de associações), fator contrário ao sentido associativista da primeira versão.

Mesmo num contexto de projetos mais estabelecidos de inclusão de Portugal na UE, privilegiando a inclusão de seus emigrantes, o segundo CCP também não foi capaz de se sustentar. O problema aventado como maior contribuinte para sua derrocada foi a acirrada disputa interna entre os membros eleitos, de diferentes facções – fruto de uma excessiva

partidarização das questões debatidas nas primeiras reuniões plenárias<sup>23</sup> e geradora de uma incompatibilidade com o então Secretário de Estado das Comunidades, responsável por sustentar politicamente o recém-criado Conselho. Também se inclui entre os fatores do fracasso do segundo CCP a disputa entre as comunidades de diferentes países e perfis em torno do número de representantes que elegeram. Nesse sentido, França e Brasil protagonizam uma disputa, antes velada, e agora, cada vez mais explícita, pela hegemonia do número de representantes no Conselho. Com o recente retorno do PSD ao poder, uma nova proposta de funcionamento do CCP já foi encaminhada à Assembléia, com alterações substanciais nas formas de eleição, representação e funções dos membros eleitos, com vistas a solucionar os problemas do modelo anterior.



Logotipo do Conselho das Comunidades Portuguesas - 1997

Sumariamente, as transformações no âmbito institucional revelam, dentre outras coisas, o processo, acelerado após a Revolução dos Cravos, pelo qual a problemática emigratória passa gradativamente das pasta de administração interna para as pastas trabalhistas e de emprego. Provisoriamente, acomoda-se na esfera dos direitos civis (com a criação de redes de apoio aos

---

<sup>23</sup> A forma pela qual os principais partidos portugueses se relacionam com as comunidades deve ser melhor explorada com a continuidade da pesquisa, pois a sobreposição de disputas locais a disputas de nível nacional é em sua grande maioria motivada pelo partidarismo um tanto peculiar (se consideradas as diferenças entre as atuações e linhas ideológicas dos partidos no cenário interno a Portugal e junto aos contingentes migrantes) que domina o

emigrantes) e ganha espaço no campo da política externa, talvez de forma mais contundente na década de 90, incorporando-se de vez ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Assiste-se hoje a consolidação do papel das comunidades no sentido de “afirmar Portugal no mundo”<sup>24</sup>.

##### 5. Os espectros do Império nas relações de Portugal com sua diáspora

Há algumas razões para a evolução das leis e instituições que, ao me ver, dizem respeito aos elementos mais sensíveis que sustentam o nacionalismo português. A centralidade do sentimento de grandeza na definição do nacionalismo salazarista deixou marcas profundas em todas as gerações que viveram a Revolução dos Cravos. De certa forma, a exaltação da grandeza era o negativo da perplexidade gerada pelo confronto entre a reduzida dimensão de território e a modesta demografia portuguesa – o que Eduardo Lourenço (1999) identificou como o excesso de história que marca a trajetória da nação lusa. Thomaz (2002), no que chama de singular cartografia que povoou livros escolares e postais do período ditatorial, mostra a sobreposição aos mapas da Europa ou Estados Unidos, de um continuum de terras que juntava Portugal e suas colônias sob o título: “Portugal não é um país pequeno”. A forma negativa da sentença revela essa espécie de fantasma que ronda as ambições nacionais lusitanas. Aliás, é reveladora a comparação desses mapas com os mapas que atualmente são confeccionados com os títulos de “Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo”, ou então, de “Comunidades Lusófonas”<sup>25</sup>.

---

cenário associativo em alguns períodos. A descrição do processo eleitoral para o CCP na cidade de São Paulo em 1997, feita no capítulo II, facilitará o entendimento desse partidarismo peculiar.

<sup>24</sup> Afirmar Portugal no mundo é o título de uma coletânea de discursos proferidos pelo presidente português Aníbal Cavaco e Silva, entre os anos de 1991 e 1992.

<sup>25</sup> Também a recorrência do uso de antigas figuras cartográficas em todo tipo de material de divulgação que se relaciona a Portugal, de eventos acadêmicos a publicidade de turismo, são sugestivos das associações correntes entre a cultura portuguesa e a espacialidade da época das navegações (vide publicidade de banco português no Brasil reproduzida no capítulo IV).

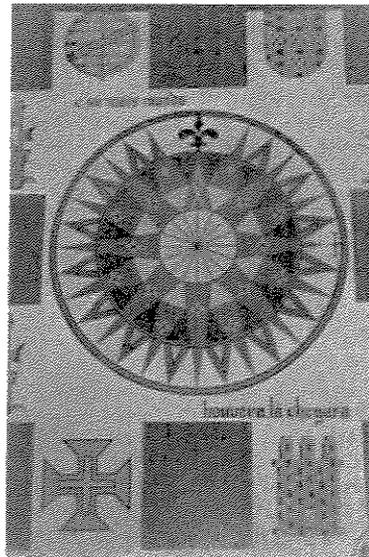
As incontáveis referências – ou, em alguns contextos, os verdadeiros atos falhos relacionados à apologia da grandeza portuguesa que, ainda hoje, podem ser flagrados nos discursos de intelectuais, políticos e artistas – dão um testemunho significativo desse incômodo. De certo modo, parece que com a “perda da África”, a nau lusa perdeu também um pouco de seu rumo. Sobejam indícios de que a importância do sistema colonial na África para a afirmação do nacionalismo português durante o regime salazarista transformou-se num grande vácuo no pós-74<sup>26</sup>. Vácuo que, ao que parece, nem mesmo a entrada de Portugal na União Européia foi capaz de preencher. A inclusão de emigrantes num projeto de nação, que passa a se definir como uma nação espalhada pelo mundo, e as tentativas de se criar uma comunidade lusófona ainda mais abrangente revelam estreitas conexões com a necessidade de se criar uma nova base nacionalista portuguesa. Contudo, o que se oculta na questão é que mesmo com uma retórica renovada, tais projetos acabam freqüentemente por repetir, de forma viciosa, um discurso de grandeza imperialista apregoado durante o período ditatorial.

Se de fato é assim, apelando para uma perspectiva mais distanciada das rupturas históricas, compreende-se que uma população espalhada pelos cinco continentes, no início dos anos oitenta, talvez representasse o último baluarte da grandeza de Portugal. Nos últimos vinte anos, a política portuguesa pode ser interpretada como uma movimentação intensa em torno da reformulação dessa grandeza, inicialmente, na idéia de nação desterritorializada e, na seqüência, já na década de noventa, tanto em sua afirmação como uma nação européia e mediadora de conflitos envolvendo suas ex-colônias (nomeadamente Timor Leste), quanto na busca de internacionalizar sua economia, com a via preferencial de “redescobrir o Brasil”<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Vide sobre esses indícios Lourenço, 1999 e Alexandre, 1993.

<sup>27</sup> Vide Feldman-Bianco, 2001c.

Cedendo à especulação, vê-se revelada nesses processos uma necessidade – talvez mesmo inconsciente – das elites portuguesas de preencher a enorme lacuna que a perda das colônias africanas abriu no imaginário da nação, constrangida de chofre nos mapas pós-Cravos. Nesse conjunto de hipóteses, fica mais fácil se refletir por quais razões, para os emigrantes, a história tenda a ser experimentada como continuidade e como se torna possível a eles reconhecerem-se realizando a aventura iniciada com os descobrimentos. Sentimento ainda mais fácil de se enraizar entre aqueles que escolheram o Brasil como destino. País que, na série de entrevistas realizadas durante a pesquisa, representa, por suas dimensões, a um só tempo, motivo de orgulho e de afronta. Portanto, no Brasil, a máxima “onde houver um português, lá estará Portugal” adquire um sentido mais amplo e profundo, que será explorado mais acuradamente nos próximos capítulos.



Principal brasão pintado no Salão de Festas da Casa de Portugal de São Paulo com a inscrição de Camões: “*e se mais mar houvera lá chegara*”.

## CAPÍTULO II - DIALÉTICAS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO: ASSOCIATIVISMO, POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O DILEMA DA INVISIBILIDADE

### 1. Os portugueses em São Paulo

*Só através de uma política de reencontro e união dos Portugueses, da Nação inteira, se pode projectar a sociedade que somos, na sua globalidade, e construir uma democracia mais abrangente e perfeita, que não exclua cidadãos que deram e dão, todos os dias, sobejas provas do seu patriotismo. (...) Uma política que assegure o diálogo e a representação institucional do movimento associativo e dos órgãos de comunicação social, porque se lhes deve a origem e o florescimento das próprias Comunidades. Por isso há que lhes atribuir o estatuto de parceiros privilegiados num projecto nacional de expansão da língua e da cultura que nos identificam como Povo.*

*Manuela Aguiar – discurso proferido na apresentação dos cabeças de lista do PSD para as eleições legislativas de 1995.<sup>1</sup>*

Comparado à citação com que iniciei o capítulo I, o discurso da deputada pela Emigração, Manuela Aguiar, é, de certa maneira, uma repetição, embora introduza uma clivagem importante: se, na década de 80, Francisco de Sá Carneiro aludia ao desejo de igualdade entre cidadãos portugueses residentes e não-residentes, a fala da deputada, quinze anos mais tarde, é nitidamente seletiva em relação aos não residentes com os quais acredita que o governo português deva dialogar; em sua categorização, esses “parceiros privilegiados” deveriam ser “o movimento associativo e os órgãos de comunicação social”. A assertiva da deputada também evidencia a continuidade de um projeto de inclusão de migrantes à nação, cujos contornos foram se definindo, por um lado, nas disputas entre as classes políticas em torno das formas dessa inclusão e, por outro, no relativo desinteresse da maior parte dos portugueses migrantes na vida política portuguesa, o qual fica patente nas estatísticas de sua participação nos processos em que podem eleger seus representantes junto ao governo.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aguiar, Manuela. O País das migrações sem fim. Lisboa: Carbográfica (sem data).

<sup>2</sup> Os portugueses residentes no estrangeiro elegem seus próprios deputados para a Assembléia da República a cada 4 anos. São dois representantes para cada um dos dois círculos eleitorais da migração: Europa e Fora da Europa. Além disso, há um conselho consultivo eleito por migrantes (CCP) e garantias de direito ao voto nas eleições presidenciais.

Quanto aos possíveis caminhos para essa inclusão, pode ser demarcada uma área de convergência nas diversas ações e propostas que objetivam a aproximação do Estado português de suas comunidades migrantes, dentre as quais, destacam-se: os eventos e visitas de autoridades governamentais às comunidades, o planejamento e a execução de programas de apoio a idosos e jovens, o estímulo a parcerias empresariais e facilitação de investimentos cruzados, a criação de instâncias representativas dos emigrantes no corpo político do Estado, a extensão de direitos de nacionalidade a filhos e netos de migrantes e o investimento em redes internacionais de comunicação (tv, rádios e sites na internet)<sup>3</sup>.

Em relação aos migrantes portugueses no Brasil, essas ações imbricam-se a outra espécie de política aproximativa, no caso, entre Estados português e brasileiro, aparentemente empenhados no avanço das trocas econômicas e do intercâmbio cultural. Nesse sentido, dão bom testemunho tanto as recorrentes declarações de políticos e empresários portugueses e brasileiros acerca da necessidade de intensificar as relações entre os dois países, quanto o grande aporte de investimentos portugueses que se destinaram ao Brasil durante toda a década de 1990<sup>4</sup>. De forma geral, veicula-se em diferentes situações uma espécie de apologia da proximidade luso-brasileira com incontáveis menções às possíveis vantagens recíprocas na área político-econômica e à riqueza de uma história pretensamente compartilhada de 500 anos, concebida como a principal genitora de fortes laços de afetividade e de afinidades profundas que uniriam os dois países.

Evocadas como peças fundamentais para compromissos futuros e como provas incontestáveis dessas afinidades, as proeminentes presenças de migrantes brasileiros em Portugal

---

Quanto aos deputados, vale notar que 4 deputados para os emigrantes é um número bastante modesto em relação ao total de 230 deputados que compõem a Assembléia. Mais adiante serão apresentadas as estatísticas da participação dos migrantes em alguns processos eleitorais.

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a evolução da legislação que fundamenta a inclusão política dos migrantes portugueses à nação, vide capítulo I.

e, principalmente de migrantes portugueses no Brasil<sup>5</sup> ganham importância política. Inicialmente, é perceptível no conjunto das ações do governo português a tentativa de a um só tempo envolver seus emigrantes numa série de ações em prol de uma aproximação luso-brasileira efetiva (cujos significados não encontram consenso nem internamente ao governo) e incluir parte deles num projeto nacional de expansão dos interesses de Portugal no mundo.

Entre as lideranças associativas portuguesas na cidade de São Paulo, as respostas a essas políticas aproximativas do governo português têm se revelado de diversas formas. Uma delas pode ser observada nas programações de eventos<sup>6</sup> que várias das associações migrantes, clubes e órgãos oficiais do Estado português têm se empenhado em realizar. Os objetivos comuns de muitos desses eventos são tanto os de reinventar “laços” entre Brasil e Portugal (representados recorrentemente pela metáfora da *irmandade*), quanto os de aproximar Portugal de seus migrantes e descendentes, fomentando, deste modo, a emergência de uma *portugalidade*<sup>7</sup> publicamente

---

<sup>4</sup> O outro lado da moeda fica registrado na série de conflitos decorrentes da presença crescente de migrantes brasileiros em Portugal. Para uma análise desta situação de conflito em paralelo aos investimentos portugueses no Brasil, vide Feldman-Bianco, 1999 e 2001.

<sup>5</sup> O artigo do então embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopfli, publicado no jornal Folha de São Paulo de 10 de junho de 1999 (Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas) é representativo desse contexto. Diz ele: “*A comunidade portuguesa residente no Brasil e a comunidade brasileira residente em Portugal dão corpo e forma, pela sua existência, às ligações e afinidades que unem os dois países, ajudando a transportar para o futuro um estreitamento sólido, coerente e conseqüente desse relacionamento, quer no âmbito bilateral, quer no seio da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), quer, ainda, num espaço mais alargado de cooperação inter-regional - União Européia / Mercosul. Nesse amplo e problemático contexto internacional, contraditório em muitas das facetas que o caracterizam, Portugal e Brasil apenas se beneficiarão do estreitamento de relações, em nome de um melhor posicionamento, em todos os níveis, no milênio que se aproxima.*”

<sup>6</sup> Dentre outros eventos, podemos destacar entre 1999 e 2000: rodadas de negócios entre empresários brasileiros e portugueses, participação de empresas portuguesas em feiras comerciais no Brasil (patrocinados pelo ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal e pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo); divulgação e intercâmbio cultural, sob os auspícios do Instituto Camões e forte apoio de empresas portuguesas que investem no Brasil (destacadamente o Banco Bandeirantes); organização (ou apoio) por parte das associações de imigrantes de shows, festas e exposições com artistas e grupos folclóricos portugueses (a mais divulgada em 99 foi realizada no SESC- Pompéia com o tema *Vira-Brasil, Vira-Portugal*); celebrações religiosas conjuntas programadas pelas paróquias que congregam imigrantes portugueses, trazendo religiosos e imagens religiosas de Portugal para o Brasil; restauração e reinauguração de monumentos, por exemplo, a estátua de Cabral, no Parque Ibirapuera.

<sup>7</sup> Chamo de *portugalidade* a expressão ou afirmação da identidade nacional ou étnica portuguesa em suas variadas formas. Note-se bem que ela tende a ser singularizada pelas condições em que é expressa, o que permite admitir a existência de diferentes portugalidades nos diferentes contextos da diáspora. Por exemplo, a identidade portuguesa afirmada por emigrantes na França, no Brasil e nos Estados Unidos, provavelmente deve destacar sinais diacríticos diferenciados.

*visível* na sociedade brasileira. No entanto, não se trata de qualquer *portugalidade*. Sob outra ótica, esses eventos visam à renovação da imagem de Portugal, buscando associar aos seus estereótipos de tradição ou de atraso – dependendo da perspectiva de julgamento – os atributos de um país moderno e europeu; algo, senão essencial, no mínimo desejável para um país que busca uma inserção mais significativa no mercado global.

Nesse complexo cenário, os discursos oficiais reproduzidos por parte das lideranças lusas retomam desde a velha tradição épica do “descobridor herói”, reservando à figura histórica do colonizador lusitano, o papel do “civilizador”, até a exaltação do imigrante bem sucedido, representado como trabalhador honesto e incansável, cujo destino culminou em merecida ascensão na sociedade brasileira.<sup>8</sup> Porém, em contrapartida a esses discursos apologéticos, também fazem-se ouvir vozes mais críticas que intentam, revisando a história, pensar o contexto de dominação e violência em que se desenvolveram as relações entre colônia e metrópole e as conseqüências históricas daí advindas, assim como, refletir de maneira mais profunda sobre o fenômeno migratório, suas causas e seus atuais desdobramentos, especialmente no que concerne às políticas portuguesas para os seus cidadãos residentes no Brasil.<sup>9</sup>

A despeito das discordâncias, de ambos os lados ganham força as reivindicações por um maior reconhecimento do Estado português para com seus cidadãos emigrantes (ou, pelo menos para com parte deles), que para trabalhar por essas ainda incógnitas aproximações, anseiam ser efetivamente incorporados ao projeto de nação português, o que significa para muitos deles dar continuidade à caminhada em direção à igualdade de direitos entre cidadãos portugueses

---

<sup>8</sup> A grande mobilidade social experimentada pelos portugueses no Brasil é um dos fatores distintivos da comunidade em relação às outras comunidades do mundo. Também marca, desde muito tempo, o imaginário dos portugueses sobre o Brasil e os emigrantes aqui radicados. Vide Machado, 2001, Ribeiro, 2002, Vieira, 1991.

<sup>9</sup> Sobre posições críticas ao nacionalismo português a partir da emigração, vide Silva, 2000.

residentes em Portugal e no exterior.<sup>10</sup> Assim, é em meio a poucos consensos e muitas divergências, que as manifestações políticas das lideranças portuguesas de São Paulo circunscrevem um campo de disputas de poder, cuja característica mais marcante, ao meu ver, é servir de palco para um complexo jogo identitário, no qual diferentes visões de Portugal e projetos de nação, ora se confrontam, ora se confundem, dando valiosos indícios de como os migrantes elaboram suas representações de nacionalidade e em que parâmetros avaliam sua pertença seja à nação portuguesa, seja à nação brasileira.

Tendo em vista a relação que se estabelece, nesse contexto, entre construções de identidade e disputas de poder, buscarei iniciar neste capítulo, a localização das tensões e dos interesses, dos sentidos e dos significados, que estão por trás das diferentes interpretações e reações de lideranças migrantes lusas às políticas aproximativas principalmente portuguesas, mas também brasileiras, para posteriormente explorar suas correspondências com distintos posicionamentos ideológicos, localizações sociais e trajetórias de vida. Com isso, acredito ficar em melhor posição quanto ao entendimento dos intrincados processos identitários que, como tem demonstrado Feldman-Bianco (2001), são resultantes da contínua produção cultural de *semelhança e/ou diferença* entre portugueses e brasileiros. Pretendo mostrar na esfera de meu estudo de caso, de que modos essas produções identitárias envolvem as disputas políticas dessas lideranças, mobilizando os mais variados argumentos (étnicos, nacionalistas, de gênero, de classe, etc.), seja em âmbito coletivo ou individual, de forma ponderada ou inconsciente, no

---

<sup>10</sup> A participação dos migrantes portugueses na conquista de direitos junto ao Estado português deverá ser melhor problematizada com a continuidade da pesquisa no âmbito do Doutorado, já que principalmente durante o período ditatorial, essas conquistas ocorriam de maneira controlada pelo Estado que escolhia intermediários para elevar ao status de comendadores e benfeitores das comunidades das quais faziam parte. Há uma extensa literatura sobre a sobreposição de poder de Estado aos poderes locais (uma forma de administração indireta), principalmente no caso dos colonialismos africanos, que, talvez, possa ser interessante comparativamente ao meu caso, levando em conta a condição de colonizador do Estado português, no mesmo período.

(re)arranjo tanto de experiências históricas, quanto de memórias pessoais e na (re)elaboração e deslocamento dos significados de "ser português no Brasil" (Feldman-Bianco, 2001).

Com esses propósitos, o capítulo opta por uma abordagem que, abrangendo a experiência e convivência de sujeitos específicos (portugueses na cidade de São Paulo, principalmente lideranças associativas) em situações determinadas (suas manifestações em resposta às políticas portuguesa e brasileira), não perca de vista suas relações com processos em escala ampliada, os quais caracterizam as atuais reconfigurações do nacionalismo português e, num escopo ainda mais largo, a própria conjuntura capitalista. A idéia não é a de ajustar o foco de investigação numa eventual dicotomização entre *global* e *local* e, sim, a de atentar para a dialética que envolve as produções culturais localizadas e suas relações com esses processos, seja para reforçar ou contestar suas estruturas de dominação. Sob esta ótica pretendo explorar as conexões que se estabelecem entre cultura e poder na dinâmica dos fluxos de pessoas, signos e capitais. (Feldman-Bianco, 1987 e 1996)

Em poucas palavras, intenciono expor: 1) os nexos entre as políticas portuguesas de inclusão de migrantes e aproximação do Brasil, que como procurarei demonstrar, tem resultado, de um lado, num estímulo à *eticização* dos migrantes e, de outro, num crescente sentimento de *invisibilidade* da comunidade em São Paulo, e 2) os projetos e problemas das associações migrantes pautados nos diferentes posicionamentos das lideranças associativas paulistanas em relação ao modo como concebem sua participação na nação.

Inicialmente, pretendo apresentar um breve mapeamento e uma melhor visão dos campos sociais dos portugueses de São Paulo, bem como, das questões que os mobilizam. Para isso, tomo por ponto de partida, a descrição de um evento recente e de grande repercussão entre as associações de São Paulo: as eleições para o **Conselho das Comunidades Portuguesas** em 1997.

Tal estratégia narrativa confirma sua eficiência para esses propósitos no fato dessas eleições terem atraído para a esfera pública, o confronto de diferentes perspectivas, discursos e práticas de lideranças associativas, colocando à mostra antigas e novas contendas políticas, suas ambivalências e contradições, as quais, inseridas num campo de disputas historicamente constituído, reconfiguram-se em torno de novos dilemas.

## **2. As eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)**

Em abril de 1997, as lideranças de associações portuguesas de São Paulo estavam mobilizadas em torno das eleições do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). O CCP foi criado através da Lei nº 48 de 4 de Setembro de 1996, com o objetivo expresso de reforçar os laços entre Portugal e seus contingentes emigrantes espalhados pelo mundo. Relevados os aspectos sentimentais da proposta, os emigrantes se apresentam como peça chave para a negociação do papel de Portugal na União Européia e, de forma geral, na sua tentativa de melhor inserção econômica mundial.<sup>11</sup> Como já citado no capítulo I, o projeto de uma instância consultiva do governo que desse voz aos emigrantes surgiu pela primeira vez em 1980. À época, o governo português chegou a criar um conselho formado por representantes de suas populações emigrantes, indicados pelas associações migrantes, o qual funcionou de forma muito discreta e depois não conseguiu se renovar. Naquele momento, o perfil integrador pretendido para o

---

<sup>11</sup> Estatísticas não oficiais da década de 80 apontavam que pelo menos 30% da economia portuguesa era movimentada por emigrantes. Maxwell (1999, 38) calcula que no início da década de 70, as remessas de dinheiro de emigrantes atingiam um volume equivalente a 70% do valor das exportações portuguesas. Aguiar (2000, 207) lembra que mesmo a grande injeção de fundos da União Européia no país durante a década de 1990, altamente divulgada na imprensa, não ultrapassou o valor das remessas dos migrantes, que em 1993 atingiram aproximadamente 630 milhões de contos contra 540 milhões dos fundos da UE. Além das relações com seus emigrantes, a relação do Estado português com suas ex-colônias é fundamental nessa busca por melhor posicionamento no mercado global. Nesse sentido, a importância do Brasil fica patente por ser, a um só tempo, a maior ex-colônia portuguesa e ser o país que mais acolheu seu emigrantes.

conselho, visando incluir os emigrantes às políticas nacionais, desvelava as intenções do Estado português em torno de uma nova forma de equacionar o conceito de nação, reelaborando no trinômio povo-cultura-território, o peso e o papel de seus elementos e passando a divulgar e incentivar a idéia de “onde houver um português, lá estará Portugal”. Apostando, portanto, num projeto de nação desterritorializada, que procurei descrever mais detalhadamente no capítulo I.

A lei de 1996, que criou um novo modelo para o CCP, define-o como um órgão consultivo do governo para assuntos de emigração, possuindo 100 vagas, a serem preenchidas por representantes eleitos em cada país, a cada 4 anos, de acordo com a proporção de emigrantes portugueses neles residentes. O maior número de vagas no conselho eleito em 1997 (um total de 25) coube ao Brasil<sup>12</sup>, ainda hoje, considerado o país que congrega o maior número de portugueses e luso-descendentes, apesar da afluência de migrantes portugueses ao Brasil ser pouco expressiva em termos quantitativos há pelo menos três décadas.<sup>13</sup> Os outros países com números significativos de vagas foram: França (16), África do Sul (12), Canadá (11) e Estados Unidos (10).

A importância dessas eleições entre as lideranças lusas de São Paulo deveu-se ao fato de que as mudanças na política portuguesa em relação à escolha de representantes, que deixaram de ser escolhidos pelas associações de imigrantes e passaram a concorrer através de pleito eleitoral aberto a todos os indivíduos que possuíssem a nacionalidade portuguesa, tanto para voto, quanto para candidatura, abalaram a relativa estabilidade dos grupos que se mantinham como principais

---

<sup>12</sup> A divisão de representantes por países de acolhimento foi motivo de tensão durante todas as reuniões posteriores do CCP, gerando, inclusive, pressão nos consulados para que reorganizassem seus cadernos eleitorais. A disputa entre as comunidades radicadas no Brasil e na França culminou numa distribuição de vagas nas alterações da lei eleitoral do CCP de 2002 (Lei no. 21 de 21 de agosto de 2002). De acordo com a nova lei, a comunidade com direito ao maior número de representantes passou a ser a França (15), seguida do Brasil (14).

<sup>13</sup> Nos últimos anos e mais especialmente em 2002, o Brasil voltou a ser um destino para os emigrantes portugueses. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística) de Portugal, em 2002, o Brasil foi o 5º principal destino dos emigrantes portugueses com 4% do total de emigrados. Naquele ano, a distribuição geral dos cerca de 27 mil

interlocutores do governo português no Brasil. A primeira eleição após essas mudanças aconteceu naquele abril de 1997, criando uma situação na qual interesses diversos e projetos políticos distintos tornaram-se visíveis e se confrontaram, resultando num *drama social*, nos moldes em que o define Turner (1985)<sup>14</sup>.

Em parte, as causas que originaram o drama residiam justamente na permanência das instâncias de representação oficial dos imigrantes portugueses em São Paulo, por longo tempo, sob o controle de empresários e profissionais liberais bem sucedidos, os assim chamados comendadores<sup>15</sup> e líderes associativos, em geral, ligados à **Casa de Portugal** da cidade. Vale notar que foram esses senhores os primeiros a tomar conhecimento da recriação do CCP e da abertura das eleições e, também, os primeiros a se organizar para a disputa, dando origem a uma lista ou chapa<sup>16</sup>, como foram chamadas no Brasil, batizada de **Portugueses do Brasil**. A Portugueses do Brasil, em material de campanha se apresentava como uma chapa "*composta por ilustres e dinâmicos compatriotas de norte a sul do país, que se candidataram para nos representar, o que saberão fazer com muita honra e dedicação*".<sup>17</sup> A seleção de seus membros deu-se primeiramente por critérios econômicos e de *status*, além de procurar obter uma

---

emigrados (32,2% de emigrados permanentes e 67,8% de temporários) ficou assim: Suíça 30,3% - França 21,8% - Espanha, 10,7% - Reino Unido, 6,8% - Brasil, 4,0% - Canadá 3,8% e outros países 22,6%.

<sup>14</sup> De forma simplificada, pode-se dizer que a idéia de drama social é definida por Turner (1985) como um momento de ruptura no ritmo da vida social que suspende temporariamente os padrões das interações, negociações e reciprocidades que reproduzem e mantêm a regularidade dos comportamentos e costumes. Nessa situação ficam abertas as possibilidades de transformação social ou de re-ordenamento para manter o padrão colocado em risco. Desse modo, o drama social como unidade de análise permite acessar às estruturas que informam as relações de poder.

<sup>15</sup> As comendas foram distribuídas em abundância durante a ditadura salazarista aos emigrantes que se destacavam de alguma forma, principalmente dentro de associações. Os critérios utilizados para a concessão dessas comendas são considerados duvidosos por muitos migrantes que acreditam que possuir comendas concedidas durante a ditadura é forte indicativo de adesão àquele regime. A entrega de comendas ainda hoje é utilizada pelo governo português e, talvez, seja necessário investigar os critérios que baseiam a escolha dos homenageados, já que o título de comendador parece ser objeto de cobiça para muitas lideranças, bem como marca de um *status* diferenciado para aquelas que já o possuem. Além disso, há também aqueles que consideram as comendas de forma depreciativa como marcas de posições políticas pouco respeitáveis.

<sup>16</sup> Para concorrer ao pleito era necessário que cada chapa fosse composta de 25 membros elegíveis e mais 25 assinaturas de adesão.

distribuição territorial ampla, buscando lideranças em várias partes do país. Tal estratégia pode ser apontada como um dos motivos do fracasso da chapa na difícil tarefa de harmonizar interesses internos e criar espaço para que as diversas facções da Casa de Portugal, núcleo da chapa, fossem representadas. O resultado foi que essas facções, sentindo-se excluídas, resolveram entrar na disputa e então se congregaram em dois focos distintos de oposição, as chapas **Renovação** e **Jovem**.



Jovens com trajes típicos foram contratadas pela chapa Portugueses do Brasil para recepcionar os votantes. Casa de Portugal – São Paulo – Eleições CCP – 27/04/1997. Foto: Eduardo Caetano da Silva

A **Renovação** formou-se da união dos comendadores de “segundo escalão”, denominados assim pelos próprios participantes do pleito em função de ocuparem cargos secundários nas

---

<sup>17</sup> Revista Naus's - ano 2, no. 19 - março 1997

diretorias de associações imigrantes como Casa de Portugal e Portuguesa de Desportos<sup>18</sup>. Adotou uma linha bastante conservadora com referências constantes aos valores da família, da religião e do trabalho do imigrante.



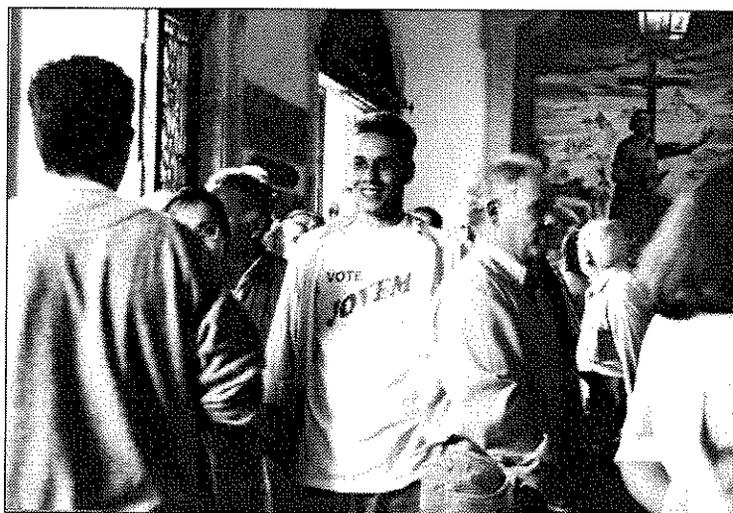
Senhora sendo amparada, ao se retirar da seção eleitoral.  
Eleições CCP – 27/04/1997 – Casa de Portugal – SP.  
Foto: Célia Harumi Seki

Os integrantes da **Jovem** tinham um histórico de aliança com os membros da Portugueses do Brasil. No entanto, seus esforços para concorrerem ao CCP foram considerados uma verdadeira afronta, o que gerou uma situação bastante conflituosa entre as duas chapas e trouxe a reboque um problema sério para as lideranças da Casa de Portugal: a continuidade dos projetos de associações lusas marcando presença na sociedade brasileira sem a chegada de contingentes expressivos de imigrantes. A chapa Jovem apresentou-se, de certa forma, como uma possibilidade de continuidade. Formada, em sua maioria, por filhos de imigrantes que anos antes, por meio de sugestão e incentivo do presidente da chapa Portugueses do Brasil, uniram-se e iniciaram um grupo de jovens da Casa de Portugal após a participação numa gincana televisiva. O grupo, que

---

<sup>18</sup> A Portuguesa de Desportos pode ser considerada a maior associação portuguesa de São Paulo pelo número de associados. Foi fundada em 1920, através da fusão de cinco clubes portugueses de futebol. Atualmente, além de um importante time, possui instalações de clube e um dos calendários de eventos mais diversificados dentre as associações portuguesas.

mais tarde veio a se chamar **Movimento Jovem**, tornou-se uma importante força disponível para a organização de eventos na associação.



Membro da Chapa Jovens com camiseta de campanha.  
Eleições do CCP – Casa de Portugal – São Paulo –  
27/04/1997. Foto: Célia Harumi Seki

Além dessas duas chapas, também se formou na cidade a chapa **Independentes pela Cidadania**. Seus componentes já possuíam uma história de oposição consistente junto às lideranças da Casa de Portugal. Sua composição contou com vários membros da resistência a Salazar, participantes da Revolução dos Cravos e ligados ao **Centro Cultural 25 de Abril**. No total, seis chapas se formaram no Brasil<sup>19</sup>, sendo quatro delas em São Paulo, que ficou com o seguinte quadro de chapas inscritas: Portugueses do Brasil, Renovação, Jovem e Independentes pela Cidadania (vide seus cartazes de campanha ao final do capítulo).

<sup>19</sup> As outras duas chapas formadas no Brasil foram: **BH-MG** e **Comunidades**, que não tiveram a mesma importância que as outras chapas na disputa em São Paulo (apesar da chapa Comunidades ter se formado como “braço” da chapa Independentes pela Cidadania no Rio de Janeiro).

Dentre essas quatro chapas, a que mais elegeu representantes foi a Portugueses do Brasil, com nove eleitos. Independentes pela Cidadania<sup>20</sup> e Renovação elegeram respectivamente seis e quatro representantes, o que foi comemorado como uma grande conquista por ambas e, de fato, representou uma grande alteração em relação aos quadros representativos anteriores. A chapa Jovens não conseguiu eleger nenhum conselheiro, o que foi recebido como um forte golpe pelo Movimento Jovem, abalando fortemente sua participação em atividades associativas. Vale notar que, como em situações de disputa anteriores, havia uma certa correspondência entre a divisão das chapas e a atividade dos partidos políticos portugueses junto à comunidade migrante no Brasil.<sup>21</sup>

A grande movimentação das associações e dos órgãos de comunicação da comunidade em torno das CCP visavam fazer das eleições uma demonstração de força da comunidade portuguesa na cidade. A aglomeração inicial no dia 27 de Abril de 1997, no Consulado Português de São Paulo, chegou a entusiasmar os candidatos, no entanto, dos 110 mil inscritos

---

<sup>20</sup> Considerando que a Independentes pela Cidadania tinha uma aliança com a Comunidades, no quadro geral, os simpatizantes do PC obtiveram 12 representantes dentre os 25 do Brasil.

<sup>21</sup> Aliás, essa divisão partidária, mais tarde, veio a se tornar um dos principais pontos de desacordo entre a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e os membros eleitos para o Conselho, o que redundou num longo período de inatividade e na necessidade de novas reformulações no formato do CCP. Não caberia para o momento, estender a descrição dos fatos que decorreram no período entre abril de 1997 e abril de 2003, ocasião da segunda eleição para o CCP, mas creio ser interessante avançar, ainda que de forma esquemática, alguns fatos que facilitam a compreensão do cenário de mudança que se esboçou em 1997: i) conforme previsto na lei, o CCP composto por 100 membros elegeria um Conselho Permanente, que seria o verdadeiro intermediário entre as comunidades e o governo, ii) a eleição deste conselho permanente foi foco de diversas polêmicas relativas à legalidade do processo, nesse contexto, houve uma união entre os representantes das diferentes chapas formadas no Brasil, conduzidos por um líder da Renovação com o intuito de impugnar a eleição, iii) enquanto se decidia sobre a legalidade do Conselho Permanente, o CCP se tornou inoperante junto ao governo português, mantendo-se basicamente das atividades regionalizadas, iv) feitos os ajustes para a volta ao funcionamento, o CCP se depara com as eleições presidenciais e parlamentares que resultaram numa alteração substantiva dos quadros do governo, com uma volta a liderança do PSD (Partido Social Democrata) que supera o PS (Partido Socialista) em representantes eleitos, v) são colocadas em debate novas fórmulas de eleição e de atividade do CCP, momento no qual se torna visível a disputa entre duas das principais comunidades migrantes no mundo, Brasil e França. Nesse particular novas lealdades se compuseram e as comunidades, para além de suas diversões político-partidárias internas, começam a se movimentar em torno de lealdades regionais.

nos cadernos eleitorais da cidade, votaram apenas 2.698<sup>22</sup>. O contraste desses números com a quantidade de portugueses estimada no Brasil dá uma boa dimensão do que as lideranças diagnosticam como uma situação de dispersão e desinteresse político. Em todo o país, foram às urnas, no dia 27 de abril de 1997, 11.045 pessoas. No entanto, este grande índice de abstenção foi mais ou menos o mesmo em todo o mundo, ou seja, o desinteresse pelas eleições não pode ser considerado uma particularidade dos migrantes no Brasil. As tabelas abaixo condensam essas informações.

**Quadro Comparativo das Eleições do CCP de 1997 no Mundo (incluindo o Brasil) e somente no Brasil**

Círculo Eleitoral	Eleitores inscritos	Votantes (Nº)	Votantes (%)	Votos brancos (Nº)	Votos brancos (%)	Votos Nulos (Nº)	Votos Nulos (%)
No mundo	2557260	34522	1.35%	385	1.12%	607	1.76%
Brasil	292155	11045	3.78%	40	0.36%	182	1.65%

**Resultado das Eleições do CCP de 1997 no Brasil**

LISTAS /CHAPAS	Votantes	Votantes %	Mandatos
A – Belo Horizonte	170	1.54%	0
B – Jovens	362	3.28%	0
C – Independentes pela Cidadania	2327	21.07%	6
D – Portugueses do Brasil	3845	34.81%	9
E – Comunidades	2354	21.31%	6
F – Renovação	1765	15.98%	4

<sup>22</sup> Dados divulgados pelo Consulado Geral de Portugal em São Paulo na Revista Naus's (ano 2 - no. 20 - abril de 1997).

### 3. Polarização política e continuidade histórica: a Casa de Portugal (CP) e o Centro Cultural 25 de Abril (CC25A)

Muitas das divergências mais sérias, durante o período de campanha eleitoral, ocorreram entre a Independentes pela Cidadania e a Portugueses do Brasil e giraram em torno das acusações por parte dos primeiros (e com menor constância também por membros das outras chapas, principalmente da Renovação), de que a Portugueses do Brasil era essencialmente um agrupamento de salazaristas que, através das benesses adquiridas até 1974 (queda da ditadura em Portugal), mantinham-se no controle de clubes e associações. Em meio às diversas discussões que se sucediam, essas acusações revelaram, mais de duas décadas após a Revolução dos Cravos, a questão do salazarismo como uma ferida ainda aberta para as lideranças migrantes.

Ainda que atualmente nenhuma liderança se apresente em defesa de Salazar, de regimes ditatoriais ou políticas colonialistas, há aqueles que continuam mantendo em riste a bandeira da Revolução dos Cravos e encontra-se aí uma questão central a perceber. A importância do salazarismo corresponde à sua permanência como um dos eixos que divide as lideranças associativas lusas e luso-brasileiras em São Paulo e essa divisão, em grande medida, está refletida na polarização política que se dá entre duas associações: Casa de Portugal e Centro Cultural 25 de Abril, cujas histórias são indissociáveis da história da ditadura em Portugal.

A Casa de Portugal, fundada em 1935, surgiu como fruto da acirrada competição entre dois projetos, um liberal e um salazarista. O projeto liberal tinha como principal interesse congregar as diversas associações regionais de imigrantes espalhadas por São Paulo e unir forças em prol de atividades comunitárias, educacionais, culturais e assistenciais para os imigrantes. Foi proposto por Ricardo Severo, uma figura republicana chamada de patriarca da comunidade que havia migrado

para o Brasil por motivos políticos e fundado o **Centro Republicano de São Paulo**, mantendo-se como opositor ao governo de Salazar à época da fundação da Casa de Portugal. O projeto salazarista já fundara Casas de Portugal em Paris e Londres, e tinha por interesse promover o associativismo para fazer a propaganda do governo entre os emigrantes. De início, pode-se dizer que o projeto prevalecente foi o de Ricardo Severo, que deu forma aos estatutos da associação; no entanto, a partir de 1941, com a presidência que se estendeu por 28 anos de Pedro Monteiro Pereira Queiroz, um imigrante industrial condecorado com diversas comendas e títulos pelo governo salazarista (Verdasca,1993), a Casa de Portugal passou a manter uma maior intimidade com Salazar, alterando sensivelmente seu perfil.<sup>23</sup>

A Casa de Portugal, atualmente, tem por dirigentes empresários e profissionais liberais portugueses ou de origem portuguesa de tendências políticas diversas. Boa parte dos comendadores, como são chamados, faz parte da elite econômica brasileira e mantém negócios aqui e em Portugal (Feldman-Bianco, 1999). Além de sua diretoria reunir representantes de várias associações portuguesas de São Paulo, funcionam no prédio da Casa: o Consulado Português de São Paulo, o Instituto Camões (ambos órgãos oficiais do governo português), a Câmara Portuguesa de Comércio, o Conselho das Comunidades Luso-brasileiras do Estado de São Paulo e a Academia Lusíada de Letras e Artes. Desse modo, a Casa de Portugal consegue manter, senão incorporadas, pelo menos orbitando a sua volta, a maioria das associações portuguesas de São Paulo.

Já o Centro Cultural 25 de Abril foi fundado em 1982 através da reunião de antigos membros da resistência à ditadura salazarista residentes no Brasil. Apesar da relativa abertura na Casa de Portugal, o Centro se formou como continuidade de um grupo de imigrantes políticos

---

<sup>23</sup> Ver: Feldman-Bianco, 1999; Verdasca, 1996 e Perry Vidal, 1992.

que durante duas décadas (1956 – 1975) manteve em São Paulo a publicação do jornal *Portugal Democrático* e participou ativamente na Revolução dos Cravos, tendo alguns de seus membros, inclusive, feito parte do governo revolucionário instituído em seguida à queda da ditadura (Silva, 2000).

O objetivo expresso do Centro é o de "*promover a aproximação do Brasil e Portugal através das suas culturas*"<sup>24</sup>. No entanto, se o próprio Centro se define como cultural, suas atividades se revelam mais extensas e marcadamente políticas com projetos que envolvem objetivos no Brasil e em Portugal. A divulgação cultural a que se propõe aparece quase sempre atrelada a questões políticas.<sup>25</sup> A intensa movimentação em torno do Centro e de suas lideranças se faz no sentido de criar e manter vínculos políticos, culturais e econômicos transnacionais, na contestação do que enxergam como resquícios do autoritarismo salazarista nas instituições portuguesas no Brasil (destacadamente na Casa de Portugal) e na participação e estímulo de intercâmbio cultural com a sociedade brasileira.

Os flagrantes e suspeitas de adesão ao governo de Salazar, ou aceitação passiva de seu autoritarismo por parte de lideranças da Casa de Portugal constituem argumento recorrente, ainda que algumas vezes de forma subliminar, para o estímulo da acirrada oposição existente entre as duas associações. Com isso, a memória do período salazarista se perpetua, mantendo claras as

---

<sup>24</sup> Folheto de divulgação Centro Cultural 25 de Abril – 2000.

<sup>25</sup> Por exemplo, dois dias antes das eleições ao CCP (dia 25 de abril de 1997), o Centro e por extensão os membros da **Independentes pela Cidadania** estavam envolvidos na organização de um evento comemorativo à Revolução dos Cravos. Porém, o objetivo central era o de tornar pública a causa timorense contra a dominação da Indonésia. Foram convidados a participar da solenidade, um imigrante timorense, autoridades portuguesas, sindicatos, setores da Igreja Católica, artistas e o Movimento dos Sem-Terra (MST). A preocupação que demonstravam com os problemas de Timor Leste era justificada pelo espírito libertário do 25 de Abril e pelos seus preceitos anti-coloniais. Colocaram-se à frente da articulação no Brasil, da ajuda das ex-colônias portuguesas a um dos países que consideravam dos mais prejudicados pelo colonialismo e, por paradoxal que possa parecer para anti-colonialistas, defenderam firmemente um papel tutelar de Portugal nas negociações, alegando para tanto, uma responsabilidade histórica de Portugal junto à ex-colônia que no “desamparo” sucumbira à invasão indonésia.

fronteiras entre as lideranças, organizando divergências e disputas, e fortalecendo a polarização de opiniões em torno da Casa de Portugal e do Centro Cultural 25 de Abril.<sup>26</sup>

Nesse contexto, a adesão ou oposição ao salazarismo revela-se um divisor de águas entre as lideranças, situação que tanto pode se intensificar em momentos de disputas políticas locais mais intensas, por exemplo, as eleições para deputados da emigração ou para os representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), quanto se atenuar em contextos políticos transnacionais, como as reuniões do CCP que se seguiram às eleições para promover o encontro os representantes das diversas comunidades portuguesas do mundo. Nessa reuniões, clivagens de perfil nacionalistas relativas aos países de recepção (comunidade portuguesa do Brasil, da França, etc.) e a filiação partidária adquirem maior relevância.

As eleições para o CCP tornaram nítidas as diversas clivagens políticas que existem no meio associativo em São Paulo e a forma como se organizam numa polarização em torno de duas associações. Porém, essa polarização ainda que seja a tendência política mais generalizante, não dá conta de expor uma série de outros aspectos políticos que envolve as relações de poder existentes entre as cerca de trinta associações portuguesas e luso-brasileiras na capital. É notável, por exemplo, a forma pela qual o associativismo dos portugueses e luso-descendentes, além de conjugar questões étnicas e nacionais, organiza-se sobre uma dinâmica de classes sociais<sup>27</sup>. É possível verificar uma estratificação classista entre as associações, que responde muito pelo modo como definem seus objetivos e cotidianos. Ademais, a observação do histórico de associados e dirigentes de associações, bem como de suas genealogias, sugere que em algumas delas ocorre uma movimentação no sentido de uma afirmação étnica inicial para uma crescente incorporação à

---

<sup>26</sup> O que não significa desconsiderar as disputas que se desenrolam internamente a elas e que tive oportunidade de acompanhar, por exemplo, dentro da Casa de Portugal, no processo de formação de chapas para concorrer ao CCP.

<sup>27</sup> A desproporção na participação de homens e mulheres no comando das associações é também um indício que merece ser melhor analisado.

elite político-econômica brasileira, que resulta em novos discursos identitários. Isso ajuda a compreender a situação bastante comum de pais que participam intensamente de associações e filhos que se afastam progressivamente delas. Ao que tudo indica, são os emigrantes emergentes que mais se dedicam às atividades associativas e compõem seus quadros diretivos. Tal fato associado a singular mobilidade social dos migrantes portugueses no Brasil permite especular sobre uma certa dinâmica de renovação do conjunto de associados que, com a diminuição das entradas de emigrantes portugueses no Brasil, gera a apreensão das lideranças portuguesas sobre a continuidade das associações.

Em função disso, olhar para os portugueses de São Paulo através somente do meio associativo e de sua polarização política significa deixar de fora grande parte dos imigrantes da cidade, que em sua maioria não participam de associações. Esses portugueses, no discurso de muitas das lideranças, são classificados como invisíveis. Nas entrevistas realizadas durante as eleições para o CCP, a alusão à questão da *invisibilidade* do imigrante português na sociedade brasileira mostrou-se tão recorrente quanto às alusões ao salazarismo, fazendo parte do discurso de quase todos os concorrentes, independentemente da chapa da qual participavam.

#### **4. Semelhança e Diferença nos discursos identitários dos portugueses de São Paulo**<sup>28</sup>

As eleições para o CCP serviram primeiramente de aporte para mapear clivagens e campos sociais, permitindo identificar os principais sujeitos e as questões que unem ou separam os imigrantes portugueses em São Paulo. Serviram também para perceber de que modo, a partir

---

<sup>28</sup> A discussão sobre as construções culturais de semelhança e diferença entre portugueses e brasileiros tem sido desenvolvida por Feldman-Bianco no âmbito de seu projeto de comparação entre migrantes portugueses no Brasil e Estados Unidos e migrantes brasileiros em Portugal. Sobre esse assunto, vide seu artigo: "Brazilian in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference" in Feldman-Bianco, B. (Org.) *Identities*, vol. 8(4) pp. 607-650, Taylor & Francis, 2001.

---

de diferentes posicionamentos sociais, são produzidos, imputados, apropriados e contestados os discursos identitários acerca de ser português no Brasil.

Entre as lideranças associativas, salazarismo, invisibilidade e irmandade são alguns dos temas centrais desses discursos, reportando a diferentes narrativas de nação e projetos políticos. Considerando como inerente a todo discurso identitário orientar a discriminação simultânea do *eu* e do *outro*, quando volto a atenção às eleições, é justamente nessa dupla possibilidade de nomear que encontro, concentradas, as disputas entre as lideranças associativas. De fato, os projetos de cada uma das chapas ficaram em segundo plano em relação aos confrontos identitários que sugeriam o contexto das eleições como uma possibilidade não trivial de abalar hegemonias nos níveis inter e intra-associativos.

Nessa direção, pode se compreender o modo pelo qual as auto-representações das diferentes chapas, que ficavam ilustradas nos nomes escolhidos por cada uma delas, eram confrontadas direta e imediatamente nos nomes pejorativos pelos quais eram classificadas por suas concorrentes. Assim, dividiram a mesma arena, as auto-representações “portugueses do Brasil”, “renovadores”, “jovens” e “independentes pela cidadania”, em confronto com as representações do outro, “comendadores salazaristas”, “comendadores de segundo escalão”, “ditadrezinhos inexperientes” e “velhinhos comunistas”.

No entanto, esse tipo de enunciação de diferenças compreendia apenas um primeiro plano dos debates sobre *ser português*. Num outro nível, as diferenças entre lideranças tornavam-se secundárias para dar lugar à distinção entre portugueses visíveis e invisíveis e, num plano mais geral, importava conceber e enunciar as diferenças e semelhanças entre portugueses

---

e brasileiros. Quais os sentidos que se podem captar nesses discursos nos diversos níveis em que se apresentam?

Uma primeira tentativa de interpretá-los revela um contraste entre a forte ênfase dada pelas lideranças às distinções internas (invisíveis e lideranças, salazaristas e comunistas, velhos e jovens, etc.) e o acentuado destaque dado às semelhanças entre portugueses e brasileiros (irmandade, luso-brasilidade, lusofonia, etc.). Porém, integrando a análise das eleições do CCP à análise de uma série de outros eventos, às leituras da imprensa étnica, à realização de várias entrevistas e a um levantamento de histórias de vida de migrantes de diferentes classes sociais, pode se perceber uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que as lideranças lançam mão, freqüentemente, de discursos que apregoam a semelhança com os brasileiros e a proximidade com o Brasil, ou seja, argumentos atenuantes ou negadores das diferenças concebidas e enunciadas entre portugueses e brasileiros – internamente à comunidade imaginada como "portugueses de São Paulo", uma pretensa alteridade é incentivada e cobrada como obrigação de preservar raízes ou como reconhecimento da singular experiência de ser português e partilhar memórias, ideais e sentimentos em comum<sup>29</sup>. O mais complexo nesses discursos é a aparente interpermeabilidade de fronteiras que se constrói entre o *mesmo* e o *outro* e as aparentes contradições que ficam assim expostas nos processos de identificação desses sujeitos.

Mesmo não sendo constantes, as ênfases expostas acima são recorrentes e, admitindo-se que as mesmas lógicas que norteiam as distinções e a cobrança em manter-se diferente internamente, devem dirigir as equalizações e similarizações externamente, fica-se diante de um único fato a se explicar: quais as razões (práticas e simbólicas) que acionam, contextualmente, esses discursos? Por ora, analiso de que forma essas representações de todos os níveis coexistem

virtualmente, manifestando-se de maneira alternativa, complementar ou contraditória. Para esclarecer esses apontamentos preliminares, tomei como nível de referência, as representações identitárias de portugueses entre brasileiros, elaboradas principalmente pelas lideranças concorrentes às vagas do CCP e construí a partir delas, tomando por base as variações de ênfase em diferenças e semelhanças, um quadro aberto de discursos identitários, os quais, na seqüência, serão explorados:

<b>Discursos</b>	<b>Qualidade/posicionamento enfatizados na relação com os brasileiros</b>
I - "invisibilidade"	(indiferenciação) – ser diferente e tornar-se igual, deixar de ser diferente
II - "irmandade"	(semelhança) – ser essencialmente semelhante
III - "ser imigrante", "ser cidadão português residente no estrangeiro", "ser português da diáspora", "ser imigrante político"	(diferença) – tanto ser igual, procurando manter-se distinto, quanto ser essencialmente diferente
IV - "ser luso-brasileiro"	(ambivalência) – combinação de semelhanças e diferenças, ser igual e ser diferente

## 5. A diáspora invisível

A repetição do argumento da invisibilidade encaminhou as primeiras análises das entrevistas feitas com as lideranças candidatas às vagas do CCP em direção de decifrar o significado de "ser invisível". De modo geral, as referências dos entrevistados acerca da

<sup>29</sup> Considero paradoxal essa maneira de afirmar uma identidade, porque as forças parecem invertidas. Quando se pensa num grupo étnico, comumente, a diferença é reforçada no contato com outros grupos e a semelhança é construída internamente com a finalidade de torná-lo homogêneo.

invisibilidade coincidiam nos seguintes pontos: não manter “raízes portuguesas”, não “cultivar a nacionalidade”, não estabelecer uma “identidade lusitana”, “confundir-se com os brasileiros”, “não marcar diferença”, “ser assimilado”.<sup>30</sup> A noção de invisibilidade, nesses termos, revelou-se um dos mais fortes subsídios para explicar a aparente contradição presente na relação entre a expressão numérica da imigração portuguesa em São Paulo e o seu reduzido destaque social, no contraste com outras comunidades imigrantes, possibilitando, para as lideranças, a imaginação de uma comunidade portuguesa cindida entre visíveis (eles próprios) e invisíveis.

Nas entrevistas realizadas durante o período das eleições, por várias vezes, foram citados italianos e japoneses como comunidades destacadas em relação aos portugueses. A Polícia Federal do Brasil estima em 154.624, o número de portugueses no estado de São Paulo (dados de 2000), sendo que 90% moram na capital, ou seja, aproximadamente 139 mil portugueses na cidade de São Paulo. Isso faz de São Paulo, a cidade com maior número de portugueses no Brasil, e da comunidade portuguesa paulistana, a maior comunidade migrante da cidade, seguida de japoneses (75 mil), italianos (50 mil), espanhóis (45 mil) e chineses.<sup>31</sup> A maioria desses 140 mil migrantes portugueses chegou a São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse período o Brasil foi o maior receptor da emigração portuguesa<sup>32</sup>, perdendo seu posto nas décadas seguintes para a França, como mostra o quadro abaixo.

---

<sup>30</sup> Conforme analisado em meu relatório final de iniciação científica Pibic-CNPq (A diáspora invisível: imigrantes portugueses em São Paulo)

<sup>31</sup> Esses dados foram obtidos junto à Polícia Federal, num levantamento feito na época do aniversário da cidade de SP, em 2001. Ainda segundo a Polícia Federal, residem na cidade de São Paulo, aproximadamente 520 mil estrangeiros legalizados. Entre ilegais, há cerca de 100 mil estrangeiros, sendo as duas maiores comunidades de ilegais, as de coreanos e de bolivianos (FSP, 23/01/2000).

<sup>32</sup> Isso sem contar os períodos anteriores na longa história da emigração portuguesa para o Brasil. Na primeira fase de migração massiva que Lobo (2001) demarca entre os anos de 1888 e 1930 deram entrada no Brasil em torno de 1,3 milhão de portugueses. Entre as décadas de 1930 e 1950, há um acentuado declínio da emigração, por conta da situação política e econômica do entre-guerras e também pela política anti-emigratória do governo Vargas (175). Nesse período, a emigração portuguesa para o Brasil totaliza aproximadamente 148 mil pessoas.

**Emigrantes por principais países de destino (1950-1984)**

<b>Período</b>					
<b>Países de destino</b>	<b>1950/1959</b>	<b>1960/1969</b>	<b>1970/1979</b>	<b>1980/1984</b>	<b>TOTAIS</b>
Alemanha	N	45474	87493	192	<b>133159</b>
África do Sul	6193	15793	3117	975	<b>26078</b>
Antilhas Holandesas	3007	783	571	19	<b>4380</b>
Argentina	9549	2828	251	126	<b>12754</b>
Austrália	255	2228	3996	5114	<b>11593</b>
Bermudas	261	1716	759	442	<b>3178</b>
Brasil	237327	73267	9130	953	<b>320677<sup>33</sup></b>
Canadá	13796	50405	55871	8548	<b>128620</b>
Estados Unidos	16193	66674	83425	16182	<b>182474</b>
França	14724	329052	90871	5235	<b>439882</b>
Holanda	N	2085	1693	133	<b>3911</b>
Luxemburgo	4	2075	7647	797	<b>10523</b>
Reino Unido	N	1951	3822	215	<b>5988</b>
Suécia	N	896	405	13	<b>1314</b>
Suíça	N	1342	3910	199	<b>5451</b>
Venezuela	36236	37318	31838	10095	<b>115487</b>
Outros Países	5383	1075	7722	9074	<b>35254</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>342928</b>	<b>646962</b>	<b>392521</b>	<b>58312</b>	<b>1440723</b>

Fonte: Cassola Ribeiro, F.G., 1986.

<sup>33</sup> Segundo Cassola Ribeiro (1986), a distribuição da origem dos 320.677 emigrantes legais que se dirigiram entre 1950 e 1984 ao Brasil, seria a seguinte: Viseu (43655), Porto (37870), Aveiro (33936), Funchal (30264), Bragança (28726), Vila Real (24031), Guarda (22952), Braga (21977), Coimbra (19272), Viana do Castelo (14205), Lisboa (11998), Leiria (11478), Santarém (5456), Castelo Branco (3868), Ponta Delgada (2417), Faro (1737), Setúbal (1330), Angra do Heroísmo (1093).

Atualmente, o número de portugueses residentes no Brasil é avaliada em cerca de 1,2 milhão de pessoas pelas lideranças portuguesas, que ainda calculam em 600 mil o número de portugueses no estado de São Paulo. Esta indefinição nas estatísticas é um dentre os muitos argumentos que sustentam a idéia de dispersão, assimilação e invisibilidade dos portugueses na sociedade brasileira e mais especificamente na cidade de São Paulo. Também o fato de, diferentemente de outros contingentes migrantes, os portugueses não terem se “apropriado” de bairros como julgam ter feito italianos (Brás, Bexiga), japoneses (Liberdade, Aclimação) e judeus (Bom-Retiro)<sup>34</sup>, é lembrado como prova da facilidade de diluição dos portugueses no Brasil. Informação a ser revista primeiramente em sua validade empírica, considerando a concentração de portugueses em regiões como Jardim Santana, Vila Carrão (principalmente açorianos), Vila Maria, Jardim São Paulo, Canindé, Vila Nova Conceição e Vila Guilherme e posteriormente nas suas explicações pautadas na idéia de assimilação, que teria sido facilitada aos portugueses pela língua em comum e pela proximidade cultural com brasileiros.<sup>35</sup>

No período das eleições, a ampla divulgação, feita em diversos meios (rádio, jornais, revistas, etc.), além de informativos do Consulado, atraiu a atenção de muitos migrantes que não participavam de associações e que, na esperança de um melhor acesso aos seus direitos de cidadania<sup>36</sup>, dirigiram-se à Casa de Portugal para votar. Na opinião das lideranças, a participação

---

<sup>34</sup> A correspondência que costuma se fazer entre bairros e grupos étnicos em São Paulo necessita de uma maior profundidade histórica. Essa correspondência sofreu diversas alterações que nem sempre são levadas em conta. Muitos bairros inicialmente reduto de portugueses passaram a ser redutos de outros grupos imigrantes.

<sup>35</sup> Ainda que se admitisse esta forte dispersão dos portugueses na cidade, tanto as histórias de vida que coletei, quanto os dados da história da cidade, sugerem como um de seus possíveis motivos, o nicho de mercado ocupado por grande parte desses migrantes que se dedicaram inicialmente ao comércio varejista de abastecimento (padarias, vendas e mercados), tipo de atividade econômica que funciona com área de influência local e concorrência distanciada, diferentemente de outros ramos de atividade econômica como, por exemplo, a produção e o comércio de tecelagem e eletro-eletrônicos, aos quais se dedicaram outros grupos migrantes. Há que se observar também, que no sentido de se juntarem, prevaleceu entre os portugueses, o sentimento do regional, o que dá testemunho, a imensidade de associações de cunho regionalista formadas na cidade.

<sup>36</sup> Quando indagados sobre o motivo de estarem votando, a maioria dos entrevistados citava a necessidade de melhoria do atendimento consular (também influenciados pela campanha da *Portugueses do Brasil*) e apontavam

desses migrantes foi entendida como um reflexo da boa divulgação das eleições, assim como, uma prova do interesse crescente desses migrantes por seus direitos junto ao Estado português.

*“Olha, eu estou felicíssimo. Felicíssimo porque (...) diziam que o português é acomodado e que não participava. Não participava porque ninguém era convocado. Foi convocado e deu uma demonstração de civismo extraordinária. O povo quer participar e veio em grande número. Para eles, para o pessoal aí em cima, que são sempre os mesmos, eles nunca querem que o povo participe, querem ficar em grupinhos, é uma reserva de mercado. Só que desta vez não deu certo para eles, Portugal abriu e o povo realmente acorreu, e nós estamos realmente felizes, satisfeitos com isso (...) era uma incógnita essa eleição, não tínhamos nem idéia se o povo viria, se a mensagem tinha chegado ou não. Mas realmente, o povo acorreu, o que prova que o português não é um povo acomodado, o que precisa é ser convocado”.*<sup>37</sup>

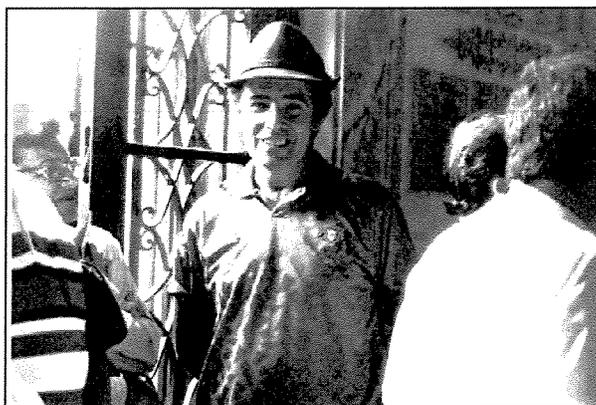
No entanto, ainda que o entusiasmo inicial fosse logo enterrado pelos números oficiais da participação dos portugueses no pleito, havia algo percebido pelas lideranças como um motivo de comemoração. Muitos dos migrantes nas filas de votação há anos não pisavam no Consulado e realmente não participavam de nenhuma associação. Entretanto, era possível ver entre eles, todo tipo de alusão à *portugalidade*. As referências compreendiam desde as roupas nas cores da bandeira portuguesa, passando pelos broches e xales usados pelas senhoras mais idosas, até uma coleção de ostensivos bigodes, tudo parecendo responder às convocações patrióticas dos

---

suas dificuldades em casos específicos como obtenção de dupla cidadania para filhos, passaporte e previdência social.

<sup>37</sup> Liderança da chapa Portugueses do Brasil (uma das poucas a declarar publicamente sua simpatia pelo regime de Salazar).

anúncios das chapas e aos estereótipos criados no imaginário social brasileiro sobre o português<sup>38</sup>. Talvez, toda essa *visibilidade* fosse apenas circunstancial, podendo ser interpretada à luz da ocasião. De qualquer modo, esse primeiro contato com os chamados invisíveis colocou a categorização imediatamente em xeque.



Votante veste a camisa da seleção portuguesa e chapéu com as cores da bandeira portuguesa. Eleições do CCP – 27/04/1997. Casa de Portugal – São Paulo. Foto: Eduardo Caetano da Silva

Numa segunda oportunidade, realizando entrevistas que focalizavam as histórias de vida desses personagens, foi possível constatar que independentemente da participação ou não em associações, havia também entre eles, dinâmicas de representações identitárias (nacional e/ou regional) portuguesas<sup>39</sup> que, entrecortadas por ambivalências, ficavam denunciadas, por exemplo, na repetição de fórmulas de auto-representação, como: "sou português com alma de brasileiro", "meu coração é dividido", etc.<sup>40</sup> Sobre serem considerados invisíveis, mostraram-se, em sua maioria, surpresos com a pecha que lhes era imputada.

<sup>38</sup> Vide Ribeiro, 2002; Vieira, 1991; Feldman-Bianco, 2001 e Machado, 2003.

<sup>39</sup> Aliás, nas entrevistas (Pibic-CNPq / 1997-1998), muitas vezes o regionalismo se sobrepunha ao nacionalismo nas identificações dos imigrantes portugueses. Parecendo importar tanto quanto ser português, ser dessa ou daquela região, aldeia, vila, etc.

<sup>40</sup> Sobre auto-representações similares entre os brasileiros em Portugal, vide Feldman-Bianco, 2001 e Machado, 2003.

Avançando na análise dessas histórias de vida, é possível concluir que uma das singularidades marcantes na experiência dos migrantes considerados invisíveis, reside não na idéia de assimilação patente no discurso das lideranças, mas no fato dos seus processos de identificação seguirem à margem de uma esfera pública, não adquirindo com isso uma conotação política definida. Isto, por sua vez, apontaria para dimensões menos coletivistas da categoria identidade, ligadas mais a memórias e trajetórias de vida, e menos a processos políticos como é o caso das lideranças associativas.<sup>41</sup>



Senhora aguarda para votar – Eleições do CCP. Casa de Portugal – São Paulo – 27/04/1997. Foto: Célia Harumi Seki

Desse ponto de vista, fica salientada a distância que separa os imigrantes que participam de associações e manifestam publicamente uma identidade portuguesa e aqueles que, afastados

<sup>41</sup> Esta análise corrobora a de Feldman-Bianco (1992, 1995) sobre os portugueses em New England, USA.

por diversos motivos dessas associações<sup>42</sup>, ritualizam seus “laços” com Portugal preponderantemente em ambiente privado, sendo suas manifestações públicas mais dispersas e menos politizadas. Pode-se citar como exemplos desse tipo de ritualização, além de todos os sinais observados nas filas de votação do Consulado, a manutenção das especificidades da língua (sotaque, etc.), tradições culinárias, costumes domésticos, religiosidade, reminiscências do folclore regional, escolha de time de futebol, comunicação com familiares, respeito a datas comemorativas nacionais, acompanhamento de notícias sobre Portugal (em rádio, TV ou imprensa escrita), etc.<sup>43</sup>

Ainda em busca de compreender os diferentes significados do discurso da *invisibilidade*, creio ser necessário observar como as lideranças, a partir de localizações políticas específicas, acabam por se impor (ou por serem impostas) como representantes legítimas da cultura portuguesa no Brasil. Nesse sentido, o argumento da *invisibilidade* ganharia maior legibilidade à luz tanto das políticas de inclusão e exclusão do Estado português, no que se refere às suas populações desterritorializadas, quanto das políticas assimilacionistas ou segregadoras do Estado brasileiro em relação aos seus contingentes imigrantes (Feldman-Bianco, 1995; Seyferth, 1995). Por extensão, pode-se apreender a dialética que envolve os discursos hegemônicos do Estado português e brasileiro, e as produções culturais de semelhança e diferença para mobilizações políticas de cunho étnico ou para reconfigurações de identidade na esfera individual do eu ou da pessoa. Acredito que o discurso da invisibilidade, antes de tudo, deve ser interpretado como uma crítica por parte das lideranças associativas a não mobilização dos portugueses como étnicos. É

---

<sup>42</sup> O que por si só, já constituiria um objeto de investigação.

<sup>43</sup> O papel da mídia na atualização dos imaginários de nação dos imigrantes portugueses, ainda está por ser melhor dimensionado. A audiência de programas de rádio e TV voltados para os migrantes é indicativa do forte apelo e potencial que possuem.

revelador desse sentido o trecho de um anúncio da Casa de Portugal publicado numa revista de boa circulação na comunidade:

*Casa de Portugal: aberta a todas as raças*

*Se é português ou descendente e ainda não é sócio, deixe de ser omissos, honre suas raízes, vamos lá, telefone para (...) Venha, um pedaço de Portugal está aqui, entre e fique à vontade, a casa é sua.  
(grifos meus)<sup>44</sup>*

Ao argumentarem que grandes parcelas dos migrantes portugueses logo se misturam aos brasileiros ou são omissos, justifica-se exclusão desses indivíduos da pertença à comunidade ou em termos alargados da própria nação. No entanto, atualmente tal argumento surge como uma cobrança implícita (às vezes, explícita) para que esses migrantes preservem suas raízes e, em última instância, suas diferenças. O passo seguinte é tornar políticas essas diferenças. Pode-se indagar: quais diferenças? As respostas serão variadas, correspondendo às diferentes concepções das lideranças sobre as especificidades da cultura e da história portuguesa. O denominador comum das opiniões dos líderes associativos é mais fácil de se encontrar nos motivos aventados para explicar a facilidade de diluição do português na sociedade brasileira, de maneira geral, principalmente dois: o compartilhamento de uma língua comum e a velha idéia da *plasticidade* do lusitano.

Não caberia aqui uma discussão extensa sobre esses argumentos, mas, talvez seja importante notar, por um lado, que o uso da língua comum evocado pelas lideranças para explicar a facilidade em se tornar igual aos brasileiros, é apresentado por diversos autores

(destacadamente Feldman-Bianco, 2001 e Capinha, 1997) justamente como o sinal diacrítico por excelência, o local onde a diferença se recria e se mantém. Por outro, a mítica propensão à mistura atribuída ao português<sup>45</sup> tem sido alvo, há décadas, da refutação de cientistas sociais e historiadores - dos mais contestadores aos mais revisionistas, que procuram descartar abordagens essencialistas, demonstrando como tal idéia compõe um conjunto de discursos e estratégias correspondentes, em momentos diferenciados, aos projetos políticos nacionais de Brasil e Portugal.<sup>46</sup>

A propósito, se se toma a *invisibilidade* como uma crítica, deve-se indagar a quem ela se dirige. Comumente, durante as eleições para o CCP, a *invisibilidade* aparecia como uma característica dos imigrantes afastados das associações, coincidindo com os imigrantes que em sua maioria não tinham uma trajetória de sucesso para contar.<sup>47</sup> Nesse sentido, a *invisibilidade* é tida tanto como uma diluição natural favorecida pela plasticidade do português e sua semelhança com o brasileiro, quanto uma estratégia de sobrevivência. Para alguns, deixar de ser diferente seria uma forma de evitar o preconceito e ter acesso aos mesmos direitos de um cidadão não imigrante.

Os argumentos acerca da invisibilidade oscilavam, portanto, entre uma estratégia de sobrevivência e uma característica inata do português, intensificada no Brasil, dentre outros motivos, pela facilidade da língua. Essas nuances ficavam expostas nas falas das lideranças de diferentes chapas:

---

<sup>44</sup> Revista Naus's ano 2 - no. 20 - abril de 1997

<sup>45</sup> Justamente essa plasticidade foi tomada por muitos pensadores da sociedade brasileira como uma herança portuguesa mantida em nosso caráter nacional. Podemos citar, nesse sentido, Gilberto Freyre (democracia racial) e Sérgio Buarque de Holanda (homem cordial).

<sup>46</sup> Sobre a política da mestiçagem num viés comparativo Brasil-Portugal, vide os artigos da coletânea Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros, Bastos, C. et al., 2002.

<sup>47</sup> Em alguns poucos depoimentos, pude observar um sentido marginal da idéia de invisibilidade como uma característica atribuída justamente aos imigrantes bem sucedidos que, ao se incorporarem à elite econômica brasileira, deliberadamente, haviam deixado de lado suas raízes.

*"De qualquer maneira, admitindo que somos 600 mil, uma das características da comunidade portuguesa é que ela é invisível, porque ela se dilui facilmente, porque fala a mesma língua que o brasileiro (...) e o fato de deixar de ser português até pode ser importante para lhe facilitar a vida, não é? Ele se desaparece, não é? E com isso, nossa comunidade até é menos afirmativa. Não é só menos afirmativa, pela sua própria existência como tal, como a comunidade portuguesa, porque tem a mesma língua que o brasileiro e, portanto, não se destaca tanto, além do sotaque, vamos dizer assim. Mas contrariamente, é o que acontece com as outras colônias, como a alemã, a francesa, a espanhola, a japonesa, que se afirmam pela própria condição de nacionalidade. Então, a comunidade portuguesa tem características que a levam a dissolver-se, uma boa parte, na sociedade brasileira. Desaparecem. São os tais invisíveis, não é?"*

*"Pelos facilidades de língua, o português se dilui. Por estratégias de sobrevivência mesmo e de igualdade juntamente aos brasileiros e esquece, ele mesmo, que é um português. A maior parte dos portugueses não se informa sobre o que acontece com seu país, pois se torna antes um brasileiro."<sup>48</sup>*

*"A comunidade japonesa, sabe, até bisneto de japonês eles conseguem preservar e a gente não. Bastou ser filho de português, bastou ser português e estar aqui há mais de 30 anos que já virou brasileiro. Isso não tá certo. (...) A diferença que existe no Brasil é uma coisa muito simples, é a língua. Nós falamos a mesma língua. Na medida em que o português chega aqui, ele se*

---

*íntegra, ele passa a ser brasileiro, ele passa a viver a cultura brasileira, ele passa a ser confundido com brasileiro pela facilidade da língua. O português nos Estados Unidos, a comunidade portuguesa nos Estados Unidos é muito mais forte. Por quê? Porque existe a dificuldade da língua e quando ele quer falar português, ele tem que ir numa casa regional, ele tem que encontrar seus compatriotas para falar português. Aqui não, a gente fala português com quem quiser. Você olha para mim e diz: você é portuguesa!?”<sup>49</sup>*

Todavia, a *invisibilidade* colocada nesses termos, é um argumento difícil de ser sustentado, na medida em que, os considerados *invisíveis* não se consideram como tais e "enxergam-se" uns aos outros. A favor disso, posso citar, inclusive, uma tendência manifesta no meu universo de entrevistados, de se casarem entre si. Uma outra faceta do discurso do imigrante *invisível*, no entanto, pode se afastar da crítica à "tendência de mistura" e se ligar mais a uma concepção comum às lideranças a respeito do que importa ser visto, tal concepção fica bem resumida na opinião de um dos membros da chapa Renovação que em seu livro sobre a história da Casa de Portugal afirma:

*“A história da humanidade é, grosso modo, a história dos seus grandes vultos, dos homens que, na vida real, foram os líderes dos outros homens, provocando o fato histórico e comandando o processo.”<sup>50</sup>*

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada por Célia Harumi Seki e Douglas Mansur da Silva com liderança da chapa Independentes pela Cidadania - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI-UNICAMP

<sup>49</sup> Entrevista realizada por Marivaldo Parma e Juliana Capretz com liderança da chapa Jovens - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI-UNICAMP

<sup>50</sup> Verdasca, 1993: 17.

Os homens mencionados nessa passagem, com toda certeza, jamais seriam julgados invisíveis pelas lideranças. Nessa direção, como já foi discutido, a invisibilidade seria antes uma impossibilidade das lideranças enxergarem, ou uma opção por não ver, ou seja, uma estratégia de exclusão e manutenção de poder. Vale salientar que o discurso da invisibilidade se coloca entre as lideranças justamente num momento em que o Estado português apresenta propostas, ainda que relativamente tímidas como a do CCP<sup>51</sup>, para efetivar a inclusão de seus emigrantes, prevista na lei desde 1981, em um projeto de nação. Contudo, se observadas as políticas econômico-culturais que se atrelam aos atuais investimentos portugueses no Brasil, percebe-se que talvez a inclusão não seja o principal fator a ser considerado e sim, a afirmação de uma *presença portuguesa* no Brasil. Com isso o discurso da invisibilidade se torna mais legível como peça do atual momento das relações Brasil-Portugal.

De fato, é no sentido dado a esse anseio em fortalecer uma presença portuguesa no Brasil, que os dilemas em que se movem os migrantes de São Paulo encontra seu nó górdio. Fica às claras a indefinição política das lideranças entre uma *afirmação de identidade e diferença* que corresponderia aos desejos de se aproximarem do Estado português e uma necessidade imposta por esse próprio Estado de se tornarem a ponta de lança numa política de intercâmbio e aproximação progressiva, cuja estratégia se traduz em *afirmar semelhanças e laços em comum*.

Tais oscilações reproduzem amplamente as ambigüidades da política do Estado português em relação aos seus emigrantes e imigrantes. Os pronunciamentos do presidente Jorge Sampaio por ocasião de sua posse e de sua visita oficial ao Brasil em 1997, a meu ver, condensam essas ambigüidades:

---

<sup>51</sup> Nas reuniões do CCP que se seguiram às eleições de 1997, muitas vezes, foi lembrado que o caráter consultivo e não deliberativo do CCP poderia esvaziar sua importância. Muitas das sugestões de políticas e ações junto às

---

*"O Brasil e Portugal albergam em seu seio importantes comunidades portuguesas e brasileiras que constituem, em si mesmas, um dos elementos fundamentais da constante relação entre os dois povos. É, por isso, tão importante que uma visão de futuro aponte no sentido do aperfeiçoamento constante das condições com que essas comunidades se integram nos países de acolhimento, para que aí possam usufruir dos direitos que mais plenamente exprimam o desejo de uma plena integração. Este não será, naturalmente, um caminho isento de dificuldades, que, aqui e ali, pontuarão o percurso, como sempre acontece na evolução do Direito. Mas o que importa é que a direção em que se caminha é clara e, por reafirmação da vontade política dos dois Estados, constantes os esforços para aprofundar os direitos que crescentemente se querem ver consagrados."<sup>52</sup>*

Como pode se ver, desse ângulo, prevalece uma disposição prática de favorecimento à *integração* dos emigrantes portugueses às sociedades de acolhimento. Porém, tal ordem de declaração envolve complexidades nem sempre explícitas. Afinal, falar da integração de migrantes em seus países de acolhimento não encerra apenas a situação de portugueses no Brasil ou alhures, mas reporta de imediato à situação dos imigrantes brasileiros (e outros) em Portugal, onde essas declarações adquirem uma conotação nova<sup>53</sup>. O outro ponto de fuga dos discursos de Jorge Sampaio se apóia em recados de tom quase sentimental ao reforço da identidade nas comunidades emigrantes e no próprio território luso. Nesse caso, o apelo fundamental é pela manutenção de ligações com a terra de origem, sua cultura e seus projetos. Essa posição pode

---

comunidades feitas pelo primeiro CCP também não receberam resposta do governo.

<sup>52</sup> Discurso de Jorge Sampaio - em banquete oferecido pelo presidente da República federativa do Brasil - grifos meus (visita de Estado ao Brasil - Palácio do Itamaraty, Brasília - 05-09-1997) - pp. 606 - Portugueses vol. II - Imprensa Nacional Casa da Moeda - (Julho de 1998).

ser considerada a tônica dos pronunciamentos de Sampaio no período de seu primeiro mandato como presidente da República e que já se anunciava desde seu discurso de posse em 1996.

*“Nem todos tem a mesma ligação a Portugal. Uns ainda vivem de perto a evolução do seu país e contactam com maior frequência família e amigos. Outros, como é natural, sentem-se já mais envolvidos na vida deste país onde constituíram há muito suas famílias.*

*Qualquer que seja a proximidade da ligação que têm com Portugal, não serei eu que vos discriminarei. Para mim são todos iguais na sua ligação com a Nação a que pertencem. Para mim, todos fazem falta à manutenção e consolidação do sentimento nacional. O Brasil é, aliás, um país onde é fácil a vossa integração. A barreira da língua não existe. É grande a comunidade que pode dar apoio àqueles que aqui chegam pela primeira vez e ampla a legislação que permite a integração na sociedade brasileira.*

*(...) Mas do mesmo modo que, um pouco por todo o lado, se aprofundam os elementos de integração nos países que escolheram para viver, as Comunidades encontram sempre da parte de Portugal a vontade de reforçar os elementos de ligação permanente à vida do nosso país”.*<sup>54</sup>

Essa postura não se arrefeceu e inclusive parece vir se reforçando com o tempo. Ao menos, é o que sugerem suas recentes declarações na campanha à reeleição, na qual defendeu a necessidade de um *"novo patriotismo"* que resumiu como *"a força do passado a empurrar o*

---

<sup>53</sup> Vide Feldman-Bianco, 2001; Santos, 2002 e Machado, 2003.

<sup>54</sup> Almoço oferecido pela comunidade portuguesa em Brasília - setembro de 1997 - visita de Estado ao Brasil – grifos meus – pp. 615-618.

---

*presente para o futuro*”<sup>55</sup>. Também esse posicionamento “patriótico” já se afigurava desde a primeira posse de Sampaio:

*“Quero reafirmar, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal que quero servir com todas as minhas capacidades honrando o mandato que recebi dos Portugueses. (...)”*

*“É ao reforço de nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombadamente para a aventura do futuro”*.<sup>56</sup>

Os ecos dessas declarações se fazem ouvir claramente no teatro político paulistano, condicionando o roteiro das disputas das lideranças migrantes. Assim, descortinado esse quadro político em que a invisibilidade se insere, torna-se mister reavaliá-la através de uma nova indagação: não seriam, de certa forma, essas próprias lideranças, *invisíveis* de fato?<sup>57</sup> Afinal, a despeito da auto-classificação, não têm liderados e continuam distantes dos sujeitos que, à sombra das atuais políticas portuguesas, deveriam representar e agregar.

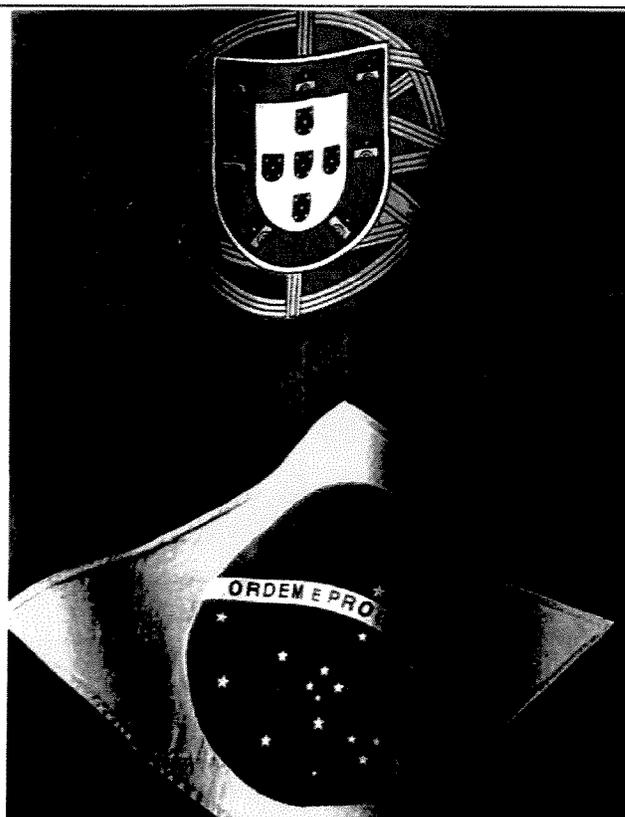
---

<sup>55</sup> Voz de Portugal, RJ, 04 a 10 de janeiro de 2001 - Primeiro Caderno - pág. 2 - Jorge Sampaio e o novo Patriotismo.

<sup>56</sup> Epígrafes ao cap. I - Portugal - sessão solene de posse de presidente da República - Assembléia da República - 09-03-1996.

<sup>57</sup> Quando esse texto ainda era apenas um projeto de pesquisa, fui questionado sobre a visibilidade das lideranças pela Profa. Dra. Nádia Farage.

## Cartaz de Campanha da Chapa Portugueses do Brasil<sup>58</sup>



### **Aos Portugueses e descendentes com Nacionalidade Portuguesa**

O novo Conselho das Comunidades Portuguesas será composto por 100 **Portugueses**, que representarão os diversos núcleos de imigração espalhados pelo mundo, e terá sua sede em Portugal na Assembleia da República. O governo de Portugal reconheceu a importância dos Portugueses do Brasil atribuindo-nos 25 delegados (4ª parte do total). A única forma dos Portugueses do Brasil justificarem este elevado número de Delegados perante o governo Português e os Portugueses dos demais países, é comparecerem em massa aos Consulados, dia 27 de abril para votarem. Caso isto não aconteça, poderemos ter uma quantidade de votos inferior a outros países, como por exemplo: Canadá e Estados Unidos, que terão apenas 10 Delegados cada um.

No Brasil, foi organizada uma lista chamada "Portugueses do Brasil", composta por ilustres e dinâmicos compatriotas de norte a sul do país, que se candidataram para nos representar, o que saberão fazer com muita honra e dedicação.

No dia 27 de abril, domingo, entre 8 e 19 horas, compareça ao Consulado de Portugal (Av. Liberdade, 602) com todos os familiares e amigos portugueses, levando o passaporte, mesmo vencido, ou a identidade portuguesa ou brasileira e vote na "**letra D**" - **Portugueses do Brasil**.

**Vote Bem  
Vote na Lista  
"Portugueses do Brasil"  
"Letra D"**

*Uma Lista a Nível Nacional  
A Lista mais representativa da Comunidade portuguesa*

<sup>58</sup> Este cartaz originalmente continha o nome de todos os integrantes da chapa e seus vínculos associativos.

Cartaz de Campanha da Chapa Renovação

**Portugueses:**

**RENOVAÇÃO**

**SER PORTUGUÊS É AMAR  
PORTUGAL!  
AMAR PORTUGAL  
DEFENDÊ-LO  
VOTEM  
RENOVAÇÃO**

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL  
No dia 27/04 das 8:00 às 19:00 hrs.  
Compareça ao CONSULADO e assinale o seu  
voto no quadradinho da letra **F** ao lado do nome  
**RENOVAÇÃO**  
Av. Liberdade, 602 - Térreo - Liberdade/SP

A	_____	<input type="checkbox"/>
B	_____	<input type="checkbox"/>
C	_____	<input type="checkbox"/>
D	_____	<input type="checkbox"/>
E	_____	<input type="checkbox"/>
F	<b>RENOVAÇÃO</b>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Cartaz de Campanha da Chapa Jovens<sup>59</sup>**

Faça com que seu filho tenha  
orgulho de ser Português !



O Governo Português está mudando o Conselho das Comunidades Portuguesas com o objetivo de torná-lo um órgão mais representativo. O Brasil terá direito a 25 membros que vão unir-se a outros 75 do resto do mundo.

E sabe quem vai eleger essas pessoas? Você, que é cidadão português, com mais de 18 anos, inscrito no Consulado de Portugal. Também votam os luso-descendentes com processo de nacionalidade completo.

Várias listas têm apresentado programas de trabalho como se fossem novas idéias. No entanto nada mais são do que as atribuições legais do Conselho, ou seja quem quer que esteja lá terá de cumprir este programa.

Mas por que já não fizeram tudo isso antes? Se tais listas sempre mantiveram contacto com Ministros, Secretários e Presidentes porque só agora lembraram-se de fazer tais reivindicações? Não seriam meras promessas de campanha?

Não somos filhos dos "ilustres" mas também somos filhos dos portugueses do Brasil que ajudaram a construir este país e que juntos fizeram as cadeiras onde se sentam os "ilustres".

**As coisas estão mudando . . .**

**E já que os tempos são de mudança, que tal você nos dar uma chance e colocar gente nova no Conselho?**

Para isso, no dia 27/04/1997, (domingo) compareça ao Consulado de Portugal onde você está inscrito, das 8 às 19 horas com o passaporte português (no caso de São Paulo situa-se na Av. Liberdade, 602 - 4.º andar) e Vote nos "JOVENS".

Votando no MOVIMENTO "JOVENS", você estará participando ativamente da comunidade e elegendo pessoas interessadas em ouvir a sua opinião, e resolver antigas pendências.

Promessas qualquer um faz, mas, com a sua ajuda estes JOVENS estarão lá para fazer com que elas sejam cumpridas.

Já que é para renovar, rejuvenesça.  
Tenha voz ativa. Em 27 de Abril

**Vote Bem ! Vote Lista B!  
VOTE JOVENS !**

<sup>59</sup> Este cartaz originalmente continha o nome de todos os integrantes da chapa.

Cartaz da Chapa Independentes pela Cidadania

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

**VOTE**

Lista **C**



INDEPENDENTES  
PELA CIDADANIA  
TEL.:(021) 240-3136

PORTUGUESES  
EMIGRANTES  
CIDADÃOS  
INDEPENDENTES

SOMOS TODOS IGUAIS

**ELEIÇÃO, DOMINGO 27 DE ABRIL**

**NOS CONSULADOS DE PORTUGAL  
E ALGUMAS ASSOCIAÇÕES**

**INFORME-SE**



---

### CAPÍTULO III - ENTRE AS GLÓRIAS RENOVADAS DO IMPÉRIO E O DISCURSO DA IRMANDADE: HISTÓRIA, POLÍTICA E IDENTIDADE NUM ENREDO LUSO-BRASILEIRO

#### 1. O discurso da irmandade e seus significados históricos, políticos e identitários

*“Não nos iludamos. Convidados ou não - e já o fomos ou nos fizemos convidados -, iremos à autocelebração anunciada do nascimento do Brasil. Para nos celebrarmos nele, mesmo que o Brasil não possa nem entenda, salvo exceções, como celebrar-se connosco. Quando recordarão os portugueses que o seu «tempo», o código com que nos lemos e lemos o que criámos ou imaginámos criar, não é o mesmo que o tempo dos outros que outrora nos foi comum e hoje se afasta de nós à velocidade da luz. Sobretudo, o do Brasil.”* Eduardo Lourenço<sup>1</sup>

Como procurei mostrar no capítulo II, a suposição da invisibilidade dos migrantes portugueses no Brasil é central no discurso das lideranças associativas em São Paulo, notadamente quando fazem referência aos problemas internos do que concebem como a “comunidade portuguesa”. Já na apreciação das relações com brasileiros, surgem outros argumentos, os quais se alinham entre estereótipos preconceituosos e elogios a uma pretensa harmonia e afetividade. Nesse último caso, revela-se de importância fundamental para as lideranças portuguesas, a concepção de uma irmandade luso-brasileira. Tal idéia não é nova e faz mesmo parte de qualquer tentativa de se produzir uma história das relações entre Brasil e Portugal, contudo, sem dúvida alguma, suas (re)construções e seu recente revigoreamento estão associados a uma conjuntura que inclui desde as comemorações conjuntas dos “500 anos de descobrimento” até a ampliação de interesses político-econômicos mútuos entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, a busca por criar e fortalecer uma proximidade entre os dois países e, ao mesmo tempo, postulá-la como um caminho natural para nações que, afinal, “compartilham 500 anos de

---

<sup>1</sup> 500 anos: as nossas contas com o Brasil estão saldadas desde sempre. São contas nossas, *Coluna Ensaio: Revista Visão*, Lisboa, set. 1998.

história”, ajuda a entender a lógica fraterna, tanto em sua crescente importância no plano das representações, quanto em seus limites no campo da prática política.

Porém, antes de iniciar uma discussão mais específica sobre a questão da irmandade luso-brasileira, julgo ser necessário, senão desenhar, ao menos esboçar, os quadros teóricos mais gerais com os quais essa minha análise procura dialogar. Os mais centrais deles dizem respeito aos debates sobre discursos nacionalistas e aos desenvolvimentos teóricos sobre história, etno-história e historicidade no campo da antropologia. Quanto à temática nacionalista, as referências principais mais amplas são Fox (1989), Anderson (1989) e Hobsbawm (1987), e suas respectivas discussões sobre conflitos entre diferentes ideologias nacionalistas no seio das chamadas culturas nacionais, sobre os processos de construção de imaginários nacionalistas e a viabilidade de imaginação de comunidades nacionais, e sobre a invenção de tradições.

No que tange à problemática da história na antropologia, um trajeto abreviado se iniciaria na contenda entre Lévi-Strauss (1967 e 1989) e Sartre (1973), na década de 60, e estender-se-ia, dentre outras, às reflexões de Lefort (1979), Cunha (1987) e Sahlins (1986 e 1990) acerca das relações entre cultura, história e sociedade. Esses autores avançam na idéia de uma interdependência entre sistemas simbólicos e práxis, a qual, por sua vez, ampara minha análise, na mesma medida, em que permite sustentar as correspondências entre a afirmação de laços de irmandade luso-brasileiros nos cenários políticos e econômicos e a construção de continuidades e rupturas nas visões históricas que se concebem em torno das relações entre Brasil e Portugal.

Por fim, ainda no âmbito dos quadros teóricos, teria que citar as imbricações entre essas temáticas e a questão identitária, pois, ao se pensar em hierarquia, conseqüentemente, toca-se na questão da diferença e da identidade. Nesse sentido, a irmandade, ao aludir às semelhanças e às afinidades entre Brasil e Portugal, mostra-se componente de um conjunto mais amplo de

discursos e práticas identitárias produzidos e/ou reproduzidos por lideranças associativas portuguesas no Brasil, que incluiria também representações, tais como, da invisibilidade, da luso-brasilidade, do Império, da Colônia, da diáspora, dentre outras. Por esta instância, alinho-me à opinião de que as construções e reconfigurações identitárias só podem ser entendidas voltando-se para o contexto de processos sociais e negociações políticas dos quais emergem e, por isso, procuro alcançar um melhor entendimento, de como, a partir de diferentes posicionamentos sociais, são produzidos, imputados, apropriados e contestados os discursos identitários acerca de ser português no Brasil. A propósito, desses discursos, afina-se com uma postura anti-essencialista que busca compreender identidades no âmbito processual das relações entre cultura e poder (Marcus, 1991; Hall, 1995; Jameson, 2000; Feldman-Bianco, 2000)<sup>2</sup>

## 2. As comemorações do “descobrimento do Brasil”: “os 500 anos” e “os outros 500”

É nessa esfera processual das relações entre cultura e poder que Eneida Leal Cunha descreveu os desequilíbrios e as dificuldades em se definir as programações comemorativas conjuntas ao “descobrimento”. Para tanto, comparou os discursos e as políticas oficiais portuguesas e brasileiras (isoladamente e em conjunto) para marcar a data, notando que se diferenciavam: “as comemorações em pauta pela dimensão contrastante, ou mesmo pela desproporção existente, entre a programática, os investimentos, os ritmos e os impasses comemorativos brasileiros e portugueses”. Em comum, dizia ela: “têm esses eventos o fato de se

---

<sup>2</sup> Obviamente, para os limites deste capítulo, não será possível um aprofundamento no corpo de problemas atinentes às teorias apontadas acima (nacionalismo, historicidade e identidade) e, menos ainda, a investigação de suas inter-relações. Contudo, mesmo que a intenção desses apontamentos tenha por função prioritária apenas a de marcar genericamente um caminho teórico, espero que suas implicações mais gerais estejam manifestas no desenvolvimento de minha análise.

constituírem primordialmente como iniciativas de Estados Nacionais – ou, se quisermos, como políticas culturais de Estado, nas peculiaridades das circunstâncias atuais.” (Cunha, 1998).

Sua análise indica ainda a relativa adequação das comemorações para o Estado português que, há tempos, tem voltado seus esforços para a transformação de seu antigo espaço colonial em um novo espaço de intercâmbio econômico e cultural, no qual reserva-se o papel de fundador e mediador; atentando também para os obstáculos que despontaram diante do fato de as celebrações ocorrerem conjuntamente com o Brasil, o que gerou a necessidade freqüente de apelar ao *mea culpa*, quando as memórias de violência e exploração do colonialismo vinham à baila. Em contrapartida à conformidade das celebrações aos interesses portugueses, Cunha expôs o visível desconforto do Estado brasileiro ao enfrentar a complexa tarefa de comemorar “o encontro” em conjunto com Portugal e, ao mesmo tempo, furtar-se ao elogio do jugo colonial.

Se do lado português, proliferaram as previsíveis referências ao heroísmo e pioneirismo dos descobridores, do lado brasileiro, concentraram-se os esforços na tentativa de revigorar a desgastada, mas ao que pareceu ainda fértil, fórmula da apologia ao encontro de raças.<sup>3</sup> Evocou-se mais uma vez um pretenso caráter entre harmonizador e antropofágico, da grande e pacífica nação tropical, uma das linhas mestras de algumas ideologias nacionalistas brasileiras. Diante da

---

<sup>3</sup> Dentre vários episódios nesse sentido, um dos mais interessantes foi a desastrada tentativa de popularizar as comemorações, feita pelo então Ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, que apresentou uma composição dos cantores sertanejos Chitãozinho e Xororó, como “hino dos 500 anos”. A escolha, além não surtir o resultado de popularizar as festividades, pela arbitrariedade, criou polêmica entre intelectuais e artistas. Em resposta às inúmeras críticas que recebeu e considerou preconceituosas com os sertanejos, o ministro escreveu no jornal Folha de São Paulo de 21/07/99. O tom de seu artigo, que endossa a idéia de recriação do encontro de raças como suporte para se comemorar “o descobrimento” fica expresso num pequeno trecho sobre a suposta riqueza musical brasileira: “Contribuem para isso as tradições culturais de 206 povos indígenas ainda preservados no nosso território, as etnias africanas (transplantadas para cá no doloroso processo de escravidão, mas hoje perfeitamente integradas à nossa sociedade) e a variedade cultural das 174 imigrações européias, asiáticas e americanas que sucederam aos portugueses. ‘Índias Ocidentais’, sonho dourado dos navegadores dos séculos XVI e XVII, empório colonial disputado pelas tropas de Portugal, Espanha, Holanda e França, eldorado gerador da arte barroca mais linda do mundo, o Brasil - sonhador, emboaba, quilombo, inconfiante, independente, Império, República - foi acumulando harmonias. Logo, contar a nossa história em música é ótima idéia”. As idéias do Ministro não ficaram isoladas. Em diferentes cenários (de propaganda oficial a publicidade de empresas nacionais e multinacionais), o motivo da comemoração se associou ao elogio da “harmônica diversidade brasileira”.

---

necessidade de se combinar esses discursos destoantes, o caminho foi o de evitar questionamentos e saudar a fraternidade entre as duas nações. Porém, o resultado prático foi uma espécie de comédia de erros, cujas principais cenas se desenrolaram entre os anos de 1999 e 2000. Nesse período, multiplicaram-se diversas situações embaraçosas que saciaram o apetite dos mais bem-humorados e amargaram as esperanças daqueles que enxergavam na ocasião um momento propício ao balanço crítico das relações históricas entre os dois países. O confronto entre diferentes interpretações do passado foi inevitável e adquiriu proporções tão vastas quanto à avidez dos dois Estados e a reboque de suas elites político-econômicas por tirar proveito do momento.

Assistiu-se, em meio a missas, eventos publicitários, congressos acadêmicos e solenidades políticas comemorativas ao que os celebrantes chamavam de “descobrimento”, a insurgência de protestos de grupos variados contra o que os protestantes chamavam de “invasão” e “genocídio”. Um marco importante para o crescimento do confronto ocorreu em abril de 1999, quando um grande protesto foi organizado em torno de uma missa comemorativa aos 499 anos da chegada dos missionários católicos ao Brasil. A missa, uma espécie de ensaio para os grandes eventos programados para 2000, foi celebrada por um frei português, apresentado como descendente direto de Cabral, em Coroa Vermelha, município de Santa Cruz de Cabralia, local considerado como o ponto de primeiro desembarque das naus portuguesas e contou com a presença de destacadas figuras políticas brasileiras e portuguesas. A cerimônia foi tomada por índios pataxós que tinham o objetivo de denunciar, nas palavras de um de seus líderes, o desrespeito pelos direitos indígenas e exigir a demarcação de suas terras, ao seu ver, primeiramente tomada pelos portugueses e, hoje, pelos comerciantes e fazendeiros locais e pelo próprio governo brasileiro que

associado ao português decidiu transformar as terras pataxó em “Museu Aberto do Descobrimento”<sup>4</sup>.

Ocorrências como essa se repetiram durante todo o período das celebrações e recrudesceram com o fato de aos pataxós, juntarem-se representantes de outros movimentos sociais de contestação, destacadamente o MST (Movimento dos Sem-Terra) que encabeçou junto a outros segmentos da sociedade brasileira, dentre eles, índios, negros, estudantes, sindicalistas, partidos políticos de oposição, punks, anarquistas pastorais da Igreja Católica, o movimento “Brasil, outros 500”, cujo mote aglutinador foi a questão “500 anos, o que comemorar?”<sup>5</sup>. Os protestos, então, concentraram-se nos rituais de depredação dos “relógios dos 500 anos” que, sob o patrocínio da Rede Globo de Televisão, haviam sido instalados nas principais cidades do país para fazer a contagem regressiva para a data da chegada dos portugueses ao Brasil.

Nem a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal passou incólume. Em Santarém, terra de nascimento de Pedro Álvares Cabral, o presidente brasileiro acompanhado do presidente Jorge Sampaio foi recebido por estudantes portugueses que estendiam faixas em solidariedade aos sem-terra, além disso, foi abordado por migrantes brasileiros que reclamavam a reciprocidade portuguesa aos direitos que migrantes portugueses teriam em solo brasileiro<sup>6</sup>. A expectativa criada pelo clima de animosidade inicial levou a alguns representantes do governo

---

<sup>4</sup> Sobre a repercussão desses acontecimentos na mídia portuguesa, vide Machado, 2002.

<sup>5</sup> Porto Seguro sediou em 1999 o II Encontro de Tribos Jovens, alguns dos participantes foram entrevistados pelo Jornal O Estado de São Paulo de 30 de abril de 1999. Segue algumas das frases, que são muito ilustrativas do conteúdo do debate popular sobre as comemorações: i) *Gosto muito da coisa do Brasil ser uma mistura de raças. O que é muito positivo para a nossa formação, faz de nós um povo mais aberto. Se alguma coisa deve ser comemorada no ano 2000, que seja isso*, Monai Antunes, 15 anos, de Belo Horizonte (MG). ii) *Devemos comemorar a sobrevivência da nossa nacionalidade, apesar de tudo o que sofremos. Temos em nosso território, depois de 500 anos, povos que mantêm sua língua já é uma coisa maravilhosa*, Eliseu Santiago, 17 anos, de Salvador (BA). iii) *São 500 anos de exploração assumida. Dizer que alguém descobriu o Brasil é como dizer que alguém descobriu o mundo! Mesmo assim, as comemorações não devem ser levadas para o lado do protesto, mas para o da crítica. Essa história de dizer que o Brasil tem 500 anos, é uma tremenda desvalorização do brasileiro legítimo, o índio*, Álvaro H. Dias Lages, 19 anos, de Belo Horizonte iv) *Os 500 anos de Descobrimento só deveriam ser comemorados pelos portugueses, em Portugal. Afinal, eles poderiam comemorar uma grande conquista*, Flávio Santos, 19 anos, de Salvador (BA).

---

brasileiro à tentativa de contemporizar a situação, arriscando-se a declarar que as comemorações em andamento referiam-se a formação da nação brasileira e não ao descobrimento por Portugal, criando óbvio constrangimento aos outros organizadores das festividades.

Esforço desajeitado e inútil. O dia 22 de abril de 2000, planejado como o ápice das celebrações, acabou se registrando de forma absolutamente negativa, marcada pela atitude autoritária e violenta do governo brasileiro na repressão dos protestos que se multiplicaram em todo o país. Na Bahia, onde discursariam os presidentes português e brasileiro, a Polícia Militar foi instruída a impedir completamente o acesso de manifestantes à cerimônia, o que foi seguido à risca de forma truculenta, deixando diversos manifestantes feridos e proporcionando cenas de violência que correram o mundo. A figura de um velho índio pataxó ferido e acuado na estrada que levava ao local da cerimônia estampou a capa de muitos jornais. Se essas ações tiveram um mérito, foi o de escancarar a ironia que as celebrações, vis-à-vis à desigualdade social do Brasil, tentaram de forma fracassada encobrir através do protocolo pomposo, dos espetáculos ensaiados e dos discursos elogiosos à harmonia da sociedade brasileira.

Em São Paulo, as comemorações no dia 22 de Abril foram organizadas principalmente por associações portuguesas, não sendo objeto de programações especiais por parte da oficialidade municipal ou estadual que se incorporaram discretamente aos festejos dos portugueses.<sup>7</sup> Além disso, ficaram muito aquém do que se anunciava pelas lideranças lusas em 1999, quando começaram a ser organizadas e, praticamente, extinguíram-se após o 22 de abril de

---

<sup>6</sup> Jornal Folha de São Paulo, 10 de março de 2000.

<sup>7</sup> O grande evento oficial foi a abertura da Mostra Brasil + 500 – Mostra do Redescobrimento no Pavilhão da Bienal, que ocorreu no dia 23 de abril, contando com a presença dos presidentes português e brasileiro. A Mostra foi motivo de diversas polêmicas, sendo uma das centrais, a que envolveu a vinda da carta de Pero Vaz Caminha da Torre do Tombo para o Ibirapuera.

2000.<sup>8</sup> As festividades abertas na cidade se concentraram nas manifestações culturais em torno da solenidade de reinauguração de um monumento a Cabral<sup>9</sup>, localizado no Parque do Ibirapuera. A solenidade foi assistida por poucas pessoas, aproximadamente uma centena, muitas das quais apenas pararam em frente ao monumento, atraídas pela música e dança dos ranchos folclóricos portugueses.

Repetindo o esquema das comemorações no restante do país, um palco montado no centro da praça foi cercado de policiais e seguranças contratados que garantiam a passagem dos convidados (políticos, artistas comendadores e empresários) e mantinham o restante do pequeno público à distância. Uma cena repressora foi protagonizada por uma senhora portuguesa que, ao tentar se aproximar dos ranchos, foi repreendida energicamente por um segurança, sendo obrigada a se arrastar por baixo do gradil que isolava os convidados do público, abandonando o local bastante envergonhada.

---

<sup>8</sup> Diferentemente do anúncio de uma extensa programação que abrangeria todo o ano de 2000. A exceção ficou por conta da reunião de músicos brasileiros e portugueses organizada pelo *Projeto Pão de Açúcar Music* – do grupo Pão de Açúcar.

<sup>9</sup> O monumento a Pedro Álvares Cabral foi inaugurado pela primeira vez em 10 de junho de 1988, numa comemoração do dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, sob patrocínio do Conselho das Comunidades Portuguesas do Estado de São Paulo, atualmente, é lembrado como um dos marcos iniciais das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. É o local oficial, onde a cada ano se repete a cerimônia do 22 de Abril. Traz em sua base uma inscrição identificada como de autoria do político Tancredo Neves: “A Portugal devemos tudo. O nosso sangue, a nossa história, a origem de instituições livres, o espaço unido que habitamos”.



A comemoração dos 500 anos organizada pelas associações portuguesas de São Paulo marcou a reinauguração do monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral. A celebração contou com a participação um grupo de percussão e danças brasileiras e com vários ranchos folclóricos da cidade. Parque do Ibirapuera – São Paulo – 22/04/2000 Fotos: Eduardo Caetano da Silva e Cristina M. Maher

Era nítido o constrangimento de algumas lideranças associativas, que no ano anterior haviam prometido uma grande festa popular, diante de uma das mais prestigiadas cantoras portuguesas da atualidade, Dulce Pontes, convidada especial na programação da tarde, cantando o hino nacional português naquela manhã para uma platéia reduzida e dispersa. Quase ao fim da cerimônia, uma figura chamou a atenção dos presentes, um homem com farto bigode usando uma fantasia que lembrava as vestes de Cabral, postou-se em lugar visível e manteve-se por lá até o fim da cerimônia. Mais tarde, soube que era um dos mais ativos participantes do Centro Cultural 25 de Abril, que resolveu protestar por conta própria, diante da decisão do Centro em não organizar manifestações. Fato isolado, numa manhã tranqüila até demais. À reinauguração do

monumento, seguiu-se um espetáculo na parte da tarde, apresentando o encontro musical de Dulce Pontes e Caetano Veloso.<sup>10</sup>



Autoridades e convidados assistem à cerimônia dos “500 anos” – Parque Ibirapuera – São Paulo – 22/04/2000 – Foto: Eduardo Caetano da Silva

Vale notar que ambos os eventos foram patrocinados pelo Grupo Pão de Açúcar, cujo fundador, Comendador Valentim dos Santos Diniz, um emigrante português, é chamado, por sua trajetória de sucesso, de paradigma moral da comunidade portuguesa de São Paulo. Estimou-se o público da tarde em 70 mil pessoas, que em sua maioria ignoravam qualquer caráter cívico que pudesse ser associado ao show. Contudo, houve manifestações isoladas de protesto e exaltação em relação à data, que em momento algum, concentraram maior atenção dos espectadores. Nenhuma citação dos artistas marcou a especificidade do dia.

<sup>10</sup> O show de Dulce Pontes e Caetano Veloso fez parte de uma edição especial do projeto Pão Music, que desde 1993 patrocina apresentações gratuitas de cantores brasileiros pelo país. Em 2000, a programação foi temática e batizada de Pão Music 2000 - 500 anos de Brasil. Além de Dulce Pontes e Caetano Veloso, apresentaram-se no decorrer do ano: i) Milton Nascimento e Sérgio Godinho (Portugal), ii) Daniela Mercury e Luís Represas (Portugal), iii) Gilberto Gil com Maria João e Mário Laginha, (Portugal) iv) Gal Costa e Madreus (Portugal), v) Ney Matogrosso e Filipe Mukenga (Angola), vi) Maria Bethânia e Antônio Chainho (Portugal) e vii) Marisa Monte com a Velha Guarda da Portela e Paulinho Viola, mais Cesária Évora (Cabo Verde).

Conforme pôde se observar, o 22 de abril em São Paulo pouco ou nada teve do que se alardeou em 1999, quando as lideranças associativas ligadas à Casa de Portugal anunciaram diante do monumento ainda degradado uma grande festa popular, marco do que seria uma nova fase de visibilidade da comunidade portuguesa na cidade. O acompanhamento das celebrações em São Paulo permitiu perceber o clima de frustração das lideranças sobre seu potencial de divulgação e promoção da comunidade. O recuo progressivo dos planos para a grande festa foi seguido do silêncio das associações em torno da repercussão nula da programação, tanto dentro, quanto fora do círculo associativo. A efemeridade do tema já era esperada, mas o surpreendente foi a rapidez com que as expectativas de êxito se inverteram e como o seu desgaste se deu antes mesmo das festas. Ainda assim, restaram algumas lembranças da data no meio associativo: o considerável aumento de procura por serviços consulares e a movimentação de alunos de escolas de ensino fundamental na Biblioteca da Casa de Portugal, interessados em encontrar referências para seus trabalhos escolares.

O ano de 1999 havia sido marcado por uma injeção de estímulo na comunidade devido ao acordo entre Casa de Portugal e o Banco Bandeirantes, um dos maiores bancos portugueses, que resolveu se estabelecer no mercado brasileiro, concentrando sua publicidade junto a algumas associações da cidade. Também o andamento dos planos do Centro Cultural 25 de Abril para construir um monumento à Revolução dos Cravos servira de mote para uma série de eventos voltados para a arrecadação de fundos. Em contraposição, o ano de 2000 foi de relativo abatimento no mundo associativo luso em São Paulo e, não apenas pelo malogro em relação às festividades do descobrimento, mas também pela inversão das expectativas sobre a continuidade dos patrocínios de investidores portugueses e sobre a capacidade das associações em revitalizar

seus quadros e atividades através do aumento do número de associados e da maior participação daqueles que já eram sócios.

Para se compreender de maneira mais aguda as causas dessa situação, não bastaria seguir o caminho que a mídia brasileira explorou à exaustão, apoiando-se no inequívoco caráter excludente das programações e nos questionamentos sobre o que comemorar. Seria necessário conjugar numa análise, diversos fatos, que por ora, posso apenas enumerar: os candidatos a vereador que concentraram suas campanhas junto aos portugueses não se elegeram ou reelegeram; o CCP esmaecido com intermináveis discussões de legalidade levantadas pelos representantes do Brasil ficou praticamente paralisado; uma nova associação de luso-descendentes que surgiu como uma possibilidade de revigorar o fôlego das atividades associativas não conseguiu apresentar mais que planos; o Banco Bandeirantes, maior patrocinador dos eventos da Casa de Portugal, acumulou prejuízos e foi vendido ao Unibanco; o dia da Diáspora idealizado pelo CC25A e a inauguração de um monumento à Revolução foram adiados. O reflexo desses revezes se traduziu na opinião consensual da necessidade inadiável de renovação dos quadros dirigentes das associações. Um sentimento de envelhecimento atingiu a todos e, ainda que de forma diferenciada, propiciou a formação de novos pólos de disputa de poder tanto inter quanto intra-associativos, reforçando a centralidade do debate em torno da questão da continuidade das associações e da necessidade de se atrair luso-descendentes.

A breve narrativa sobre as celebrações dos “500 anos de descobrimento” entre a comunidade portuguesa de São Paulo também é profícua para iniciar uma reflexão mais elaborada sobre a afirmação feita no capítulo II a respeito da tentativa do Estado português de envolver seus migrantes em sua política internacional e, através deles, marcar a presença portuguesa no mundo. No contexto dos 500 anos, as lideranças portuguesas do Brasil foram alvo

privilegiado dessas políticas e viveram o clima de euforia causado pela chegada em massa de investimentos portugueses, anunciada como um retorno das caravelas (Feldman-Bianco, 2001). Mas o que se sustentou para além da publicidade? O que pode ser repensado ou renovado em termos da imagem portuguesa? De que forma participou, como entendeu e que conseqüências sofreu a comunidade portuguesa na política sistemática de aproximação operada entre os dois países?

Percebeu-se o nítido favorecimento que as comemorações dos “500 anos” proporcionaram às ligações feitas pelos diferentes grupos de protesto, em diferentes graus, de Portugal como representante da invasão europeia e da espoliação colonialista, as quais, na visão de muitos dos que protestavam, hoje, renovam-se maquiadas na linguagem da globalização. Tal visão fundamentou-se não só nas atitudes repressoras do governo brasileiro (também visto pelo viés da continuidade das elites que reprimiram e exploraram índios e negros), mas também nos incontáveis atos falhos cometidos por figuras públicas portuguesas, de intelectuais a artistas, de políticos a empresários, que volta e meia, lamentaram a perda da ex-colônia, ou ainda na intenção de elogio à nação que o Brasil veio a se tornar, desvelaram os indícios de permanência da mentalidade colonialista, ao defini-lo por “jóia da Coroa”, em alusão à sua grandeza ou às boas oportunidades de investimentos geradas recentemente. Contudo, esses nexos não se reverteram diretamente contra os emigrantes e luso-descendentes.

É inegável, diante dos episódios descritos, que na tentativa de celebração conjunta, ficaram expostas as profundas e, em muitos pontos insuperáveis, diferenças de significados que o período colonial representa para o Estados português e para o brasileiro, para as elites político-econômicas e para as parcelas exploradas de suas sociedades. Para além disso, ficou muito bem demarcada a distância dos atuais posicionamentos dos dois países que a despeito de se

declararem irmãos, ainda que compartilhem uma condição semi-periférica<sup>11</sup>, o fazem cada vez mais, no caso de Portugal, a partir da subordinação necessária para se manter membro de uma Europa que se fecha e, no caso brasileiro, a partir da inextrincável pertença a uma América Latina que sucumbe à exploração e aos desmandos dos fluxos internacionais de capital, o que, indubitavelmente, faz toda a diferença para as duas, se puderem assim ser chamadas, semi-periferias.

Nesse sentido, vale ressaltar mais uma vez que as celebrações não foram fatos isolados nas abordagens históricas recheadas de ambigüidades em que vêm se envolvendo crescentemente as duas nações ao refletir sobre suas relações. Como já exposto em passagens anteriores, durante a década de 90, a definição das políticas econômicas de Brasil e Portugal incluiu desde a firmação de acordos comerciais e tentativas de exercer papéis estratégicos na aproximação entre os blocos econômicos a que pertencem, Mercosul e União Européia, até a participação expressiva de Portugal na onda de privatizações promovida pelo governo brasileiro, chegando, com isso, a atingir o posto de terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> O paradoxal é que ao mesmo tempo em que Portugal tem se voltado para o mundo que chama de lusófono, evocando seu passado imperial e suas prerrogativas de colonizador, também se curva diante das exigências da União Européia, reconhecendo, ainda que veladamente, sua incapacidade de se “levantar sozinho”, aceitando o julgo de “primo pobre” da Europa. São nessas circunstâncias, dentre outras, que Boaventura de Souza Santos encontra argumentos para considerar Portugal um país semi-periférico. (Santos, 1995)

<sup>12</sup> De acordo com a análise do Banco de Portugal, o Brasil teria se tornado o destino prioritário e preferencial do movimento de projeção externa de grandes empresas portuguesas. Segundo seu relatório: *Até 1995 o estoque total de investimentos portugueses no País limitava-se a cerca de US\$ 100 milhões, até 1997 não ultrapassava US\$ 1 bilhão e, hoje, estima-se que se aproxime dos US\$ 8 bilhões. Entre 1995 e 2000, portanto, os investimentos portugueses no Brasil registraram um crescimento de cerca de 8.000%. A expressiva participação de Portugal no processo de privatizações (cerca de US\$ 4,8 bilhões ou 7% do total, atrás apenas da Espanha e Estados Unidos e em contraste com os 0,48% de participação até fins de 1997), acompanhada de investimentos realizados nos setores financeiro e industrial, posicionou o país no quinto lugar entre os maiores investidores externos no Brasil (depois dos Estados Unidos, Espanha, Alemanha e Reino Unido) e em primeiro em termos relativos, com um total de investimentos que corresponde a 6,24% do respectivo PIB em 1999, contra 2,82% da Espanha, o segundo classificado de acordo com este critério. Ressalte-se que somente em 1998 e 1999 o Brasil recebeu cerca de US\$ 4 bilhões em investimento direto bruto, vinculados às operações da Portugal Telecom para aquisição do controle da Telesp Celular (cerca de US\$ 3,1 bilhões), participações na Telesp fixa (atual Telefônica) e na Embratel, bem como para a compra de 19,7% da Companhia Riograndense de Telecomunicações. São também dignos de nota, entre outros, os vultosos investimentos realizados naquele ano por empresas como a EDP (eletricidade), a EPAL (águas), o Grupo SONAE e a Caixa Geral de Depósitos.*

**Investimento Direto Português no Brasil - 1995 - 2002**

ANO	INVESTIMENTO USS MIL MILHÕES	POSIÇÃO
1995	106	21 <sup>a</sup>
1996	202	10 <sup>a</sup>
1997	681	6 <sup>a</sup>
1998	1.755	6 <sup>a</sup>
1999	2.409	3 <sup>a</sup>
2000	2.533	3 <sup>a</sup>
2001	1.703	6 <sup>a</sup>
2002	1.019	6 <sup>o</sup>
Acumulado	10.408	

Fonte: Banco Central do Brasil

A geração de oportunidades na área político-econômica colocou na ordem do dia, projetos de intercâmbio cultural, sendo os 500 anos, tema sob medida. Nesse cenário, também se multiplicaram os pretextos visando reafirmar e reinventar laços preferencialmente fraternos entre ex-Colônia e ex-Metrópole. Os portugueses e luso-descendentes em São Paulo, participantes das diretorias das associações migrantes, em sua maioria empresários e profissionais liberais bem estabelecidos, foram amplamente expostos aos discursos de políticos e de empresários interessados em investimentos luso-brasileiros. Ainda que caracterizados pelo tom sentimental, esses discursos eram claros ao definir expectativas de que essas lideranças tenham suficiente envolvimento político e inserção econômica para garantir a geração e ampliação de oportunidades de lucros no Brasil. Contudo, a posição em que essas lideranças se encontram é, por si só, geradora de contradições. Por um lado, são politicamente convocadas a se manifestar sobre tudo o que se refere às relações luso-brasileiras, o que implica o apoio aos eventos

organizados por associações de imigrantes e por órgãos oficiais portugueses e também na participação em atividades políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. Por outro, num nível mais subjetivo, ficam inclinadas a conciliar os diferentes enraizamentos resultantes do viver entre Brasil e Portugal.

Assim, percebe-se que as mobilizações étnicas e as manipulações de identidade de portugueses e luso-descendentes de São Paulo respondem reflexivamente a demandas em via dupla (Brasil e Portugal), trazendo à tona as implicações da experiência transnacional desses sujeitos que transitam, comunicam-se e, afinal, vivem entre redes de relacionamentos que atravessam campos sociais de culturas e políticas<sup>13</sup> de sociedades nacionais distintas. Esses migrantes, na prática, ampliam seus campos sociais transpassando as fronteiras de diferentes Estados-Nação (Glick-Shiller et alii, 1997), o que tende a reforçar ou a confrontar representações hegemônicas de nacionalidade. Cada vez mais conscientes das ambivalências de suas condições, esses migrantes passam a utilizá-las como margem de manobra em suas negociações identitárias. Por isso, os discursos identitários observados entre algumas parcelas de migrantes portugueses radicados no Brasil são mais reveladores das tensões em que se forjam os discursos nacionalistas português e brasileiro e é nesse sentido que o discurso da irmandade merece especial atenção.

---

<sup>13</sup> Tomo aqui de empréstimo as definições de Clifford Geertz para articular política e cultura em sua discussão sobre o que chama de política do significado (1989: 207): “A cultura, aqui não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através dos quais os homens dão forma a sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente”.

3. **Brasil-Portugal: mais que parceiros, irmãos. (slogan do estande português na Bienal do Livro - São Paulo - 2000)**

A fórmula acima é emblemática quando se trata de investimentos cruzados e celebrações em comum. Nesses casos, a irmandade torna-se a moeda corrente para falar das relações entre Brasil e Portugal. Em São Paulo, em meio das chamadas lideranças portuguesas, foco de minha pesquisa, esse pretense laço a unir duas nações aparece principalmente no repertório de discursos dos representantes oficiais do Estado português e é apropriado pelas lideranças associativas na mesma medida em que se alinham ou não a essa oficialidade. De forma geral, está mais presente entre as lideranças ligadas à Casa de Portugal.

A relevância da retórica da irmandade para explicar as relações Brasil-Portugal tem sido enfatizada por muitos autores. Ribeiro (2001) cita o uso da idéia fraterna em vários momentos de conflito entre Portugal e Brasil no período entre a proclamação da Independência e a da República. Feldman-Bianco (1999, 2001) mostra a centralidade do recurso ao discurso da irmandade tanto no abrandamento e resolução dos conflitos diplomáticos entre os dois países, advindos da retenção e deportação de brasileiros em aeroportos portugueses no início da década de 90, quanto em projetos como o de criação da CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa) e nas políticas de investimentos cruzados. Santos (1998) ressalta a recorrência do recurso à irmandade na cobrança de direitos em que se empenha uma associação de imigrantes brasileiros em Lisboa. Capinha (1997), em sua análise da poesia de imigrantes portugueses no Brasil, afirma sobre a “velha irmandade” ser uma metáfora que, com força centrípeta mantém, cria e estreita vínculos imaginados como luso-brasileiros.

O sentido dado à irmandade, de forma geral, é o de uma evocação de proximidade seja para minimizar conflitos, cobrar privilégios recíprocos ou evocar continuidade histórica. Mas há de se indagar por que a figura da irmandade, se tantas outras são possíveis para representar proximidade? Por que não amizade, por exemplo, o termo que celebra a relação entre Brasil e Japão? Ou então, por que não algo como “de pai para filho”, já que o papel de Portugal historicamente se forjou na figura do descobridor, tutor e colonizador e tanto se falou sobre o Brasil como futuro de Portugal? O prosaísmo dessas questões é apenas aparente, pois, na tentativa de respondê-las, pode se perceber a que tipo de hierarquia a figura fraterna alude e por quais razões.

Se não se trata de qualquer proximidade a concebida entre Brasil e Portugal, mas da mesma espécie de proximidade que liga irmãos, é necessário se compreender tanto as intenções explícitas, quanto os motivos mais ocultos ou inconscientes em que se baseia a analogia; qual a singularidade que a marca e a faz preferida como forma de representação. Como sugeriu Cunha (1985: 208) pensando na apropriação de símbolos em sociedades multi-étnicas, tal exercício pode tomar caminho análogo ao de Lévi-Strauss para entender o totemismo, a diferença é que no lugar das espécies naturais, lida-se com espécies da cultura para pensar os grupos sociais.

Assim, a partir do modelo de parentesco partilhado por portugueses e brasileiros, pode-se inferir o caráter específico da irmandade como uma relação entre irmãos. Indivíduos são definidos como irmãos pela consangüinidade partilhada através da transmissão da substância por mesmo pai, mesma mãe ou ambos em comum. Sua qualidade como relação entre parentes é de *horizontalidade*, ou seja, irmãos por definição partilham o mesmo status como membros de uma mesma família.

Pode-se ainda acrescentar que a irmandade refere-se, no mais das vezes, ao âmbito das relações privadas e domésticas não constituindo uma relação jurídica que estabeleça direitos ou deveres especiais, salvo em casos de partilha de herança ou ausência de parente mais próximo (pai, mãe, filhos ou cônjuge) e que é comum chamar de "meu irmão" alguém próximo ou com que se tenha ou pretenda ter uma relação de camaradagem, ou se dizer de um amigo muito íntimo: "é como um irmão para mim". Ainda que sejam comuns relacionamentos conflituosos entre irmãos, o que se espera na irmandade é solidariedade. Tanto é assim, que histórias de rivalidade entre irmãos são casos suficientemente interessantes para se tornarem argumentos recorrentes de folhetins, novelas, etc.

Pautando-se nesses pressupostos corriqueiros da irmandade, talvez possa se compreender melhor sua adequação para representar a ligação Brasil-Portugal. Primeiramente, se a imaginação da irmandade luso-brasileira for interpretada através da consangüinidade, infere-se que a substância comum a brasileiros e portugueses é concebida como o sangue português, tanto metaforicamente, encarnado na língua (Santos, 1998 e Feldman-Bianco, 2000 e 2001), quanto concretamente, a correr nas veias dos brasileiros. No primeiro sentido, encaixa-se boa parte dos discursos oficiais do Estados português e brasileiro, forjados na corruptela da sentença de Fernando Pessoa – “minha Pátria é a língua portuguesa”. Ao segundo sentido, juntam-se os discursos de cunho mais racista, ainda freqüentes, entre parcelas das lideranças migrantes portuguesas de São Paulo. Esse tipo de visão mais concreta foi defendido, por exemplo, por um dos oradores<sup>14</sup> de cerimônia inauguração da sede brasileira do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), considerado um dos intelectuais do meio associativo de São Paulo. Posicionando-se sobre a necessidade de se escrever a história da migração portuguesa para o

---

<sup>14</sup> Liderança da Chapa Renovação, que após as eleições do CCP, afastou-se da Casa de Portugal e aproximou-se do CC25A, em nome de quem falava na data citada.

Brasil, primeiramente, elegeu como marco inicial dessa história, a Independência brasileira, afirmando que ela transformara o colonizador em imigrante, e, em seguida, escolheu por seu enredo, a miscigenação, que colocara nas veias do povo brasileiro<sup>15</sup>, o sangue português, habilitando, portanto, portugueses e brasileiros a se chamarem de irmãos.

Já se se salientar como o ponto de analogia para a imaginação dos laços fraternos, a ancestralidade em comum, fica patente que através da irmandade aciona-se uma perspectiva da história compartilhada, na qual uma *ruptura* tem que se impor entre o passado e o presente, entre Portugal Metrópole e o Portugal contemporâneo (o mesmo valendo para Brasil Colônia e Brasil contemporâneo). É dessa forma que os dois países podem ser pensados hoje como irmãos, ou seja, ambos como os produtos; os filhos de um relacionamento passado, e não como os sujeitos desse passado. Assim, anula-se ou ameniza-se a preeminência histórica de uma nação sobre a outra.

A propósito dessa ruptura, também é possível observar como pela "desidentificação" do passado com o presente. Metrópole e Colônia passam a pertencer a um tempo mais mítico que histórico, mais alegórico que concreto. Por essa espécie de virtualização do pretérito, quaisquer pecados podem ser sublimados e o curso dos fatos históricos passa a ser entendido sob o signo do inexorável. A irmandade, nesses moldes, além de acrescentar-se ao quadro de um mito de origem, torna-se uma explicação para o status que as relações entre Brasil e Portugal têm no presente e subsidia a defesa da construção de um futuro de relações cada vez mais estreitadas.

Todavia, essa visão descontínua dos sujeitos do passado e do presente não exclui ou repudia completamente outras construções da história marcadas pela *continuidade*, com as quais, inclusive, conjuga-se, ainda que, pela lógica, resulte em um contra-senso. A visão contínua fica

---

<sup>15</sup> Num peculiar exercício de estatística-histórico-genética, chegou ao resultado de que, pelo menos, 2/3 da população brasileira teria sangue português.

explicitada principalmente no conjunto de retóricas que retomam uma suposta vocação imperial portuguesa. A inteligibilidade desse conjunto se dá, por sua vez, na percepção de uma “super-identificação” entre passado e presente, que faz da nação portuguesa um sujeito se movendo pela história em busca de realizar seu “destino”. Surpreendente é que tanto ruptura, quanto continuidade, possam coexistir nas vozes dos mesmos sujeitos, pois, é na conjugação dessas concepções contraditórias que se constroem os discursos do Estado luso para falar das relações com sua ex-colônia, os quais, usualmente, são apropriados por lideranças portuguesas do Brasil.

Desdobrando a argumentação pode se concluir que, se, de um lado, a imaginação de um “destino grande”, espelhado nas míticas epopéias do passado, alimenta e renova as ambições portuguesas sobre seu antigo espaço colonial, transmutado em mundo lusófono ou, em outro registro, numa nação desterritorializada; de outro, a irmandade surge como o abrandamento necessário, tentando diluir as memórias da dominação e fomentar um novo estatuto para o relacionamento entre Brasil e Portugal. Assim, é na impossibilidade da livre expressão das memórias do colonialismo que a irmandade surge, de certo modo, como uma fórmula adequada às duas nações, a um só tempo fechando as feridas e não deixando que as cicatrizes se apaguem.

Apresento a seguir uma série de trechos de anúncios publicados na Edição comemorativa ao 10 de Junho (Dia de Portugal e Dia de Camões) da Revista Portugal em Foco - Ano IX - no. 20 - Junho / 2000<sup>16</sup> que insinuam as ambivalências criadas pela (re)construção do discurso da irmandade (ruptura) *pari passu* à (re)construção dos discursos de exaltação às ambições imperial-colonialistas portuguesas:

*“10 de Junho, Dia da nacionalidade de Portugal, é uma data também muito oportuna para se comemorar com o Brasil esses*

---

<sup>16</sup> A Revista circula normalmente no Rio de Janeiro, mas por ser uma edição especial, também foi distribuída (ainda que informalmente) em São Paulo. Alguns anunciantes eram grandes empresas que não sendo de imigrantes portugueses, possuem algum vínculo com Portugal ou seus imigrantes no Brasil. Em sua grande maioria eram empresas do Rio de Janeiro. Os trechos em negrito nas citações são de minha responsabilidade.

*cinco séculos de História. Da epopéia de Cabral atravessamos cinco centúrias de História; da saga dos colonizadores aos governadores-gerais, dos reis e imperadores, Portugal forjou e lapidou esta terra. E Portugal continua a ser uma presença constante nos dias de hoje, onde investidores depositam confiança no futuro, na grandeza deste Brasil”.*

(anúncio de agência de Turismo)

*“O Portugal dos nossos dias que se agiganta entre os grandes da Europa, está comemorando o seu grande dia, neste mês de Junho, mês também das comunidades”.*

(anúncio de Loja de Acessórios Automotivos)

*“A eternidade do destino lusíada é a cada ano festejada pela comunidade e a essa comemoração nos associamos”.*

(anúncio de Indústria de Alimentos)

*“O velho e o novo Portugal estão comemorando, de mãos dadas, no mês de Junho, o seu dia. Às muitas comemorações nos associamos com votos de paz duradoura”.*

(anúncio de Empreiteira)

*“Nossa saudação vai para Portugal que neste mês de Junho comemora seu dia, também para o **Brasil, país irmão, que sempre se juntou a gente lusíada, com carinho e amor.** Aqui fica a nossa mensagem de fé e esperança para esse **Portugal novo que agora ressurgue.**”*

(anúncio de Tinturia)

As passagens que destaquei em negrito mostram claramente a conjugação das duas visões da história, descontínua e contínua, que são os pressupostos, respectivamente, dos discursos fraternos e imperialistas. Indicam também as oscilações entre: a *ruptura* na alusão ao “velho e ao

novo Portugal”, a *continuidade* no “atravessamos cinco centúrias de história” e a *ambivalência* do “Portugal novo que ressurge”. Desnecessário explicitar a dificuldade em se entender os significados de um *novo* que *ressurge*.



Um dos grandes investidores portugueses no Brasil, entre anos de 1999 e 2000, foi o Banco Banco Bandeirantes que concentrou seus patrocínios junto às associações portuguesas de São Paulo. Tal posição não foi comum a todos os investidores, sendo que boa parte preferiu estratégias de publicidade menos ligadas à portugalidade. Note aqui também a utilização de mapas da época das navegações.

Nos últimos anos, datas comemorativas, sejam as comemorações dos “500 anos de descobrimento do Brasil” ou do “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas” têm servido de pretexto à veiculação, na mídia dos dois países, de alusões históricas às relações luso-brasileiras, expondo, quase sempre, a permanência tanto dos imaginários da grandeza colonial portuguesa, pelos quais, mais uma vez, Portugal pode se enxergar no espectro do

Império por se realizar, quanto as (re)significações do Brasil como terra exótica, paraíso das raças e das riquezas naturais. A permanência, em linhas gerais, da mesma divisão de papéis que narrava a relação entre Colônia e Império com função estruturante nas novas narrativas sobre as atuais relações luso-brasileiras que se delineiam não são, portanto, como quiseram os mais críticos aos protestos contra as comemorações dos “500 anos”, um mero equívoco presente na concepção histórica dos protestantes.

Ao mesmo tempo, em que essas críticas visavam desqualificar a atitude de enfrentamento dos grupos de protesto, classificando-a como anacrônica, eram lenientes ao uso feito à exaustão das fórmulas alusivas à idéia de continuidade e/ou repetição da história pelos grupos que comemoravam. Nenhuma reflexão mais elaborada confrontou a combinação entre, de um lado, uma calorosa oratória diplomática de ambos os países a exaltar a irmandade entre seus povos e, de outro, uma crescente obsessão pela idéia de *redescobrir* que pontilhou a maioria das manifestações comemorativas da imprensa à publicidade. São exemplares desse comportamento quase esquizofrênico, os textos de Franco Iacomini (Revista Veja, 31-03-1999, *Meu rico português*) e de Cynara Menezes (Folha de São Paulo, 27-04-2000, *Amor e ódio d'além mar: Portugal traz esquadra de 16 escritores para rever relação com Brasil*):

*“A pouco mais de um ano das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, os portugueses estão repetindo o feito histórico. Desta vez, em vez das caravelas, o que está atravessando o Atlântico são dólares. Os grandes grupos empresariais portugueses estão redescobrando o Brasil.”<sup>17</sup>*

*“Não são tantos como os que vieram com Cabral, mas uma nova invasão de portugueses acontece agora, 500 anos depois do Descobrimento. Uma comitiva de 16 autores vem de Portugal para participar da Bienal de São Paulo.”*

---

Há, sem dúvida, nesse insistente redescobrir, mais que a inocente falta de criatividade da imprensa e mais que o despreocupado jargão jornalístico, uma profunda ligação com o sentimento de continuidade histórica em que Portugal investe de maneira inconsciente ou deliberada e que, portanto, foi antes percebido, do que propriamente criado pelo “Movimento Brasil Outros 500”. Vale notar, que entre o contingente de migrantes portugueses, o quadro em que se colocam esses enunciados é mais confuso e desvela por moldura a tensão entre uma permanência do passado que une (a história, sangue, língua e cultura compartilhada) e uma ruptura com esse mesmo passado que permite a união de uma maneira específica (como irmãos). Essa tensão entre as duas visões (de continuidade e ruptura), parece-me exposta de forma definitiva no texto *Um lugar ao sol* de Margarida França Santos Pinto publicado na Revista Portugal-Brasil: investimentos & negócios (no. 2, janeiro/fevereiro de 2000 – pp.15):

*“o brasileiro, acolhedor e afectivo por excelência virou-se com certa curiosidade para o seu velho colonizador, não o vendo mais como o padeiro que chegou no virar do século, mas antes como o empresário digno de nota. Neste âmbito, a história volta a assumir maior importância na vida de todos nós, uma vez que os portugueses não são, no Brasil, um investidor qualquer, mas antes os filhos dos pais deles, e por isso mesmo, seus irmãos”.*

É só pensando nas tensões dispostas sob o eixo da *continuidade/descontinuidade* das visões da história envolvidas que se chega a compreender a lógica capaz de operar a transformação do velho colonizador em imigrante padeiro, do imigrante padeiro em empresário

---

<sup>17</sup> Também citado por Feldman-Bianco, 2001.

digno de nota e, enfim, desse empresário no irmão, que por isso mesmo, deveria ter seus privilégios reconhecidos e assegurados.



O logotipo da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil é um dentre muitos exemplos da permanência de figuras referentes ao colonialismo, como fórmula para falar das relações luso-brasileiras no campo dos investimentos. Durante os anos de 1999 a 2000, o uso dessas imagens se generalizou ainda mais como modo de aludir às comemorações do descobrimento. Entre os brasileiros, tais imagens também se generalizaram, mas, em muito casos trataram de se combinar com discursos mais significativos aos brasileiros como aqueles relacionados à mitologia do encontro de raças.

Por fim, parece-me importante relevar que se a metáfora da irmandade se refere a uma horizontalidade de relacionamento, seria importante retomar sua própria trajetória como discurso para entender não só as equalizações hierárquicas, que intenta operar, mas as próprias transformações que sofreu, atravessando diferentes momentos históricos. Também seria de interesse para uma investigação desse tipo, pensá-la em contato com as figuras que são utilizadas para representar as relações de Portugal com suas outras ex-colônias, que se intensificam à sombra dos investimentos feitos no projeto da lusofonia. Não me arrisco a essa tarefa aqui, mas apenas a título de apontamento, registro o indício de que nesses casos, a formulação da

irmandade tanto pode se prestar a um *gradiente* em sua *horizontalidade*, quanto pode ser substituída por outra ordem de metáfora.

No primeiro sentido, pude observar gradações sendo introduzidas na fórmula da irmandade através do mesmo modelo fornecido pelo parentesco. O caso que pude melhor acompanhar foi o de Timor Leste, cuja recente situação de guerrilha serviu de pretexto para se cobrar via Portugal, interna e externamente, a ajuda decidida e imediata dos países considerados lusófonos na resolução do conflito. Nesse contexto, o apelo das autoridades portuguesas e timorenses, bem como, das lideranças associativas de São Paulo, inflectiu-se para uma obrigação familiar de tutela. Nesse caso, Brasil e Portugal não eram quaisquer irmãos, mas os irmãos maiores, os irmãos mais velhos e, portanto, de certo modo, responsáveis pelo bem-estar dos mais novos.

No segundo sentido, quando outra ordem de metáfora é utilizada para falar do relacionamento de Portugal com suas ex-colônias, afigura-se paradigmático para mim, o caso de Angola. Diante das recentes dificuldades enfrentadas por empresários portugueses para entrar em Angola, em nenhum momento a referência a uma irmandade foi aventada. Posfaciando uma série de ameaças de represálias aos migrantes angolanos em Portugal, o então ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, contentou-se em classificar a situação como “insólita e inaceitável” entre *países amigos*. (Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro, RJ, 20 a 26 de abril de 2000, *Portugueses exigem bom tratamento dos angolanos*).

As possibilidades que a comparação dessas situações encerram, parecem-me das mais promissoras, no sentido de compreender o sistema hierárquico em que os nexos políticos e históricos entre Portugal e suas ex-colônias passam a ser significados num contexto de busca de conciliação por parte do governo português entre os projetos de inserção na Europa e o desejo por

capitanear um espaço de intercâmbio lusófono. Creio, ainda, ser ponderado esclarecer que não pretendi aqui condenar, *per se*, políticas de aproximação entre Brasil e Portugal, mas sim desvelar algumas das bases em que essas políticas se desenvolvem e que, no caso das representações e práticas do Estado português, mostram-se marcadas pelo investimento e perpetuação de um projeto imperialista (Feldman-Bianco, 2001), cuja estreiteza, muitas vezes, afigura-se impeditiva para uma aproximação produtora, a qual possibilite a superação de antagonismos passados e o compartilhamento de projetos comuns para o futuro. E fique claro, não será o discurso da irmandade impregnado de ambivalências e isolado de um sentido prático e construtivo capaz de promover essas mudanças no relacionamento luso-brasileiro.

Eduardo Lourenço (1999) ajuíza, em sua auto-denominada psicanálise mítica de Portugal, que a nação padece de um excesso de história, o que explicaria, de seu ponto de vista, a insistente inflexão para o passado e a força aglutinadora da saudade como sentimento nacional. Em registro mais crítico, Boaventura de Sousa Santos, argumenta que “*o excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico das elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho de suas idéias*” (1995, 54). Penso que os apontamentos feitos no decorrer desse texto sobre as visões históricas de parcelas significativas da sociedade portuguesa que se caracterizam pela produção cultural da continuidade e a “super-identificação” com o passado mítico que resvala, sob a forma de ambivalências, até mesmo no âmbito do discurso fraterno, guarda íntimas relações com as afirmações dos dois autores. Com Lourenço, na mesma medida, em que o “excesso histórico” revela-se pesado lastro, o qual contamina todos os discursos e orienta todas as práticas políticas portuguesas, que só conseguem se conceber, em última instância, como projeção utópica da suposta grandeza de outrora. Com Santos, quando se leva em conta o caráter alienador e hipostático dessas narrativas históricas.

---

O artista e intelectual Fernando Lemos, em uma de suas cartas a Jorge de Sena e ainda no calor da Revolução dos Cravos, indagava-se a partir do exílio no Brasil, “*E agora, será que a revolução fará daquilo um novo país em vez de um novo Portugal? Seria melhor porque a idéia de Portugal atrapalha*”.<sup>18</sup> Passadas quase três décadas, percebe-se que não seria fácil, diante das atuais políticas do Estado português, responder positivamente a sua pergunta.

Por fim, ao centrar novamente a análise no caso específico dos portugueses de São Paulo, resta inquirir ainda sobre os motivos pelos quais durante as eleições do CCP, um discurso identitário tão central foi jogado para linha de fundo. A hipótese que levanto é a de que essa quase ausência da evocação à irmandade na ocasião foi tão significativa quanto a sua presença em outros contextos. Penso que o sentido dessa ausência pode ser percebido em sua relação com a forte ênfase dada à questão da invisibilidade. Então, o que salta aos meus olhos é que justamente aquilo que surge como crítica no discurso da invisibilidade é o que é exaltado no discurso da irmandade, a saber, a fluidez de fronteiras identitárias entre portugueses e brasileiros. Em outras palavras, a semelhança. Talvez, mais que exaltada, essa fluidez se construa através do discurso da irmandade que postula a proximidade e a semelhança como a característica marcante das relações luso-brasileiras.

---

<sup>18</sup> Trecho extraído de carta de Fernando Lemos para Jorge de Sena. São Paulo, 26-07-1975 exposta em artigo de Claudia Atanzio Valentim (O mundo visto do exílio: uma leitura da correspondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena – Revista Convergência Lusíada, no. 19, 2002:106).



---

## CAPÍTULO IV – POLÍTICAS DE DIFERENÇA, AMBIVALÊNCIAS IDENTITÁRIAS E O DRAMA DA CONTINUIDADE ASSOCIATIVA

### 1. A política da diferença no contexto paulistano

Conforme o disposto nos capítulos I e II, pode-se inferir que os discursos da *invisibilidade* e da *irmandade* são dois posicionamentos que se opõem, respectivamente, crítica e exaltação, à idéia de que portugueses e brasileiros são semelhantes. A *semelhança* é suposta a partir de argumentos diversos evocados ora como "virtude", ora como "vício", dos migrantes portugueses no Brasil. Plasticidade do povo português, estratégia de sobrevivência do migrante, ancestralidade em comum e compartilhamento da língua entre portugueses e brasileiros são os pontos centrais em que se apóia a construção da semelhança. É importante notar também que tanto *invisibilidade*, quanto *irmandade* são discursos freqüentes em cenários políticos, entre lideranças associativas, a primeira sendo um discurso que mobiliza internamente e a segunda, de forma geral, surgindo na relação com a sociedade brasileira ou com Estado português.

Voltando ao quadro proposto no capítulo II sobre os discursos identitários dos portugueses de São Paulo, indico agora uma concepção que parte de outro ponto, mais especificamente, da *diferença*, para tratar da experiência migrante portuguesa no Brasil. Essa perspectiva da diferença distinguia *lato sensu* os discursos das lideranças da chapa Independentes pela Cidadania (ligadas ao Centro Cultural 25 de Abril), dos discursos das lideranças das outras três chapas paulistanas concorrentes ao pleito (ligadas à Casa de Portugal), expondo mais uma faceta da polarização política promovida pelas duas associações entre os migrantes portugueses na cidade.

Por se apoiar explicitamente na idéia da diferença, o discurso dessas lideranças aparecia como o mais dissonante, pautando-se tanto na afirmação da condição de migrante (diferença por

condição social – quase sempre relacionada a questões de cidadania) quanto pelo modo de ser português (diferença de ordem cultural). Da primeira deriva a cobrança ao governo português de políticas que permitam o exercício pleno de cidadania aos migrantes, com acesso aos direitos e com o cumprimento de deveres definidos para os portugueses residentes no estrangeiro. O segundo sentido fica claro no próprio anúncio dos objetivos do Centro: "*promover a aproximação do Brasil e Portugal através das suas culturas*"<sup>1</sup>. Não se ocupa, portanto, em promover laços pré-existentes entre irmãos e sim em aproximar *culturas*. Isso ajuda a compreender como à época das eleições do CCP em 1997, diversamente dos líderes das outras chapas, as lideranças da *Independentes pela Cidadania* insistiam em enumerar diferenças de várias ordens por se considerarem migrantes ou exilados. Por isso, de certa maneira, em relação à inserção na sociedade brasileira, colocavam-se como cidadãos de fora.

Além disso, contrariamente ao que se poderia imaginar, incorporam a distinção entre visíveis e invisíveis como as lideranças da Casa de Portugal, contudo, concebendo-a mais a partir de uma separação entre migrantes políticos (entre os quais se identificam) e migrantes econômicos (invisíveis)<sup>2</sup>. Assim, mesmo quando utilizam o argumento da invisibilidade, não chegam a criar contradições com seus outros discursos, já que o fazem principalmente na referência a uma estratégia do imigrante para driblar o preconceito por suas diferenças e só marginalmente se apóiam na idéia de uma “essência plástica do português”, aí sim contraditória. Ao conceberem a identidade do migrante português num discurso baseado na diferença, as lideranças do Centro Cultural de 25 Abril se enxergam desdobrando o confronto histórico entre salazaristas e anti-salazaristas e com isso reformulam o antagonismo de outrora em novos cenários políticos. Recusam os termos colônia ou comunidade e preferem se definir portugueses

---

<sup>1</sup> Já citado no capítulo II, folheto de divulgação Centro Cultural 25 de Abril – distribuído durante o ano de 2000.

<sup>2</sup> Sobre a distinção que os membros do CC25A costumam fazer entre migração econômica e política, vide Silva, 2000.

na diáspora (Silva, 2000). Porém, se por um lado, refutam os mitos dos heróis descobridores, ou dos imigrantes empreendedores, por outro, tendem a reverenciar aqueles que participaram da revolução no exílio (migrantes políticos) e, em menor grau, os imigrantes de vida seca (migrantes econômicos), representados como trabalhadores incansáveis e explorados.<sup>3</sup>



Lideranças associativas da Casa de Portugal e autoridades governamentais portuguesas participam da cerimônia do Dia de Portugal e de Camões em 10/06/2000. Estátua de Luís de Camões no Centro de São Paulo. Foto: Eduardo Caetano da Silva

Sob esse aspecto, a diferença que fundamenta o discurso identitário e particulariza o CC25A e seus membros em relação aos outros migrantes torna-se o solo no qual se busca construir uma representação contra-hegemônica do ser português. Acreditam que tal representação para se legitimar, precisa transbordar o círculo da representação dos mitos, o que se realiza na ampliação dessa representação para novas percepções da espacialidade e da temporalidade da diáspora portuguesa. Como resultado, uma disjunção da dimensão espacial-temporal imaginada opera-se em dois sentidos, de um lado, em oposição aos projetos hegemônicos representados nos discursos do Estado português e de seus representantes junto aos

<sup>3</sup> A mitificação da identidade errante portuguesa tem se revelado central para a defesa de um universalismo que marcaria a posição de Portugal no mundo. Sobre o culto aos mitos nacionais portugueses na diáspora, vide Paulo, 2000 e 2002.

---

migrantes, de outro, afastando-se do simbolismo e da prática das associações regionalistas e dos migrantes considerados invisíveis.

Ser migrante na diáspora implica ser diferente e reconhecer-se como resultado de uma situação política e econômica imposta, na qual a migração e muitas vezes o exílio acabaram por ser o último refúgio. Sendo assim, é vista como uma necessidade política, a criação de alternativas às datas que acreditam celebrar o colonialismo (22 de abril) ou mascarar a dispersão dos portugueses pelo mundo através da suposição de uma situação comunitária (10 de Junho). Portanto, seria incoerente para o CC25A dividir ou disputar os mesmos espaços das associações que se postam anualmente aos pés dos monumentos de Cabral ou de Camões. Tampouco pareceria lógico a convivência nos espaços regionalistas e folclóricos, daqueles migrantes que ainda se representam como colônia e festejam a portugalidade através do que alguns estudos classificam como os três Fs do nacionalismo português na diáspora (Futebol, Fátima e Folclore)<sup>4</sup>, ou ainda, compartilhar a posição daqueles que simplesmente não politizam sua identidade, ritualizada apenas no âmbito de suas vidas privadas.

---

<sup>4</sup> Em São Paulo, essa caracterização tem sua resposta empírica quando se observado o grande apelo do time de futebol da Portuguesa de Desportos, das Festas de Nossa Senhora de Fátima e do Divino Espírito Santo e dos vários ranchos folclóricos em atividade.



Uma das festas de associações portuguesas mais populares é promovida pela Casa do Açores. A Festa do Divino Espírito Santo no ano 2000 comemorou também os “500 anos de descobrimento do Brasil”. Festa do Divino – Vila Carrão – São Paulo. Fotos: Eduardo Caetano da Silva

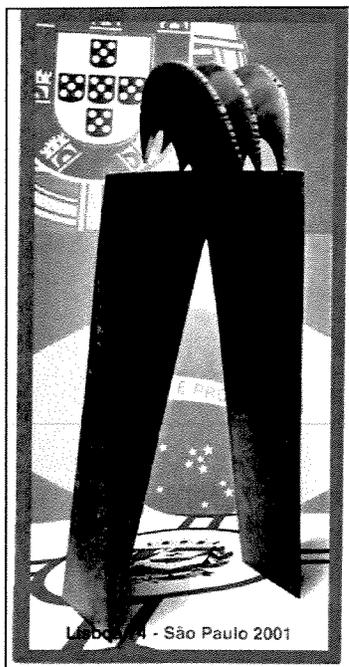
A opção, então, é a construção de um calendário alternativo e de novos espaços. Algumas ações nesse sentido tem sido foco dos esforços do Centro, como por exemplo: a organização de comemorações em novas datas – o 5 de Outubro (proclamação da República portuguesa) programado para em oposição ao 10 de junho das comunidades, ser o dia da diáspora (Silva, 2002), e o fortalecimento das comemorações do 25 de Abril (Revolução dos Cravos) – que desde 2000 (lançamento da pedra fundamental) vem sendo festejado junto a um novo monumento

construído para representar o espírito da Revolução, chamado de Portal de Abril, localizado no Jardim Lusitânia.



Sócios e simpatizantes do Centro Cultural 25 de Abril participam do lançamento da pedra fundamental do monumento Porta de Abril – Largo Mestre de Aviz – São Paulo – 24/04/2000. Foto: Eduardo Caetano da Silva.

Obviamente, não é sem polêmica sobre a eficiência e mesmo sobre a sustentação ideológica dessas ações, que o CC25A segue na busca de construir uma representação contra-hegemônica da nação portuguesa. Algo que remonta às origens do centro e à história de seus associados na situação de exílio (Silva, 2000) e cuja tônica é sintetizada por Paulo (2000, 164), ao afirmar a posição dos exilados: *“que sem negarem o sentido de defesa da identidade portuguesa em terras estrangeiras, lutam contra o nacionalismo imposto pelo regime”*. Levando em conta as estreitas ligações do Centro com o Partido Comunista (PC) português, pode se afirmar que a oposição ao nacionalismo do regime de Salazar se reconfigura, hoje, contra os nacionalismos dos governos do Partido Socialista (PS) ou do Social Democrata (PSD).

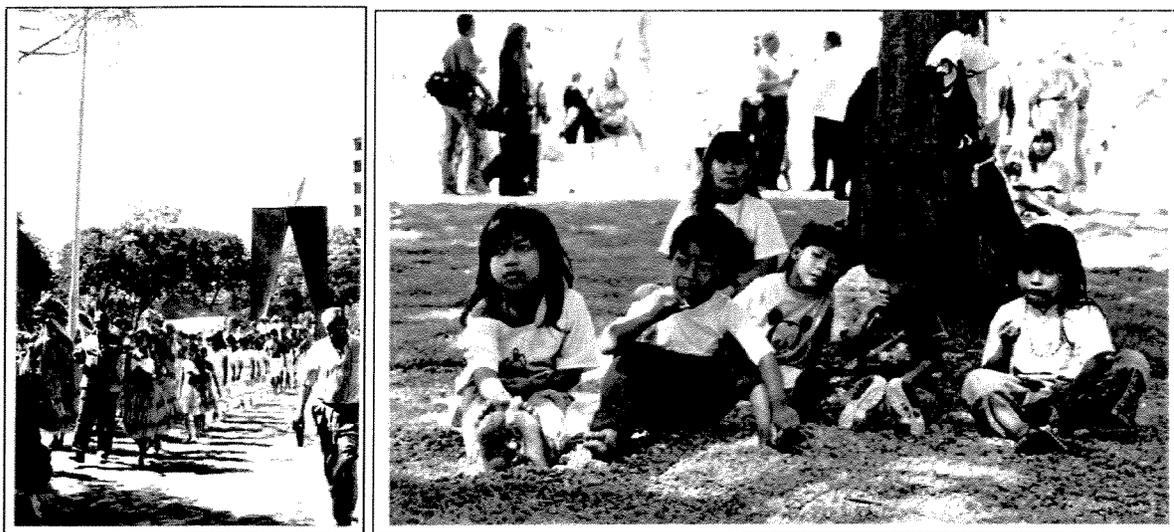


A primeira ilustração foi a capa do folder de divulgação da programação de inauguração do Monumento Porta de Abril ocorrida no dia 28/04/2001. O CC25A se define como uma associação luso-brasileira no encarte. Várias autoridades portuguesas participaram do evento. Largo Mestre de Aviz – São Paulo. Foto das autoridades: Eduardo Caetano da Silva.

A existência de dificuldades relativas à incongruência de posições baseadas em uma política cultural de diferença que se baseia num imaginário nacionalista, excludente por definição, e a causa revolucionária do 25 de abril, universalista em sua essência, ficam logo manifestas e, ao que parece, não são de todo conscientes. Pode-se aqui observar o que Hobsbawm (1996) tem destacado com veemência sobre as políticas de identidade, incluindo as nacionalistas e étnicas. Em sua análise, essas políticas são vistas como expressões das ideologias do capitalismo e contradizem o universalismo necessário das visões e projetos de esquerda, que ao incorporá-las, acabam por criar contradições em suas práticas.

No entanto, se a diferença é o mote dos projetos do CC25A, ela o é principalmente em oposição aos discursos identitários da semelhança, que resultam num caráter percebido como alienante, pois negam ou encobrem assimetrias inerentes às condições sociais e históricas que

circunscrevem a condição do emigrante. A diferença como identidade, tanto social (como migrantes) quanto cultural (como portugueses), tem por finalidade efetivar a inserção definitiva da diáspora em um projeto de nação português, que segundo as lideranças do Centro só poderá se realizar através da construção de uma situação de igualdade de direitos entre os emigrantes e os cidadãos residentes em Portugal. É na qualidade de defensores desse projeto que tais lideranças trabalham por uma aproximação com a sociedade brasileira, que possa ultrapassar os limites da integração para atingir uma dimensão de troca e aprofundamento de conhecimento mútuo. Nesse particular, é importante salientar que por afirmarem a diferença, não excluem a participação de brasileiros – aliás, o Centro se define como uma associação luso-brasileira – ao contrário, almejam essa participação através de campanhas abertas de associação ao Centro, visando com isso despertar o interesse da sociedade brasileira pela cultura portuguesa e por causas relacionadas a valores democráticos.



Índios guarani da aldeia Jaraguá e da favela Real Park, ambas na cidade de São Paulo, foram convidados a participar da cerimônia de inauguração do Monumento Porta de Abril, na qual, apresentaram danças e músicas que compõem seus rituais religiosos. Fotos: Eduardo Caetano da Silva e Nádia B. Kornijezuk. Abaixo, capa do folder da programação dos eventos relativos à inauguração do Monumento e ao 27º aniversário da Revolução dos Cravos e 19º aniversário do CC25A.

## 2. A luso-brasilidade como espaço de ambivalência

Quando se pensa sobre a migração portuguesa no Brasil, há uma forte tendência em se pensar em condições identitárias ambíguas, pouco definidas, e em discursos e práticas que, de distintas perspectivas, pressupõem a dissolução, ou mesmo dissolvem, as diferenças culturais entre brasileiros e portugueses<sup>5</sup>. Ao se aludir a noção de *ambivalência* presente nesses discursos identitários e em outros comuns aos portugueses no Brasil, geralmente, o sentido é o de um *resultado não planejado de posicionamentos ambíguos e circunstâncias históricas contingentes*. A outra possibilidade que se coloca de maneira crescente como explicativa é a da construção intencional da ambivalência que passa a constituir uma margem de manobra política. Sobre o primeiro sentido, as construções de semelhança e diferença não são totalizadas como um *projeto* pelos agentes; na segunda hipótese, compõem as etapas necessárias para se falar de ambivalência, nesses termos, *um produto consciente e não casual de uma ideologização da experiência portuguesa no Brasil*.

A abordagem aqui utilizada procura levar em conta que essas duas formas de manifestar as ambivalências identitárias aparecem conjugadas, tanto nos processos de identificação de grupos num âmbito político, quanto nas articulações de memórias e necessidades de posicionamentos presentes na esfera mais subjetiva das experiências pessoais. Dessa forma, torna-se possível compreender como o caráter *híbrido* (Hannerz, 1997) da formulação da tradicional *luso-brasilidade* opera uma série de balanceamentos de contradições. Essas contradições não se resolvendo, acomodam-se, demonstrando a adequação dessa idéia sob o ponto de vista dos migrantes, para tratar de seus processos identitários.

---

<sup>5</sup> Vide trabalho de Gomes, 1996.

De forma concisa, como procurei demonstrar, há duas tendências claras de discursos identitários entre lideranças associativas em São Paulo e que se referem à *semelhança* aos brasileiros (que abarca os discursos da irmandade e da invisibilidade) ou à *diferença* (principalmente, a escolha por se representarem como migrantes na diáspora). É importante notar que a ênfase exclusiva em qualquer um desses dois aspectos resulta, por vias distintas, em um dilema relacionado à continuidade das associações e de seus projetos. Um discurso pautado na *semelhança*, em seu limite, tornaria uma associação imigrante desnecessária, pois é sobre a solidariedade em torno de interesses percebidos como diferenciados da sociedade de acolhimento, que associações costumam se originar e se manter. Já um discurso fundamentado na *diferença*, em seu limite, tornaria a continuidade inviável, pois apenas novos contingentes imigrantes teriam legitimidade para representar e preservar a *diferença*, nesses moldes, uma essência.

É levando em conta essas implicações que, como parte de estratégias no campo político, cada vez mais, a ambivalência deixa de ser apenas um resultado eventual de posicionamentos identitários espontaneamente ambíguos, para revelar-se também na forma de uma condição desejada por algumas lideranças associativas, que a manifestam na formulação da *lusobrasilidade*, aproveitando para tanto de suas qualidades como margem de manobra que permite, a um só tempo, a integração (para utilizar um termo recorrente nas falas dos representantes do Estado português junto à diáspora) na sociedade brasileira e a manutenção de vínculos com a sociedade portuguesa. Mais uma vez, é possível associar os discursos da *semelhança* com as lideranças da *Casa de Portugal* e os discursos da *diferença* com as lideranças do *Centro Cultural 25 de Abril*. No entanto, deve se manter a ressalva de que na prática, o que distingue essas lideranças é mais uma questão de *ênfase* do que o apoio exclusivo em um desses extremos.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O próprio CC25A acaba por se envolver em eventos que invocam o sentimento da *semelhança*. São exemplos desse envolvimento os diversos eventos artísticos, destacadamente os que promovem o encontro entre guitarra

---

Contudo, essa variação de ênfase é decisiva, na medida em que constitui um dos eixos que sustenta a polarização política entre as duas associações e atualiza suas disputas.

### 3. Ser ou não ser português através das gerações

Em um extremo, a posição da Casa de Portugal, de crítica ou elogio, de acordo com as circunstâncias, à semelhança entre portugueses e brasileiros é por si só, ambivalente, também a política da diferença encampada pelo CC25A, em outro extremo, deixa exposta uma complexa conjugação de sentimentos e práticas nem sempre conciliáveis. Não obstante, é entre a segunda geração dos migrantes que a ambivalência identitária dos portugueses em São Paulo encontra sua expressão máxima, principalmente, quando a questão é a continuidade das associações e de seus projetos. Os luso-descendentes, em sua maioria distantes da convivência com Portugal, estão entre os principais responsáveis pela construção e corporificação de ambivalências. Prova disso é o fato de muitos jovens pertencentes à segunda geração de migrantes, cujas relações nos diversos setores da vida social não costumavam ser marcadas pela origem portuguesa, passarem, ainda que de forma irresoluta, a optar (consciente ou inconscientemente) por se (in)definirem de algum modo como portugueses.

*"Eu me considero um brasileiro português. Tipo assim, como é que posso falar? Um português nascido no Brasil, **sou um português nascido no Brasil**. Quer dizer, minhas origens, meu país, tenho todas as origens portuguesas, mas eu nasci no Brasil, **eu sou brasileiro** (...)*

---

portuguesa e viola brasileira., bem como, no campo político com a luta pela libertação de Timor-Leste, no qual se aventa, sem titubear, a irmandade entre os povos lusófonos.

---

*Todos aqui no Brasil tem alguma origem, agora se eu me considero português ou me considero brasileiro? Não sei.”<sup>7</sup>*

Nas diversas entrevistas que realizei com luso-descendentes desde 1997, essas hesitações sobre ser português ou brasileiro foram constantes e só caminhavam em direção a uma resolução no confronto com situações objetivas, das quais a mais citada, e que tomo como exemplo, era estar em Portugal, onde um luso-descendente de origem brasileira se definir como português era percebido como algo inviável.

*“E o negócio é o seguinte, embora eu tenha toda a documentação portuguesa desde bilhete de identidade até número de contribuinte, eu ia ser sempre um estrangeiro lá, a partir do momento que eu abrisse a boca. Por causa do sotaque, porque, na verdade, não são eles que tem sotaque, somos nós é que temos sotaque. (...) É bem complicado sim, é difícil e, também, o povo português é um povo difícil. Eu não falo isso dos portugueses que estejam aqui no Brasil, agora dos portugueses que estão lá... Quando você está lá, você é mais brasileiro e quando você volta para cá, você é mais português porque as saudades se invertem...”<sup>8</sup>*

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada por Marivaldo Parma e Eduardo Caetano da Silva com membro da chapa Jovens - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI-UNICAMP.

<sup>8</sup> Entrevista realizada por Marivaldo Parma e Eduardo Caetano da Silva com membro da chapa Jovens - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI-UNICAMP. Essa situação de ambigüidade pode adquirir contornos mais dramáticos entre luso-descendentes em outras sociedades de acolhimento. No III Encontro Mundial de Jovens Emigrantes Luso-descendentes, ocorrido em Maio de 2001 em Lisboa, foram muitos os depoimentos nesse sentido. O mais marcante foi protagonizado por um luso-descendente nascido na Alemanha que se emocionou ao falar que jamais se sentira um alemão na Alemanha, onde sempre fora considerado um estrangeiro, e que ao ser considerado estrangeiro também em Portugal, sentiu-se verdadeiramente triste.

Atendo-se às duas falas citadas, pode se constatar como as definições iniciais vacilantes (no primeiro caso como português, no segundo como brasileiro), dissolvem-se em pormenores e dificuldades (des)arranjando-se em impressões vagas. No segundo caso, surge ainda uma distinção bastante interessante e freqüente entre os *portugueses de lá* e os *portugueses daqui*. Distinção também apontada por uma das entrevistadas, considerada invisível, que a reformulou da seguinte maneira: “o diferente não é o português ou brasileiro, mas o imigrante que se distingue pelo esforço”.<sup>9</sup>

Um balanço dos discursos identitários correntes entre as lideranças da Casa de Portugal permite concluir que, a despeito do referencial ser a idéia de semelhança, os discursos de invisibilidade, irmandade e luso-brasilidade alinhados acabam sendo, em síntese, uma forma simultânea de cobrar a diferença e oferecer as opções para que ela seja praticada. Retomando a leitura de um anúncio de publicidade já citado no capítulo II, percebe-se então com maior nitidez o caráter quase dissimulado do discurso da semelhança que possibilita à Casa de Portugal declarar-se aberta a todas raças, para, em seguida, convocar apenas os portugueses a se associarem. Aqui poderia ser registrado um ângulo pelo qual, os discursos identitários das lideranças da Casa de Portugal e do CC25A se alinhariam na afirmação da diferença. Por este viés, a continuidade da associação é condicionada à sua capacidade em atrair novos sócios portugueses ou luso-descendentes.

Mas a questão da continuidade não se restringe apenas à Casa de Portugal, marcando também as práticas de casas regionais e do CC25A, que está sem dúvida mais distante dos luso-descendentes e cujo investimento num discurso de diferença de duas ordens: social e cultural desloca o problema para outro cenário. Preconizando a necessidade premente de expandir sua

---

<sup>9</sup> Note-se que tal opinião tem ligações claras com a idéia de diferença social apregoada pelos líderes do CC25A, oferecendo possibilidades interessantes de analogia

base de associados – o que já é tema de reuniões e elaboração de estratégias – seus líderes cogitam buscar contatos com os luso-descendentes, mas também se organizam para estabelecer um relacionamento mais intenso com alguns setores da sociedade brasileira (estudantes, intelectuais, artistas e políticos)<sup>10</sup>.

Para os luso-descendentes se incorporarem aos projetos do Centro, o atrativo oferecido é a estrutura de apoio para difundirem e perpetuarem a cultura portuguesa no Brasil, obviamente dentro dos limites da visão de cultura portuguesa do próprio Centro. Para os setores citados da sociedade brasileira, acenam com a universalização do “espírito do 25 de Abril”, através do qual, acreditam acima das particularidades, poder defender ideais de democracia e liberdade. Nessa crença, visualizam a comunhão de brasileiros e portugueses, por exemplo, em defesa de Timor Leste.

Claro que a causa timorense, ainda pode ser considerada particularista, sobretudo, diante do fato de que as lideranças do CC25A são reticentes em apoiar institucionalmente movimentos e protestos (como os do MST ou dos índios pataxó) na sociedade brasileira, preferindo manifestar solidariedade individualmente apenas como cidadãos.<sup>11</sup> Assim, de certo modo, as escolhas das causas do Centro denunciam, ao mesmo tempo, uma certa resistência aos discursos da *lusobrasilidade* e, por outro lado, alguns deslocamentos para o campo dos debates da *lusofonia*, ainda que feitos a partir de uma posição anti-colonialista. Dessa orientação são reveladoras as preocupações do Centro com as questões referentes a Timor-Leste, mas também à Angola, Cabo-Verde, Moçambique e outras ex-colônias portuguesas.

---

<sup>10</sup> No ano de 2001, o CC25A organizou em convênio com a cidade de Palmela em Portugal, o intercâmbio entre 15 jovens estudantes brasileiros e portugueses que incluiu a estadia dos brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil.

<sup>11</sup> Caso do manifestante fantasiado de Cabral no dia 22 de abril de 2000.



Cartaz de Campanha pela Libertação de Timor. O CC25A foi um dos articuladores da campanha no Brasil. Cartaz de 1997.

Por fim, para cercar a questão da ambivalência e suas implicações nos projetos de expansão e continuidade das associações, vale a pena debruçar-se sobre os contornos que ela adquire entre os migrantes mais velhos. Falo não mais de filhos e netos de migrantes, mas de pais e avós migrantes afastados de associações, e que viveram eles próprios a experiência de atravessar o Atlântico e se instalar no Brasil. No paralelo com os sentimentos dos jovens, suas definições identitárias mostram-se também ambíguas, porém, o fator de indefinição fica por conta de tenderem a se considerar brasileiros.

*"Eu me sinto mais brasileiro que português, eu sou mais brasileiro que português, eu cheguei aqui com 24 anos, estou com 64, estou aqui há 40 anos. Quer dizer que sou mais brasileiro que português e por isso me sinto bem aqui. Em 95 estive lá três meses para fazer as partilhas, eu queria vir logo embora, a gente já não se dá muito lá, a gente se acostumou, é outro estilo. Trinta dias... quarenta dias... é o*

*máximo, depois já quer vir embora. Não sei o que é diferente... aqui é um ambiente lá é outro... Tenho mais amizade com brasileiros que com portugueses (...) é tudo a mesma coisa, português e brasileiro é a mesma coisa... me dou até mais com brasileiros... fala tudo a mesma língua... acostumou aqui é difícil.”<sup>12</sup>*

A comparação dos motivos pelos quais um filho de portugueses nascido e criado no Brasil se considera português e um migrante vindo ao Brasil adulto se considera mais brasileiro que português aponta para significados diversos. Fica salientado aqui o degrau de tempo que separa as gerações, enxergando nele, a proximidade que a “nacionalidade portuguesa”, atualmente, procura manter dos luso-descendentes e a distância em que acaba se colocando de muitos dos migrantes mais velhos, alcunhados de “invisíveis”. Entre as gerações, entre migrantes e seus descendentes, enxerga-se as diferentes faces de Portugal. Na memória dos mais velhos, distantes das associações, a face que predomina é a vida do trabalho pesado, um mosaico de vilarejos rurais que, sob a mão de Salazar, sonharam ser um Império<sup>13</sup>. Para os luso-descendentes disputados pelas associações e engajados seja na organização política e na luta por representação

---

<sup>12</sup> Entrevista com imigrante que não participa de associações – Célia Harumi Seki e Eduardo Caetano da Silva - Comparada com a citação da entrevista com o membro da chapa jovem que nascendo no Brasil, se considera português, a fala desse migrante revela um aspecto singular da diferenciação dos discursos identitários entre gerações. Além disso, em princípio, esse depoimento parece corroborar a situação de invisibilidade dos migrantes portugueses defendida pelas lideranças associativas. No entanto, como procurei mostrar no capítulo II, as mesmas pessoas que se definem ou são definidas dessa maneira, formam a audiência das rádios portuguesas, mantêm-se informadas sobre Portugal através de jornais étnicos, freqüentam as paróquias católicas com predominância de portugueses, e casam-se entre si. Repare ainda que não há uma decisão definitiva sobre ser brasileiro, toda a fala é colocada em termos comparativos: *mais brasileiro que português*.

<sup>13</sup> Desta perspectiva, dão testemunho as várias entrevistas realizadas no início do trabalho junto aos chamados invisíveis, nas quais a organização da narrativa da vida invariavelmente se fazia através da história do trabalho, da transição do mundo rural português para a urbanidade paulistana

ou na preservação de tradições e celebração do passado, a face que se pretende iluminar é a da nação moderna, porta da Europa, capital cosmopolita e origem do dinheiro que aporta no Brasil<sup>14</sup>.

Essas relações diferenciadas que migrantes não participantes de associações, lideranças associativas e luso-descendentes estabelecem com Portugal, ajudam a compreender alguns dilemas, tais como, a coexistência de imagens muito díspares sobre Portugal na diáspora, que evocam ora o atraso, ora a modernidade da nação; o relativo vigor que a afirmação pública da *portugalidade* pode adquirir entre a segunda geração de migrantes em contraste com sua frouxidão entre os migrantes mais velhos; e como a ambivalência de sentimentos de pertença étnica ou nacional se reproduzem no contexto das políticas portuguesas e brasileiras.

Para os propósitos deste capítulo, julgo importante expor algumas das conexões entre as idéias de luso-descendência e luso-brasilidade e distintos discursos identitários e projetos de *continuidade* ou *renovação* de associações migrantes de São Paulo. Com esse intuito, passo a apresentar alguns indicativos, ainda que superficiais, para se compreender: i) as formas pelas quais os luso-descendentes são incluídos ou excluídos tanto do mundo associativo luso de São Paulo, quanto das políticas do governo português, atentando também para a sua condição de agentes trabalhando em prol da sua inclusão ou exclusão desses campos de disputa; ii) como as conjunturas locais combinadas às políticas do governo português para suas comunidades têm privilegiado a *inclusão* de luso-descendentes, tornando-os protagonistas de alguns investimentos estratégicos; iii) os reflexos dessa situação nos discursos e práticas de jovens luso-descendentes; e, iv) os descompassos entre as expectativas e os interesses das lideranças associativas,

---

<sup>14</sup> As vantagens de ser português e por extensão europeu se mostram assim bastante atrativas e não passam despercebidas pelos luso-descendentes em São Paulo, especialmente aqueles com maior acesso a informações sobre Portugal. Prova disso é o crescente número de pedidos de cidadania portuguesa e o relativo aumento da procura por informações sobre programas de intercâmbio e possibilidades de viajar a Portugal.

autoridades governamentais e jovens participantes de associações, em relação tanto à renovação dos quadros associativos, quanto ao seu envolvimento nas políticas portuguesas.

#### 4. A modernidade dos velhos e a saudade dos jovens

Conforme o apresentado no capítulo I, no histórico da legislação portuguesa de nacionalidade pode-se claramente constatar a substituição progressiva do princípio do *jus solis* (direito de cidadania pelo solo) pelo princípio do *jus sanguinis* (direito da cidadania pelo sangue), o que hoje permite considerar cidadãos portugueses, os filhos e por extensão netos e outros descendentes dos emigrantes. Sobre a presença portuguesas no Brasil, o capítulo II procurou mostrar como a grande variação nas estimativas demográficas, bem como uma série situações (que vão desde as facilidades legais até a ausência de enclaves étnicos) servem para sustentar a idéia de dispersão, assimilação e invisibilidade dos portugueses na sociedade brasileira e mais especificamente na cidade de São Paulo.

Dada essa dimensão demográfica do contingente migrante português em São Paulo, faço aqui uma pergunta que considero necessária para iniciarmos nossa reflexão, quando pensamos em luso-descendentes no Brasil: a quem esta palavra nomeia? Afinal, quem são os luso-descendentes? Se tomarmos como pauta da resposta um critério abrangente, recorrentemente utilizado nos discursos oficiais tanto do Estado português, quanto do brasileiro, poderíamos afirmar que são boa parte do povo brasileiro, cujos ancestrais chegaram em algum momento, ao longo de 500 anos, às terras do Brasil e lá geraram seus filhos. De forma, um pouco mais restrita, pensando-se mais à maneira das diretorias de associações migrantes paulistanas, poderíamos considerar luso-descendentes, todos os filhos e netos das grandes levadas migrantes chegadas principalmente entre as décadas de 1950 e 1960 ao Brasil. E, finalmente, podemos nos reportar

àqueles indivíduos que se consideram luso-descendentes e investem no discurso de uma identidade lusa ou luso-brasileira, a partir da ascendência portuguesa.

Em São Paulo, pode se observar duas formas distintas de organização dos luso-descendentes: uma marcadamente política, com objetivos voltados para a conquista de direitos e para a participação no comando de associações e de instâncias representativas do Estado português, e outra, voltada para os aspectos culturais, interessada no entretenimento e na manutenção de tradições portuguesas através da formação de grupos folclóricos. A organização política dos luso-descendentes concentra-se em torno da Casa de Portugal e é composta principalmente por filhos e netos de lideranças associativas, mas conta também com a participação destacada de luso-descendentes, cujos pais nunca se envolveram em associações<sup>15</sup>. Está dividida em duas facções Movimento Jovem e Aldesp (Associação de Luso-descendentes do Estado de São Paulo) que alternam momentos de aliança e de disputa.

O Movimento Jovem iniciou-se em princípios da década de 90, quando um programa de TV dominical de grande audiência, criou uma gincana na qual participantes de diferentes comunidades migrantes da cidade de São Paulo se enfrentaram durante alguns meses. Pela natureza das provas – e também por sugestão da organização do programa – a diretoria da Casa de Portugal fez contato com jovens participantes de ranchos folclóricos, filhos de associados e funcionários consulares para representar a comunidade portuguesa. A convivência de três meses destes jovens rendeu a criação de um grupo chamado Movimento Jovem, em 1993. O grupo, à época, muito bem recebido pelo meio associativo, veio a se tornar uma importante força de

---

<sup>15</sup> Em conversas informais com filhos de dirigentes de associação, muito demonstraram desinteresse em participar de associações em função da avaliação negativa que faziam da participação de seus pais. A principal reclamação era a de se sentirem em algum momento obrigados a participar de eventos que não os atraíam. Muitos também lembraram da ausência dos pais em casa devido ao que consideravam uma dedicação exagerada à vida associativa.

trabalho na organização dos eventos da Casa de Portugal<sup>16</sup> e a principal esperança de continuidade dos projetos das associações.

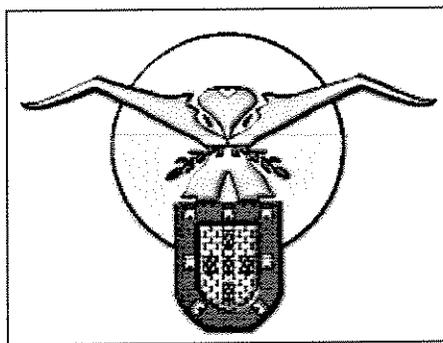
Todavia, a situação de apoio se inverteu com a reivindicação de representação do Movimento Jovem na chapa da Casa de Portugal (Portugueses do Brasil) que concorreu às eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas em 1997. Diante da falta de disposição dos líderes da chapa em aceitar a participação de representantes do Movimento Jovem, o grupo decidiu formar uma chapa independente, batizada de “Jovens”. Tal atitude foi considerada uma verdadeira afronta pela diretoria da Casa de Portugal, o que gerou uma situação bastante conflituosa entre as duas chapas. Nesse contexto, a continuidade dos projetos de associações lusas em São Paulo, sem a chegada de contingentes expressivos de imigrantes tornou-se uma questão candente. A chapa Jovens reforçou justamente suas intenções de levar adiante e renovar projetos associativos. Contudo, os discursos nesse sentido – que até então eram laudatórios ao trabalho das antigas lideranças - tornaram-se cada vez mais críticos. Isso acabou denunciando um posicionamento contrário ao que consideravam uma visão estreita das lideranças no que concernia ao papel das associações e suas possibilidades de ampliação. Em cartaz de campanha, a chapa Jovens anunciava: *“não somos filhos dos ilustres, mas também somos filhos dos portugueses do Brasil, que ajudaram a construir este país e que juntos fizeram as cadeiras onde se sentam os ilustres (...) já que é para renovar, rejuvenesça (...) Vote Jovens!”*<sup>17</sup> No final das contas, a Jovens não conseguiu eleger nenhum conselheiro (recebendo apenas 362 votos, equivalente a 3,28% do total de votos no Brasil). Além disso, o desgaste da disputa eleitoral

---

<sup>16</sup> Dentre esses eventos são lembrados, a organização das comemorações dos 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão (quando a casa de Portugal foi visitada por mais de 15 mil crianças recebidas por 40 monitores do Movimento Jovem) e da vinda da imagem de Nossa Senhora de Fátima em São Paulo (assistida por mais de 10 mil pessoas)

<sup>17</sup> A idéia de renovar é uma alusão ao nome de outra chapa (Renovação) formada também com diretores da Casa de Portugal, alcunhados por muitos emigrantes como comendadores de segundo escalão, e que resolveram confrontar os membros da Portugueses do Brasil, à época das eleições, como mostrado no capítulo II.

também começou a gerar críticas por parte de outros luso-descendentes participantes de associações. Este fato foi recebido como um grande golpe pelo Movimento Jovem, que retraiu progressivamente sua participação em atividades associativas.



O logotipo do Movimento Jovem foi desenvolvido por um de seus membros. Uma liderança do movimento explicou que o pássaro representa a paz que o Movimento Jovem pretende levar ao meio associativo, visto como em constante conflito. Com isso, levantaria a imagem de Portugal (representada pelo brasão de 5 quinas presente na bandeira portuguesa) em São Paulo. O sol, ao fundo, anuncia a possibilidade de um novo horizonte para a continuidade associativa.

Atualmente, o Movimento Jovem se apresenta em material de divulgação como um grupo *“formado por pessoas que, tendo as mesmas afinidades, se juntaram para trabalhar em prol da comunidade portuguesa de São Paulo. É composto por jovens luso-descendentes, não políticos, desenvolvendo serviços comunitários, culturais e recreativos”*. Note-se que a afirmativa de *“não políticos”* tornou-se uma constante após as eleições de 1997 e uma maneira de se opor à forma como os líderes de associações são vistos pelos luso-descendentes na comunidade em geral. Para muitos deles, *“a política”* – que está associada às disputas por cargos, títulos e *status* – exerce uma influência negativa nas associações desviando a atenção do que concebem como seus verdadeiros objetivos: a preservação da cultura e da tradição portuguesa. No mesmo material, ainda afirmam: *“respeitamos todo o trabalho já realizado e que continua a*

*ser feito em nossas associações. Temos o firme propósito de preservar-lo, sem, contudo, deixar de ampliar os horizontes e abrir novos caminhos*". Formulação que pode ser interpretada como uma tentativa de amenizar a posição conflituosa, sem contudo, abrir mão de uma posição divergente a das lideranças já estabelecidas.

O desentendimento entre o Movimento Jovem e as principais lideranças da Casa de Portugal, com a conseqüente diminuição das atividades dos jovens na vida associativa, gerou as bases para o surgimento de um novo grupo: a Aldesp (Associação de Luso-descendentes do Estado de São Paulo), criada em 2000, sob os auspícios das mesmas lideranças que incentivaram outrora, o Movimento Jovem. Inicialmente, presidida por um vereador neto de portugueses, que concentrava todo seu marketing político junto às associações portuguesas, a Aldesp rapidamente angariou apoio político de peso para se estabelecer. Com um discurso mais afinado com as lideranças associativas e uma postura mais aliancista, a Aldesp mesmo congregando um número muito pequeno de participantes, colocou-se no centro de diversos eventos como organizadora ou colaboradora. Conseguiu, inclusive dividir o número de participantes com o Movimento Jovem nos dois encontros mundiais de jovens luso-descendentes<sup>18</sup> (um participante de cada associação foi escolhido para participar) que se seguiram à sua fundação. Entre suas atividades mais importantes, surge a elaboração de um projeto de divulgação de cultura portuguesa intitulado Portugal Mania. Este projeto é claramente um reflexo das recentes preocupações do Estado português com a imagem de atraso que Portugal tem no Brasil. Tal imagem é vista como um obstáculo para conquistar um mercado, no qual Portugal se tornou o terceiro maior investidor na década de 1990. O projeto direcionado a jovens luso-descendentes e brasileiros apóia-se na

---

<sup>18</sup> Os encontros promovidos desde 2000 pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e Secretaria de Estado da Juventude selecionam jovens emigrantes ou luso-descendentes de todo o mundo que tenham atuação destacada em suas áreas e sejam participantes de movimento associativo. Algumas versões colhidas em campo sobre a origem da Aldesp informam que a associação foi criada com o intuito de servir de suporte à candidaturas para esse encontro.

constatação da imagem do atraso e define-se no objetivo de “*mostrar um novo Portugal, diferente, arrojado, com uma imagem nova e diferente, enfocada para os jovens. Seja ele um luso-descendente engajado em entidades portuguesas, ranchos folclóricos ou não, ou ainda o não luso-descendente que tem interesse em conhecer Portugal*”. O projeto não chegou a decolar, mas mantém-se como pauta da associação.



O logotipo do Portugalmania foi desenvolvido por uma equipe de publicitários e procurou evitar temas comumente utilizados para representar a portugalidade construída entre os migrantes no Brasil. O logotipo mantém apenas as cores da bandeira portuguesa.

Tanto o Movimento Jovem, quanto a Aldesp não têm sido vigorosos na capacidade de atrair luso-descendentes para compor seus quadros, o que resulta num pequeno número de participantes realmente ativos, bem como, numa dificuldade em tocar projetos já planejados. Em oposição a essa situação, o segundo foco de concentração dos luso-descendentes em São Paulo, composto pelos ranchos folclóricos<sup>19</sup>, tem revelado um potencial perene na atração de luso-descendentes. Na cidade existem em torno de trinta associações portuguesas (sem contar conselhos representativos, órgãos do governo e locais de expressão portuguesa), muitas delas têm

<sup>19</sup> Os ranchos são grupos de dança que se dedicam a estudar e divulgar canções, danças e trajes chamados de típicos portugueses. A promoção desses grupos, segundo Klint (2000) foi uma das tônicas da política cultural em Portugal durante a ditadura salazarista (1926-1974) que se dedicava a enaltecer as tradições rurais.

em seus ranchos os departamentos mais ativos. Além disso, também existem ranchos independentes que não são vinculados a associações. É singular aos ranchos o relacionamento que estabelecem entre as gerações de migrantes e seus descendentes, sendo comum em vários deles, a convivência de avós, pais e filhos.

Os luso-descendentes que buscam os ranchos não se mostram interessados nas questões que mobilizam Movimento Jovem e Aldesp e tendem a usar um discurso que poderia ser considerado menos politicamente correto, inclusive se referindo ao contingente de migrantes radicados em São Paulo através do termo colônia portuguesa, que pelo menos desde a queda da ditadura salazarista têm sido rechaçado e substituído pela denominação de comunidade portuguesa. Apenas para se ter idéia do teor do discurso dos ranchos folclóricos sobre seus próprios objetivos, reproduzo abaixo trechos de textos de divulgação:

*“com o objetivo de divulgar o Folclore Português ao povo brasileiro e manter vivas as tradições da pátria Mãe junto aos imigrantes, objetivo o qual, mais tarde, foi estendido aos Lusos Descendentes e, destes, para seus amigos próximos e brasileiros, transformando o Grupo Folclórico num local de integração onde os Luso Descendentes ou não, bailam lado a lado, com o mesmo garbo e entusiasmo, de um Vira do Minho, um Fandango do Ribatejo ou um Corridinho do Algarve”.*

*“Nosso objetivo é o de manter viva a chama da tradição portuguesa com seus cantares e dançares. Também mostrar a cultura lusa a todas as pessoas que tenham interesse em cultura e tradição”.*

Como pode se perceber a defesa e preservação do que concebem como as tradições portuguesas é o principal objetivo dos ranchos folclóricos. Para quem assiste seus ensaios e apresentações fica nítida a celebração de um passado rural idealizado desde os trajes até as letras das canções. Esse tipo de celebração implica necessariamente uma forma de surdez aos apelos de toda a propaganda modernizante levada a cabo pelo governo português e pelas lideranças associativas de São Paulo.

Em meio à questão da continuidade das associações e de seus projetos, e do renovado interesse de empresários portugueses no mercado brasileiro, os luso-descendentes acabam por concentrar os esforços tanto governamentais, quanto associativos na difusão de uma nova imagem de Portugal – mais arrojada, moderna e condizente com o volume e perfil dos investimentos portugueses no Brasil. Porém, tais esforços encontram algumas barreiras que tem se revelado de difícil transposição. De um lado, a propaganda de décadas do regime ditatorial português junto aos seus emigrantes no Brasil foi eficiente em construir a imagem de um país rural e intocado (representado pelos ranchos folclóricos), de outro, a maior parte dos luso-descendentes está distante de associações, foco da publicidade do novo Portugal.



Rancho folclórico se prepara para apresentação em cerimônia no Parque Ibirapuera em São Paulo – 22/04/2000. É comum a convivência de diferentes gerações de migrantes e luso-descendentes e também de brasileiros nos ranchos. Foto: Cristina M. Maher.



Participante de rancho folclórico se prepara para a execução do hino português na cerimônia dos “500 anos de descobrimento”. 22/04/2000 – Parque do Ibirapuera – São Paulo. Foto: Eduardo Caetano da Silva.

Cunha (1994, 39) afirma sobre a relação entre tradição e cultura, a existência de um mal-entendido que se perpetua na idéia de que quanto mais tradicional uma cultura mais respeito ela teria por seus conteúdos substantivos (ritos, tradições, língua, etc). Para a autora é justamente o contrário que se verifica na prática *“quanto mais capaz de inovações substantivas é uma cultura, mais tradicional ela é”*, no sentido de que conserva a autonomia de sua produção simbólica. Acrescenta que se: *“a história se repete como farsa, a cultura repete-se como folclore”*. Se na lógica das lideranças associativas e dos novos investidores portugueses impõe-se uma equação direta entre as idéias de juventude e modernidade, essa equação operada no campo simbólico não se realiza na prática.

Os chamados comendadores (ou ilustres), velhos líderes associativos e representantes governamentais portugueses apostam na subversão da corrente imagem do atraso português através do estímulo aos jovens luso-descendentes para que participem dos projetos das

---

associações<sup>20</sup> voltados para esse fim. Enquanto isso, a maioria dos luso-descendentes – dentre os poucos que se interessam pelo universo associativo – encontra resposta aos seus anseios nos ranchos folclóricos, onde vestem seus tamancos e lenços e celebram a tradição e o que concebem como suas raízes.

---

<sup>20</sup> Como procurei deixar claro, esse estímulo pressupõe uma adesão aos projetos dessas lideranças e uma subordinação que não foi aceita, por exemplo, pelo Movimento Jovem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi nesta dissertação, avançar na análise e compreensão das reconfigurações de identidades e reconstruções da *portugalidade* entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo. Esses processos foram focalizados principalmente entre as lideranças associativas – agentes que estão à frente da articulação política dessa *portugalidade*. Porém, por muitas vezes, um contraponto às construções públicas de identidades portuguesas foi buscado naqueles indivíduos que, afastados das associações e caracterizados como invisíveis, vêm sendo freqüentemente chamados a reagir a essas articulações. Ligadas de forma indelével a essas questões centrais estão: as tentativas do Estado português em implementar um projeto de nação desterritorializada, a inserção da nação portuguesa num projeto europeu de fechamento de fronteiras externas para a formação da União Européia, e as políticas portuguesas e brasileiras de aproximação que tem trazido à tona em diversas esferas as marcas históricas das relações coloniais.

Através da análise seqüencial de eventos, dois deles narrados mais detalhadamente – as eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas em 1997 e as comemorações em torno dos “500 anos de descobrimento do Brasil” em 2000 – expus os modos pelos quais os portugueses e luso-descendentes de São Paulo são incitados a participar de manifestações públicas da *portugalidade*. Participação que cada vez mais se coloca como condição para negociarem sua inclusão à nação portuguesa. Também observei que as diferentes formas de participar e mesmo a recusa em participar, estão relacionadas a disputas que compõem os processos de construção de identidade e as dinâmicas de mobilização étnica. Através da descrição do confronto dos discursos e das práticas políticas de lideranças associativas, busquei expor suas relações com os demais

migrantes e luso-descendentes, e em alguns momentos com outros segmentos sociais da cidade de São Paulo, inclusive migrantes de outras origens.

Argumentei que os discursos e práticas dos portugueses em São Paulo são situacionalmente concebidos e se movimentam de modo pendular entre dois extremos: a ênfase na *semelhança* ou indiferenciação e o destaque da especificidade e *diferença* com os brasileiros. Sob esta ótica, a dissertação alinha-se às perspectivas analíticas, as quais pressupõem que as construções e reconfigurações identitárias só podem ser entendidas voltando-se para o contexto de processos sociais e negociações políticas dos quais emergem. Nas palavras de Stuart Hall (1996: 68), *“ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma produção, que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação”*.

Procurei ainda demonstrar como a produção de identidades dos migrantes portugueses é atravessada por ambivalências que se deixam entrever e também são produzidas num extenso repertório de classificações e auto-classificações, tais como: lideranças, invisíveis, irmãos, imigrantes na diáspora, luso-brasileiros. Essas categorias foram analisadas com base na verificação empírica de quem considera (a si mesmo ou outrem) o quê, de acordo com suas localizações sociais e as situações em que enunciam identidades. Através do trabalho etnográfico, foram exploradas as lógicas que norteiam esses processos de identificação e os mecanismos tanto de produção da alteridade e diferença (marcas de uma suposta identificação étnica), quanto de diluição de fronteiras e evocação de laços (afetivos, de sangue, culturais, históricos, econômicos, religiosos, etc.).

Teoricamente, a abordagem inicial para se analisar a produção da cultural da diferença dos portugueses e luso-descendentes em São Paulo, inspirou-se na perspectiva dos estudos de etnicidade, os quais conceituam a diferença como um desejo de um grupo em se manter distinto e se organizar em torno de interesses comuns (Barth, 1998; Seyferth, 1986 e Cunha, 1987). Contudo, essa perspectiva só pôde ser profícua, levando-se em conta suas limitações, quando o processo se volta não para as distinções, mas para mobilizações em torno de construções de semelhança e indiferenciação (Feldman-Bianco, 2001b) e também na consideração de fragmentações e conflitos internos a cada grupo, revelando os embates em torno dos diferentes modos de ser distinto.

Além disso, a premissa para uma abordagem inspirada no viés da identidade étnica, foi a leitura de seu significado em duplo registro, ponderando, por um lado, seu caráter político e sua inserção no discurso dos próprios sujeitos da pesquisa e, por outro, seu lugar como categoria analítica pertencente ao arcabouço teórico da disciplina antropológica. Quanto a esse segundo aspecto, Seyferth (1986: 437) aponta para a definição conceitual de etnicidade, tanto como *um conjunto de estratégias para mobilização política e reivindicação de interesses quanto um fenômeno de identificação étnica (...) que separa e ordena uma população numa série de categorias definidas em termos de nós e eles*” (vide também Vincent, 1978).

Portanto, se as reflexões aqui expostas, preocupadas com a compreensão das construções de diferença, aproveitaram-se da etnicidade enquanto categoria analítica, fizeram-no sempre de uma forma crítica e com destaque para seu caráter fluido e anti-essencialista. Tomada, por um discurso sobre a diferença, a etnicidade portuguesa, antes de qualquer coisa, foi entendida como situação inventada constantemente na evocação de uma cultura singular e na exploração de

imaginários de nação (muitas vezes sobrepostos a imaginários regionalistas).<sup>1</sup> Essa conceituação mostra-se pertinente, quando se leva em conta que a caracterização étnica de um grupo social, por muito tempo, sustentou-se na noção, um tanto estática, de “unidade portadora de cultura”.<sup>2</sup>

Foi sugerido ainda que, muitas vezes o que mais importa nos processos de identificação dos portugueses em São Paulo não é a escolha (Cunha, 1987), mas principalmente a disputa que protagonizam por símbolos que irão servir, simultaneamente, de sinais diacríticos e de base para a construção de indiferenciação ou semelhança. Nesse aspecto, os símbolos escolhidos se revelam compartilhados, caso, por exemplo, da língua comum (Capinha, 1997; Feldman-Bianco, 1999, 2001; Vieira 1991). No intento de compreender essa dinâmica, foi necessário ainda voltar a atenção não somente aos símbolos, mas, e principalmente, aos processos e às condições em que eles adquirem significação,<sup>3</sup> considerando de antemão o caráter polissêmico em que se apresentam para as distinções de portugueses entre brasileiros.

Atentando à lógica de produção cultural de semelhança e diferença que resulta em identificações ambivalentes (apresentadas em discursos como o da *lusobrasilidade*) e às limitações da categoria etnicidade, compreende-se como a supressão da diferença revela-se uma engrenagem da própria produção de identidades pensadas como étnicas entre os portugueses de

---

<sup>1</sup> Esses imaginários, ainda que constituam uma espécie de substrato para construções de identidade étnica, são, eles próprios, frutos de processos sociais, não sendo, por conseguinte, passíveis de serem abordados em sentido ontológico. Quanto a isso, apoio-me, na noção de comunidade política imaginada (Anderson, 1989), bem como, em Hobsbawm (1990) e Fox (1989), que procuram dar relevo às dimensões de embate ideológico e dominação política desses processos, nos quais, discursos padronizados de nação se constituem.

<sup>2</sup> Sobre a crítica clássica a esse tipo de conceituação, vide Barth, 1998.

<sup>3</sup> Hall argumenta: “*O sentido nunca se completa, mas permanece em movimento para abarcar outros, sentidos adicionais ou suplementares*” (1996: 71) e completa “*se a significação depende do reposicionamento interminável de seus termos diferenciais, o sentido, em qualquer instância específica, depende de uma parada contingente e arbitrária – da quebra temporária e necessária na semiose infinita da linguagem. Isto não se deduz do sentido original. A única ameaça que tal aconteça é se tomarmos erradamente esse corte de identidade – esse posicionamento, que torna possível a significação – por uma terminação natural e permanente, não contingente e arbitrária, quando, ao meu ver, cada posição assumida é arbitrária e estratégica (...)*” (1996: 73).

---

São Paulo. Aqui, uma constatação de Sahlins (1990: 12) sobre o Hawaí encontra seus ecos, parece mesmo “*possível tornar-se nativo pela ação certa*”.

Por fim, propus-me a investigar as razões práticas e simbólicas que norteiam processos de identificação. Reconheço que, em vários momentos, a compreensão se fez fugidia, dissolvendo-se entre os meandros da intenção individual e da vontade coletiva, das contingências históricas e da singularidade das trajetórias pessoais, mas penso que talvez, a compreensão esteja fadada mesmo a ser fugidia e onde julgo perdê-la, quiçá seja o lugar onde ela espera por ser encontrada.



---

**BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR, MANUELA. *Política de Emigração e Comunidades Portuguesas - Série Migrações (Política – Relações Internacionais)*, Porto: Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986 .

\_\_\_\_\_. *Portugal: o país das migrações sem fim*, Lisboa: Carbográfica, 2000.

ALBINO, ADRIANO. *Emigração cem anos (século XX): a diáspora dos portugueses*. São Paulo: [S.N.], 1999.

ALENCASTRO, LUIZ FELIPE. Escravos e proletários. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 21, p. 30-57, jul. 1988.

\_\_\_\_\_. Continuidade histórica do luso-brasileirismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 32, p. 77-85, mar. 1992.

ALEXANDRE, VALENTIM. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto: Afrontamento, 1993.

ALONSO, A. M. *Estrangeiros no Brasil*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

ANDERSON, BENEDICT. *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo: Ática, 1989.

APPADURAI, ARJUN. Disjunção e diferença na economia cultural global. In FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 311-328.

\_\_\_\_\_. Notas para uma geografia pós-nacional, *Novos Estudos do Cebrap*, São Paulo, v. 49, p. 33-46, nov. 1997.

ARENDDT, HANNAH. O Declínio do Estado-Nação e o Fim dos Direitos do Homem, In: *O Sistema Totalitário*, Lisboa: Dom Quixote, 1978.

ASAD, TALAL. *Anthropology and the Colonial Encounter*, London: Ithaca Press, 1973.

BALAKRISHNAN, GOPAL (org.) Um mapa da questão nacional, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALHANA, ALTIVA P, E WESTPHALEN, CECÍLIA M. Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa. In: Silva, M. B. N. et alii (org) *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX – XX)*. Algés: Editorial Fragmentos, 1993.

BARTH, FREDRIK. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STEIFF-FEINART, J., *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BHABHA, HOMI K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.

BOURDIEU, PIERRE. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAETANO DA SILVA, EDUARDO. *A diáspora invisível: imigrantes portugueses em São Paulo*, Relatório Final de Iniciação Científica Pibic-CNPq, Campinas: UNICAMP (mimeo), 1998.

\_\_\_\_\_. *Disputas políticas e (re)construções identitárias dos portugueses de São Paulo no contexto dos "500 anos de descobrimento do Brasil"*, Projeto de Mestrado, Campinas: UNICAMP (mimeo), 1999.

---

\_\_\_\_\_. Afirmar Portugal em São Paulo: disputas políticas e reconfigurações identitárias. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Brasil e Portugal: encenações de identidade e poder*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, no prelo.

\_\_\_\_\_. A escatologia pelo lirismo: alegorias da história portuguesa em Le Bassin de John Wayne de João César Monteiro (mimeo), 2001.

\_\_\_\_\_. Entre as glórias renovadas do Império e o futuro na irmandade: história, política e identidade num enredo luso-brasileiro. *Temáticas – Dossiê Brasil-Portugal*, Campinas: UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. Dialéticas da inclusão e da exclusão: lideranças portuguesas de São Paulo e a questão da invisibilidade. *Revista Convergência Lusíada, Número Especial Relações Luso-brasileiras*, n . 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

\_\_\_\_\_. La "saudade" des jeunes et la modernité des anciens: constructions culturelles de ressemblance et de différence parmi les migrants portugais et luso-descendants de São Paulo (prelo), 2003.

CAPINHA, GRAÇA. Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça (orgs.) *Identities: estudos de cultura e poder*, São Paulo: Hucitec, 2000, p. 107-148.

CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CASTELLS, MANUEL. *La era de la información: Economía, Sociedad y Cultura. La sociedad red*. Madrid: Alianza Editorial, 1996, v. 1 a 3.

---

COHEN, ABNER. *Custom and Politics in Urban Africa: a study of hausa migrants in yoruba towns*, London : Routledge & Kegan Paul, 1974.

\_\_\_\_\_. The Lesson of Ethnicity, In: Cohen, A. (org.), *Urban Ethnicity*, London: Tavistock Publications, 1974.

CAMAROFF, JEAN. O retrato de um sul-africano desconhecido: a identidade na Era Global, *Novos Estudos do Cebrap*, v. 49, nov. 1997.

CASSOLA RIBEIRO, F. G. *Emigração portuguesa: algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984 - Série Migrações (Sociologia)*, Porto: Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.

\_\_\_\_\_. *Emigração portuguesa: aspectos relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo - Série Migrações (Política – Relações Internacionais)*, Porto: Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.

COUTINHO, A. E GUIDO, M. C. Ernesto Geisel. In: ABREU, A. A. (et alii), *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: pós 1930*, Rio de Janeiro: Editora FGV-CPDOC, 2001. [Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>, Acesso em 27/04/2001].

CUNHA, ENEIDA LEAL. As comemorações dos descobrimentos: figurações e reconfigurações de Estados Nacionais. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 19, set./out. 1998.

CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Antropologia no Brasil: mito, história e etnicidade*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. A identidade como memória, In: *Dinâmicas Multiculturais – novas faces e outros olhares*, Lisboa: ICS – Estudos e investigações no. 5, 1994, p. 37-40.

DA MATTA, ROBERTO. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. Digressão: A Fábula das três raças, In: *Relativizando: Uma Introdução à antropologia social*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DIAS, SONIA. Emílio Garrastazu Médici. In: ABREU, A. A. (et ali), *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: pós 1930*, Rio de Janeiro: Editora FGV-CPDOC, 2001. [Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, Acesso em 27/04/2001].

ERIBBON, DIDIER. *De perto e de longe: entrevista com Claude Lévi-Strauss*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ESTEVES, MARIA DOS CÉUS. *Portugal: país de imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.

EVANS-PRITCHARD, EDWARD E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FAUSTO, BORIS (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FEATHERSTONE, MIKE. Cultura Global: Introdução. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 7-22.

FELDMAN-BIANCO, BELA. Multiple Layers of Time and Space: Reconstructions of Class, ethnicity and nationalism among Portuguese Immigrants. In: Nina Glick Schiller, Linda Bach e

---

Cristine Szanton (org.), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*, New York Academy of Sciences, p. 145-174, 1992.

\_\_\_\_\_. Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 38, p. 193-223, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. The State, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization, *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, 1995.

\_\_\_\_\_. Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal: antigas ambivalências ou reconstruções de identidade, *Relatório de Pesquisa CES/ISCT – Portugal*, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. The colonialism as a continuing project: the portuguese experience, FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Identities*, vol. 8(4) pp. 477-482, Taylor & Francis, 2001a.

\_\_\_\_\_. Brazilian in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference, FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Identities*, vol. 8(4) pp. 607-650, Taylor & Francis, 2001b.

\_\_\_\_\_. Entre a fortaleza da Europa e os "laços de afetividade" da "irmandade luso-brasileira": um drama familiar em um só ato, In: Mary G. Castro(org) *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*, Brasília, CNPD, pp. 151-176, 2001c.

FERREIRA, EDUARDO SOUSA. Retorno e desenvolvimento: subsídios para uma economia de reintegração dos emigrantes portugueses. In: Eduardo de Souza Ferreira e Walter C. Opello Jr. (org). *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Lisboa: Teorema, 1985.

FOX, RICHARD G. Introduction. In: *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*, American Ethnological Society Monograph Series, 1989.

---

FREYRE, GILBERTO. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

\_\_\_\_\_. Importância dos estudos transnacionais para a compreensão do complexo americano, em geral e em particular, do americano: tropical, de sociedade e de cultural, *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, n.1, p. 77-92., jul./set. 1969

GEERTZ, CLIFFORD. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. *El antropologo como autor*. Barcelona : Paidós, 1989.

GELLNER, ERNEST. *Nações e Nacionalismo*, Lisboa: Gradiva, 1993.

GLICK-SHILLER, NINA.; BASCH, LINDA. e BLANC-SZANTON, CRISTINE. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration, In: GLICK SHILLER, BASCH, L., BLANC-SZANTON (org.), *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: Annals of the New York academy of Sciences, 1992.

\_\_\_\_\_. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*, Gordon and Breach, 1994.

GLICK-SCHILLER, NINA E FOURON, GEORGE. Laços de sangue: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional, In: FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça (orgs.) *Identidades: estudos de cultura e poder*, São Paulo: Hucitec, 2000.

---

GLUCKMAN, MAX. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela, In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987.

GOMES, ARTUR NUNES. *Sob o Signo da Ambigüidade: Configurações Identitárias no Espaço Português do Rio de Janeiro*, Campinas: Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996.

HALL, STUART. A identidade cultural e diáspora, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 24, 1996.

\_\_\_\_\_. A Questão da Identidade Cultural, *Textos Didáticos*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1995.

HANNERZ, ULF. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da ‘antropologia transnacional’, *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abr. 1997.

HARAWAY, DONNA J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX, In SILVA, TOMAZ T. (org.) *Antropologia do ciborgue*, Autêntica, 2000.

HOBSBAWM, ERIC J. Introdução. In: *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. La política de la identidad y la izquierda, *Nexos*, v. 224, ago. 1996

HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE. *Raízes do Brasil*, 7 ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

JAMESON, FREDRIC. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Ática, 2000.

JÚNIOR, CAIO PRADO. *Evolução Política do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1977.

KLIMT, ANDREA. Enacting National Selves. Authenticity, Adventure and Disaffection in the Portuguese Diaspora in *Identities*, vol. 6 (4), 2000.

LEACH, EDMUND R. Repensando a Antropologia, In: *Repensando a Antropologia*, São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*, São Paulo: Edusp, 1995

LEFORTE, CLAUDE. Sociedade sem história e historicidade, *As formas da História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. 1967 A noção de estrutura em Etnologia In *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. A Gesta de Asdiwal. In Lévi-Strauss. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1976, pp. 152-205.

\_\_\_\_\_. *Totemismo hoje*, Petropolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *As estruturas elementares do parentesco*, Petrópolis: Editora Vozes, 1976

\_\_\_\_\_. Raça e História in *Os Pensadores Lévi-Strauss*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. *O pensamento Selvagem*, Campinas: Papyrus Editora, 1989.

LEWIS, J. R E WILLIAMS, A. M. Emigrants and retornados: a comparative analysis of the economic impact of return migration in the Região Centro. In: FERREIRA, E. S. OPELLO JR., W. C., *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa: Teorema. 1985.

LOBO, EULÁLIA M. L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001.

LOURENÇO, EDUARDO. *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

\_\_\_\_\_. *Mitologia da Saudade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACHADO, IGOR J. R. Estereótipos e representações cruzadas: brasileiros no Porto, Portugal. Exame de Qualificação para Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. A lusofonia na mídia portuguesa, o caso das comemorações dos 500 anos brasileiros, *Revista Convergência Lusíada: Número Especial Relações Luso-brasileiras*, v. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura. 2002a.

\_\_\_\_\_. “Cárcere público”: os estereótipos como prisão para os brasileiros no Porto, *Temáticas*, ano 10, número 19/20, 2002b

\_\_\_\_\_. *Exclusão anunciada: reflexões sobre a nova lei de imigração portuguesa* (mimeo), 2002c.

\_\_\_\_\_. “Cárcere Público”: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: Unicamp, 2003.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental, In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARCUS, GEORGE. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial, *Revista de Antropologia*, 34/1. 1991

---

MARX, KARL. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1851-1852), In: *Os Pensadores*, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, (329-410), 1974.

\_\_\_\_\_. *Sagrada Família ou a Crítica da Crítica a Bruno Bauer e seus seguidores*, São Paulo: Moraes, 1987.

MAUSS, MARCEL. A prece, In: *Ensaio de Sociologia*, São Paulo: Perspectiva, 1981.

MAXWELL, KENETH. *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PACHECO, JOÃO. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais, *Mana*, vol. 4/1, abril. 1998

PATARRA, NEIDE. Introdução, In: *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1996

PAULO, HELOÍSA. Quando ‘outros’ lobos uivam: a imprensa oposicionista portuguesa no Brasil e o processo de Aquilino Ribeiro, *Revista Convergência Lusíada – Especial Brasil e Portugal: 500 anos de enlances e desenlaces*, no. 17. 2000

\_\_\_\_\_. Personagens de culto: os grandes mitos de Portugal na colônia in *Revista Convergência Lusíada –Especial Relações Luso-brasileiras*, no. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura. 2002

PINA CABRAL, JOÃO DE. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea, *Mana*, vol. 2, no. 1, abr.1996.

RABINOW, PAUL. *Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos*, Madrid: Jucar. 1992

---

RAMOS, RUI MANOEL MOURA. "Migratory Movements and Nationality Law in Portugal" in RANDALL, H. & PATRICK, C. (org.) *Towards European Nationality: immigrants nationality law in the European Union*, New York: Palgrave. 2001

RIBEIRO, DARCY. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 2 ed., Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, GLADYS SABINA. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na Republica Velha*, Imprensa São Paulo : Brasiliense. 1990

\_\_\_\_\_. "Ser português" ou "ser brasileiro"? : algumas considerações sobre o primeiro reinado, *Ler História* n° 25, 1994, p. 27-57.

\_\_\_\_\_. "Brasileiros, vamos a eles!": identidade nacional e controle social no primeiro reinado, *Ler História* n° 27/28, 1995, p.103-125.

\_\_\_\_\_. Identidade Nacional e conflitos raciais: 1820-1834, In *Projeto integrado: identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais*. CEMI - PRONEX/FINEP. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. "Portugueses do Brasil e Portugueses no Brasil: "laços de irmandade" e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890)" in FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Brasil-Portugal: encenações de identidade e poder*, 2001 (prelo).

\_\_\_\_\_. *A liberdade em construção : identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

ROCHA TRINDADE, MARIA BEATRIZ. Emergência de uma nova cultura: os portugueses de França. In: Eduardo de Souza Ferreira e Walter C. Opello Jr. (org), *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Teorema: Lisboa, 1985.

---

ROMÃO, ANTÔNIO. A inserção da economia portuguesa na economia mundial: evolução recente e perspectivas. In: Eduardo de Souza Ferreira e Walter C. Opello Jr. (org), *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Lisboa: Teorema, 1985.

ROSSEAU, JEAN-JACQUES. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, São Paulo: Ática, 1989.

RUTHERFORD, JOHN. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, 1996.

SAHLINS, MARSHAL. *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do 'Sistema Mundial', *Anais da ABA*, XVI Reunião Brasileira de Antropologia, 1988.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, abr. 1997, vol.3, no.1, p.41-73.

\_\_\_\_\_. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*, out. 1997, vol.3, no.2, p.103-150.

SAID, EDWARD. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMAIN, ETIENNE, "Ver" e "Dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*. n. 2 UFRGS, 1995. (p. 19-48).

SAMPAIO, JORGE. *Portugueses*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, v. I e II, jul. 1998.

---

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Por uma concepção multicultural de direitos humanos, In: FELDMAN-BIANCO, B. E CAPINHA, G. (orgs.) *Identidades: estudos de cultura e poder*, São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

SANTOS, GUSTAVO P. D. *Sabiá em Portugal: Imigrantes Brasileiros e a Imaginação da Nação na Diáspora*, Monografia de Graduação em Ciências Sociais, Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Relações Interétnicas em Lisboa: Emigrantes Brasileiros e Africanos no Contexto da Lusofonia*, 1998 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Lideranças imigrantes e o estado português: ações e contradições de uma "aliança lusófona", Portugal, 1990-2002*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: Unicamp, 2002.

SARTRE, JEAN-PAUL. Questão de Método, In: *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SCHWARTZ, LILIA KATRI MORITZ. Complexo de Zé Carioca: sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, p. 49-64, out. 1995.

SERRÃO, JOEL. *A Emigração Portuguesa*, 4 ed., Lisboa: Horizonte, 1982.

SEYFERTH, GYRALDA. *A Colonização alemã no vale do Itajai-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*, Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajai*, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. Etnicidade. In: *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

\_\_\_\_\_. A Invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, *Anuário Antropológico-93*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

SILVA, DOUGLAS MANSUR. *Visões de Portugal: Identidade nacional, diáspora e estratégia de cidadania (uma etno-história de um grupo de imigrantes portugueses)*, 1998 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do Portugal Democrático (1956-1975)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: Unicamp, 2000.

SKIDMORE, THOMAS. Criadores de Mitos: Os arquitetos da Identidade Nacional Brasileira. In: *O Brasil Visto de Fora*, São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 71-98.

STOLCKE, VERENA. Cultura Européia: uma Nova Retórica de Exclusão? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a. 8, v. 22, ANPOCS, p. 20-31, jun. 1993.

STRATHERN, MARYLIN. *Shifting contexts: transformations in anthropological knowledge*, London: Routledge, 1995.

THOMAZ, OMAR RIBEIRO. O mundo que o português criou, In: MONTEIRO, P. (org.) *Entre o mito e a história: o IV centenário do descobrimento das Américas*, Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o Terceiro Império Português*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ-FAPESP, 2002.

THOMPSON, EDWARD P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial, In: *Reuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*, Barcelona: Crítica, 1984.

THOMPSON, PAUL. A Transmissão Cultural Entre Gerações Dentro Das Famílias: Uma Abordagem Centrada em Histórias de Vida, *Ciências Sociais Hoje*, 1993.

TURNER, VICTOR W. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Dramas, Fields and Methaphors: simbolic action in human society*, London: Cornell University/Ithaca, 1985.

VALE DE ALMEIDA, MIGUEL. Ser português na Trinidad: etnicidade, subjectividade e poder, *Etnográfica*, v. 1, p. 9-31, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras: Celta, 2000.

VALENTIM, CLAÚDIA A. O mundo visto do exílio: uma leitura da correspondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena, *Revista Convergência Lusíada – Número Especial Relações Luso-brasileiras*, Rio de Janeiro, n. 19, Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado, In: FELDMAN-BIANCO. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987.

VENÂNCIO, RENATO PINTO. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes, In: *Brasil: 500 anos de povoamento /IBGE*, 3o. capítulo, 232 p. 2000

VERDASCA, JOSÉ. *A Casa de Portugal e a Comunidade*, São Paulo, 1993.

VIDAL, FEDERICO PERRY. Biografia de uma instituição luso-brasileira, In: *80 anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo (1912-1922)*, São Paulo, 1992.

VIEIRA, NELSON. *Brasil e Portugal: A Imagem Recíproca*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério de Educação, Lisboa, Portugal. 1991

VINCENT, JOAN. Political Anthropology: Manipulative Strategies. *Annual Review of Anthropology*, 1978, p. 175-194.

\_\_\_\_\_. A Sociedade Agrária Como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes, In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, EDUARDO. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio, *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 2, número 2, out. 1996.

\_\_\_\_\_. Etnologia brasileira, In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Paulo: Sumaré-ANPOCS, 1999.

\_\_\_\_\_. O nativo relativo, *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 8, número 1, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Entrevista in *A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac e Naif, 2003.

WEBER, MAX. Conceitos Sociológicos Fundamentais, In: *Economia e Sociedade*, Brasília: Editora UnB. 1991, v. 1.

WOLF, ERIC. Inventando a sociedade. In: FELDMAN-BIANCO, B. E LINS RIBEIRO, G. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*, Brasília-Campinas: Unicamp e Unb, 2003.

\_\_\_\_\_. Etnicidade e Nação. In: FELDMAN-BIANCO, B. E LINS RIBEIRO, G. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*, Brasília-Campinas: Unicamp e Unb, 2003.





**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**SECÃO CIRCULANTE**